

SARAH ARAÚJO TEIXEIRA E SILVA

PARA ALÉM DO SILÊNCIO: OS DISCURSOS FEMININOS SOBRE AS MARCAS
DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.

TERESINA-PI
AGOSTO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA

SARAH ARAÚJO TEIXEIRA E SILVA

PARA ALÉM DO SILÊNCIO: OS DISCURSOS FEMININOS SOBRE AS MARCAS
DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.

TERESINA-PI
AGOSTO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

SARAH ARAÚJO TEIXEIRA E SILVA

PARA ALÉM DO SILÊNCIO: OS DISCURSOS FEMININOS SOBRE AS
MARCAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia e Arqueologia, da
Universidade Federal do Piauí,
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Antropologia e Arqueologia. Área
de concentração: Antropologia.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Mary Alves
Mendes

TERESINA-PI

AGOSTO 2013

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S596p

Silva, Sarah Araújo Teixeira e.

Para além do silêncio: os discursos femininos sobre as marcas da violência conjugal./ Sarah Araújo Teixeira e Silva – 2013.

117f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, 2013.
Orientação: Prof.^a Dra. Mary Alves Mendes.

1. Gênero. 2. Violência Conjugal-
Marcas 3. Mulheres. I. Título.

CDD 362.88

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a Mary Alves Mendes (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia – UFPI

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Cronemberger Sobral
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI

Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Ribeiro de Oliveira
Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES/UFPB) – UFPB

Prof. Dr. Francisco de Oliveira Barros Junior (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia – UFPI

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às mulheres da minha vida,
Vó Nenzinha, Vó Bininha, Herlene, Alice Amélia e Lavínia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e por tudo que considero maior em minha existência.

Ao Programa de Bolsas da CAPES pelo apoio financeiro, o qual possibilitou minha dedicação exclusiva às atividades do Mestrado.

Agradeço a cada pessoa que, direta ou indiretamente, contribuiu para a realização desta pesquisa. Definitivamente, escrever uma dissertação não é um trabalho tão solitário quanto parece ser.

À orientadora desta dissertação, Professora Dra. Mary Alves Mendes, pela paciência, delicadeza, dedicação e pulso firme quando pensei em vacilar. Agradeço-lhe pelas críticas, sugestões e disponibilidade. Além do incentivo, apoio e carinho. Sou imensamente grata pelas trocas de conhecimentos e pelas palavras incentivadoras sempre ditas nos momentos precisos. De forma especial lembro o incentivo para que eu continuasse sempre firme na vida acadêmica, mesmo quando ousei mudar a direção da minha pesquisa.

À Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, Zona Centro, de Teresina, pelo apoio na pesquisa e pela gentileza de ceder os espaços para a realização das entrevistas, na pessoa da Dr.^a Vilma Alves, delegada titular.

Aos colegas de mestrado: Simone, Daiany, Jucilaine, Patrícia, Carlos, Markin, Paula, Felipe, Flávio, Luís Carlos, Augusto, Ana Kelma, Ulisses, Aline e Welington pelas discussões e contribuições dentro e fora de sala de aula.

Aos professores do Programa de Mestrado em Antropologia e Arqueologia – UFPI: Verônica Cavalcante, Francisco Júnior, Robson Rogério Cruz, Dione Moraes, Alejandro Labale, João Miguel, Andrea Scabelo, Jacionira Coelho, Maria Lídia Noronha, Shara Jane Adad e Fabiano Gontijo.

Aos funcionários do PPGAARQ, Amaury, Cid e Natanael pela atenção e amizade.

Aos professores Francisco Junior e Rita Sobral, pelas valiosas contribuições no meu exame de qualificação.

Às mulheres da minha vida: minha mãe, meu amor maior, exemplo de mulher, pelo apoio incondicional, pelo financiamento e por acreditar que eu seria capaz; as minhas avós, Dona Nenzinha que mesmo sem conhecê-la sei de muitas histórias de sua força e feminilidade e Dona Bininha, o exemplo mais sublime de mãe e mulher, meu ombro amigo, exemplo de força, fé e principalmente por ter me inserido na

Antropologia, Psicologia e Literatura através de suas longas e fascinantes histórias de família.

As minhas filhas que, por muitas vezes, sofreram com minha ausência, brincaram as madrugadas enquanto eu estudava. Pelo exemplo de determinação, disciplina aos estudos, força de superação, fé e pelas vezes que me disseram “deu certo mãe o seu trabalho, pode brincar comigo agora?”, me tirando dos estudos para brincar como uma criança.

A todas as mulheres que atendi: no Núcleo do Juizado de Combate a Violência Doméstica da Comarca de Teresina, no meu Consultório de Psicologia, nos Programas Sociais por onde passei e aquelas que ouvi na DEAM que nomeiei por flores do sertão nordestino, resistentes, lembrando-me especialmente da passagem de algumas delas como *Jitirana* que sofrera profundas marcas no corpo físico e simbólico e ainda relatava sempre sorrindo “agradeço a Deus ter sobrevivido”; *Salsa* que dizia “ele tem que pagar, por ter me feito me tornar o que sou hoje, uma mulher doente, não durmo, não como, não tenho vontade de viver mais essa vida”; *Jurema* que silenciava as violências psicológicas, mas dizia “meu câncer tem nome e não é do que ele me chamava é o nome dele, mas eu me livro dessa coisa ruim, me livro dele”; *Araçá* que dizia “ele pode é me bater, mas os gritos e os xingamentos é que me matam de vergonha”, obrigada por me ensinar o valor de uma etnografia e permitir adentrar as dores e amores de cada uma. Sem vocês não valeria a pena.

Os homens que também constituem a minha vida: meu pai, um exemplo de integridade, intelectualidade o meu muito obrigado por acreditar em mim, me incentivar e valorizar todos os meus esforços para adquirir mais conhecimento.

Ao meu marido, pelo amor, amizade e companheirismo de todos esses anos e, principalmente, por estar do meu lado me incentivando, cuidando das meninas pra eu poder estudar, por cuidar de mim e estar presente nos momentos significativos da minha vida.

Aos meus sobrinhos sementes do conhecimento. Ao meu primo Sérgio pelo exemplo, que em seu nome agradeço aos demais familiares, mais velhos ou mais novos, que acreditaram no meu estudo.

À Katiana Moura e Cristiane Santos, amigas irmãs que por, muitas vezes, acreditaram e se dispuseram a ler meu trabalho. À minha prima, colaboradora e revisora do meu trabalho, meu muito obrigado.

A todos os amigos que acreditaram na minha dedicação.

*"Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios, nem o lábio amargo.
Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração que nem se mostra.
Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
Em que espelho ficou perdida a minha face?"*
Cecília Meireles

*Sonhe com o que você quiser.
Vá para onde você queira ir.
Seja o que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida e
nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos.
Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.*
Clarice Lispector

RESUMO

A violência de gênero é um problema social grave que comporta múltiplas dimensões, se constitui como questão de saúde pública e direitos humanos. Presente nas mais variadas classes sociais, raças, etnias, idades e nível de escolaridade, se apresenta sob as mais diversas formas e com grandes repercussões para as mulheres, suas famílias e sociedade, em geral, posto que torna-se obstáculo ao desenvolvimento de um país. Visando compreender os reflexos dessa violência, no que se refere à dimensão moral, da saúde e da sexualidade, o objetivo desse trabalho é analisar as marcas deixadas pela violência conjugal na vida de mulheres que denunciaram seus companheiros e/ou maridos em uma Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher – DEAM, em Teresina. Para tal se tomou gênero como categoria analítica, concebendo essas relações como construídas socialmente e as práticas de violência como indicativos de relações desiguais entre os sexos e reflexos de uma sociedade machista e patriarcal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de informações se deu através de entrevistas semiestruturadas com a intenção de entender os discursos femininos como produção de sentidos da violência inscrita nos seus corpos e para além desses. O tratamento dos dados deu-se através da análise de conteúdo. Os resultados encontrados revelaram que a violência sofrida pelas mulheres que fizeram parte da pesquisa deixaram marcas profundas e amplas em suas vidas. O comprometimento em relação à saúde é visível e verbalizado parte das mulheres entrevistadas estão em tratamento contra a depressão ou fazendo uso de ansiolíticos e antidepressivos. Algumas sofrem de insônia, hipertensão, distúrbios alimentares, estresse e enxaquecas, sintomas associados ao processo da trajetória da violência sofrida. Quanto à moralidade o medo aparece fortemente em seus discursos. A combinação medo, ameaça, isolamento, culpa e impotência gera baixa autoestima. No tocante a sexualidade relatam sentimentos de nojo e repulsa diante das relações sexuais, sentem-se frias, não desejadas por seus parceiros, feias e gordas. Também foi possível encontrar estratégias femininas de defesa, sobrevivência e resistência diante da situação de violência. Estarem no espaço da DEAM já se constitui numa forma de enfrentamento a violência, pois mesmo que algumas não desejem ver seus companheiros presos, mostrando comportamentos que não visam rupturas abruptas, querem cessar o ciclo de violência conjugal. Diante dos danos morais, sexuais e de saúde causados pela violência e as desigualdades de gênero que ela expressa, parte de um processo cultural fortemente enraizado e retroalimentado através de práticas e discursos, acredita-se que a mudança de tal situação não se processará de forma rápida e nem através de medidas paliativas, acredita-se que mudanças efetivas ocorram através de fortes investimentos em políticas públicas de (re)educação das relações de gênero a partir da desconstrução das hierárquicas que sustentam essas relações através da implantação de um projeto nacional de educação não sexista presente obrigatoriamente nos currículos escolares e nas principais instancias públicas de socialização e construção dessas relações. Se faz necessário ainda um trabalho mais efetivo de (re)educação e ressocialização junto as famílias em situação de violência seguido de acompanhamentos continuados com profissionais especializados.

Palavras Chave: Gênero, Violência, Mulheres, Marcas.

ABSTRACT

Gender violence is a serious social problem that involves multiple dimensions, is constituted as a matter of public health and human rights. Present in various social classes, races, ethnicities, ages and education level, is presented under the most diverse forms and with great repercussions for women, their families and society in general, since it is an obstacle to the development of a country. To understand the consequences of this violence, with regard to the moral dimension of health and sexuality, the aim of this paper is to examine the marks left by domestic violence in the lives of women who reported their partners or husbands in a Specialized Police Service to Women - DEAM in Teresina. For this it took gender as an analytical category, conceiving these relations as socially constructed and practices of violence as indicative of unequal relations between the sexes and reflections of a patriarchal and sexist society. This is a qualitative research whose information collection was through semi-structured interviews with the intention to understand the speeches as female production of meanings of violence inscribed in their bodies and in addition to these. The data was made through content analysis. The results showed that the violence suffered by women who were part of the research have left deep scars and large in their lives. The commitment in relation to health is visible, part of the women interviewed in depression treatment or making use of anxiolytics and antidepressants. Some suffer from insomnia, hypertension, eating disorders, stress and migraines, symptoms associated with the process of trajectory of violence suffered. As for morality fear appears strongly in his speeches. The combination of fear, threat, isolation, guilt and helplessness generates low self-esteem. Regarding sexuality report feelings of disgust and revulsion in the face of sex, feel cold, unwanted by their partners, ugly and fat. It was also possible to find strategies female defense, survival and resistance to the situation of violence. Being in space DEAM already constitutes a form of coping with violence, because even if some do not wish to see his fellow prisoners, showing behaviors that are not intended to abrupt disruptions, want to stop the cycle of domestic violence. Given the moral, sexual and health damage caused by violence and gender inequalities that it expresses part of a deeply rooted cultural and fed back through practices and discourses , it is believed that the change in this situation will not process so fast, or through palliative measures , it is believed that effective changes occur through strong investment in public policies (re) education of gender relations from the deconstruction of the hierarchical underpinning these relationships through the implementation of a national education project this does not necessarily sexist in school curricula and in major instances of public socialization and building these relationships . It is necessary to work still more effective (re) education and rehabilitation with families in situations of violence followed by accompaniments continued with professionals.

Keywords : Gender , Violence , Women , Brands .

LISTADE ILUSTRAÇÕES DAS FLORES DO SERTÃO

Figura nº 01- Algodão.....	97
Figura nº 02-Araçá.....	98
Figura nº 03-Boa Noite	99
Figura nº 04-Cacto.....	100
Figura nº 05-Caliandra.....	101
Figura nº06-Catingueira.....	102
Figura nº07-Chanana.....	103
Figura nº 08-Crisâtemo.....	104
Figura nº 09-Esperança.....	105
Figura nº 10-Fortaleza.....	106
Figura nº 11-Guarujá.....	107
Figura nº 12-Helicônia.....	108
Figura nº 13-Jitirana.....	109
Figura nº 14-Jurema.....	110
Figura nº 15- Malícia.....	111
Figura nº16-Mucambê.....	112
Figura nº 17-Palma.....	113
Figura nº 18- Roseira.....	114
Figura nº 19-Salsa.....	115
Figura nº 20-Velame.....	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DEAM - Delegacia de Proteção dos Direitos da Mulher

ONG - Organização não Governamental

PPGAARQ- Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia

SPM-Secretaria de Políticas para as Mulheres

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SIS- Síntese de Indicadores Sociais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FLASCO-Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social

OEA- Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos

FACID- Faculdade Integral Diferencial

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	14
2-GÊNERO NA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	21
2.1. A construção social das relações entre os sexos.	21
2.2. Violência de gênero: a complexidade e a amplitude do problema no contexto conjugal.	30
2.3. Corpo, suporte de valores e significado das marcas da violência.	46
3- ADENTRANDO AO CAMPO AO ENCONTRO DAS FLORES DO SERTÃO.....	54
4- OUVINDO AS FLORES DO SERTÃO SOBRE A VIOLÊNCIA.	63
4.1. Perfil, trajetórias de violência e fatores desencadeadores.....	63
4.2. Marcas simbólicas da violência conjugal: Interfaces com a moralidade, sexualidade e doenças.....	70
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6- REFERÊNCIAS.....	83
APENDICE A: TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO.....	92
APENDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	96
APENDICE C: RESUMOS ANALÍTICOS DAS ENTREVISTAS.....	97
APENDICE D: PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DAS ENTREVISTADAS.....	117
ANEXOS: PARECER COMITÊ.....	118

INTRODUÇÃO

Atuando como psicóloga no Núcleo Especializado de Combate a Violência contra a Mulher, no Judiciário do Estado do Piauí, escutando as dores femininas provocadas por este fenômeno despertou em mim o desejo de aprofundar os conhecimentos nessa temática, no sentido de entender a construção social e cultural que atravessa e constitui essas relações de gênero, debruçando agora o olhar de antropóloga e pesquisadora no sentido de compreender os sentidos dados pelas mulheres às situações de violência vivida no contexto conjugal.

Alguns registros, obtidos nessa atuação profissional, remetiam as modificações que a violência produzia em suas aparências e no aparecimento de relatos crônicos, associando-as as marcas de sofrimento presentes em seus rostos, os traços de envelhecimento precoce, ou mesmo o surgimento de doenças, como hipertensão ou obesidade gerada por relações conjugais violentas. As falas recorrentes dessas mulheres apontando para seus rostos diziam “isso aqui é de sofrimento, eu não tenho a idade que pareço”, ou mostravam cicatrizes em seus corpos dizendo “além dessa marca, o pior é a vergonha da vizinhança e da minha família que não sabia de nada” indicando o quão danosas e profundas eram essas marcas, físicas e ao mesmo tempo simbólicas.

Outra experiência profissional marcante e, ao mesmo tempo, responsável por implantar, em mim, inquietações sobre a violência de gênero deu-se através da minha participação no Fórum para Operadores da Lei Maria da Penha. Conhecer a mulher símbolo da luta contra a violência de gênero, ouvir sua história de luta e de violência, provocou ecos em meus ouvidos e sentimentos assim como a necessidade de aprofundar meus conhecimentos sobre a questão. Por fim, a disciplina Antropologia da Saúde e do Corpo, cursada no mestrado, selou o desejo de compreender as marcas deixadas pela violência na vida das mulheres.

Sabe-se que ao longo das últimas cinco décadas as mulheres vêm conquistando espaços e direitos, a exemplo do voto, educação, trabalho remunerado, participação política, dentre outros. No entanto, ainda não se pode verificar uma concretude plena em relação à igualdade de gênero. Estudos na área mostram que as mulheres no mercado de trabalho, continuam ganhando menos do que os homens, mesmo ocupando cargos semelhantes e com o mesmo nível de escolaridade. Sabe-se que embora tenha havido um considerável crescimento da participação feminina nos espaços públicos e políticos ainda são poucas, quando comparadas aos homens, ocupando postos de chefia,

exercendo cargos de alto prestígio político ou inseridas nos altos escalões do governo e de grandes empresas (SOUZA, 2010; COSTA et.all, 2008; SORJ, BRUSCHINI, HIRATA, 2008; ARAÚJO & SCALON, 2005).

Uma das evidências dessas desigualdades de gênero presente na sociedade contemporânea, é a violência doméstica que, na maioria das vezes, se constitui como violência de gênero e tem as mulheres como seu principal alvo (SAFFIOTI, 2004; ARAÚJO, 2004; DINIZ & PONDAGG, 2003; SOARES, 2009; MENDES, 2008). Trata-se de um problema social grave que atinge à saúde pública e se configura como violação de direitos humanos. Um fenômeno mundial que desconsidera fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e grau de escolaridade (ADEODATO, 2005; SOARES, 2009).

O relatório elaborado pela ONG International Rescue Committee (2012) revela que a cada três mulheres no mundo uma sofre violência doméstica. Tal documento, ainda, ressalta que a violência é um problema global que atinge as mesmas proporções de mulheres em várias partes do mundo. Soares (2009) apresenta dados da violência contra a mulher no mundo mostrando que as violências ocorridas, na Inglaterra e na França, configuram-se, em sua maioria, como violência psicológica, enquanto nos Estados Unidos sobressaia violência física.

No Brasil, pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), mostra que mulheres agredidas e homens agressores relacionam como uma das principais razões da violência de gênero situações de ciúmes que envolvem a fidelidade conjugal. As mulheres destacam, em seus depoimentos, uma predisposição dos parceiros ao alcoolismo, desequilíbrio emocional, desrespeito e negação da autonomia e liberdade. Conforme a Fundação Perseu Abramo (2010), cinco mulheres são agredidas a cada dois minutos no Brasil, e segundo o Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, a cada dez mulheres, quatro já sofreram violência doméstica ao longo da vida.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 43,1% das mulheres brasileiras já sofreram violência em suas residências, sendo que 25,9% foram agredidas por seus cônjuges ou ex-cônjuges. Em 2012, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir de dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, obteve 75 mil relatos de violência contra a mulher e identificou que cerca de 60% foram de violência física, 24% violência psicológica e 11% de violência moral. Na maioria dos

casos, o agressor era o companheiro (a), cônjuge ou namorado (a) (74,6%) e a violência ocorria (38,9%) desde o início da relação.

De acordo com o Mapa da Violência no Brasil, 2012, em 30 anos (1980 – 2010) o número de assassinatos de mulheres no Brasil cresceu 217,6%. O estudo, uma parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO e o Instituto Sangari, revela que em 1980, 1.353 mulheres foram mortas no país e em 2010 esse número foi de 4.297, o que representa um índice de 4,4 mulheres assassinadas em cada 100 mil. A pesquisa ainda aponta que, considerando essa realidade, o Brasil fica com o sétimo maior índice do mundo. Vale, porém considerar que no ano de 2007, segundo o Mapa da Violência no Brasil, a taxa de homicídios contra mulheres, que vinha aumentando, teve sua primeira queda, fato esse que encontra sua principal justificativa na implantação da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006. No entanto, a partir de 2008 o índice voltou a crescer e sem interrupções.

Pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2013) destaca índices reveladores para a violência contra as mulheres no Brasil, afirmando que essa tipologia de crime tem aumentado nos últimos cinco anos e que mesmo com o aumento da punição essa ainda não é adequada para diminuir os casos de violência. Afirmou também esse estudo que as denúncias aumentaram cerca de 90% após a Lei Maria da Penha e que a maioria dos casos de violência (70%), ocorrem no espaço privado. A rede de enfrentamento ainda é pouco conhecida, sendo as DEAM'S o espaço público de apoio mais reconhecido. Quanto à denúncia 86% dos entrevistados concordam que os agressores devem ser denunciados, no entanto vislumbram que a denuncia pode aumentar o risco de morte para as mulheres. A vergonha e o medo de serem assassinadas aparecem, portanto, como principal razão para as mulheres não se separarem dos seus agressores.

A violência proferida contra a mulher no espaço conjugal, como situa Araújo (2004), corrói a sua autoestima e dificulta a capacidade de reação, fazendo parecer “natural” um fenômeno que é construído socialmente e culturalmente. No Brasil, a produtividade das mulheres no trabalho é comprometida, a cada cinco faltas uma está relacionada a situações de violência no espaço conjugal.

O ciclo dessa violência ocorre, geralmente, no espaço doméstico e familiar, o que parece até certo ponto paradoxal, visto que culturalmente a família é considerada uma instituição social de proteção, confiança, paz e harmonia, apesar dos conflitos

existentes. Todavia, a violência de gênero nesse contexto reflete a presença das desigualdades entre os sexos e abuso de poder de um sexo sobre o outro, originando uma relação de desequilíbrio que, segundo Carmo & Moura (2010), trata-se de um constructo social que, em geral, ressalta o lugar do poder masculino e da opressão feminina.

O sistema de representação dos papéis sociais atua dando a impressão de um mundo ordenado e constituído pela cultura. Atribuir significados á violência é fazer valer um código estruturante que mesmo na ausência de significação abre-se à possibilidade de dar sentido. As representações da violência oportunizam revelar o controle do que gera insegurança, ambiguidade ou mesmo ameaça ou perigo. Assim também se pode entender as práticas e discursos das mulheres no contexto de violência conjugal.

As práticas de violência de gênero (física, psicológica, sexual, verbal), sobretudo, no que se refere às agressões físicas, encontram como anteparo o corpo da agredida, carimbado com pancadas, cortes, hematomas, dentre outros. No entanto, os graves e duradouros danos dessa violência deixam marcas para além desse corpo físico, deixam cicatrizes psicológicas e morais profundas que acompanharão essas mulheres por muito tempo, quiçá a vida inteira.

A violência de gênero é ampla, em suas dimensões, efeitos e consequências, e produz graves danos, em curto e longo prazo, para as mulheres que se encontram na situação de agredidas que, por sua vez, acabam fragilizadas como indivíduos e sujeitos em seus direitos e liberdade. As consequências dessa violência têm efeitos permanentes na autoestima e autoimagem, provocando sentimentos de desamparo e insegurança, além da naturalização dessas práticas que aparecem como condição do feminino (ADEODATO, 2005).

A associação entre violência de gênero e saúde pública é notória e se expressa na grande procura de mulheres aos serviços de saúde com sintomas de ansiedade, depressão ou estresse pós-traumático, relacionados à história de violência doméstica, sem falar nas lesões físicas de porte grave como aleijões, paralisias dos membros inferiores e superiores, cegueiras, surdez, entre outros. Atualmente o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS está cobrando dos agressores o ressarcimento dos valores desembolsados pelo órgão para pagamento de benefícios relacionados aos atos de violência contra as mulheres. Esse anúncio foi feito pelo órgão em virtude do sexto aniversário da promulgação da Lei Maria da Penha.

Para o Ministério da Previdência Social, do qual o INSS faz parte, este deverá exigir nos tribunais além de uma reparação equivalente às despesas por previdência derivadas dessas agressões, sejam por invalidez ou por assassinato. A primeira denúncia foi apresentada pelo Tribunal Regional Federal, da 1ª Região de Brasília, refere-se a um caso de homicídio, ocorrido em 2002, à sentença culminou com uma pensão a favor do filho da vítima.

Em funcionamento, desde 2006, o serviço telefônico de denúncias sobre agressões contra as mulheres (180), já registrou um total de 2,7 milhões de chamadas, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Desse total, 388,9 mil foram registrados, entre janeiro e junho (2006), sendo que 56,5% dos casos faziam referência às denúncias de violência física, seguidos dos casos de violência psicológica (27,2%) violência moral (12%) e sexual (2%).

Conforme Adeodato (2005), mais de 50% das mulheres que chegam ao sistema de saúde com quadros somáticos associados à violência doméstica apresentam comprometimento em sua qualidade de vida. Giffin (1994: 147) comentando sobre os achados de um relatório de pesquisa na área de violência transcreve que “o abuso emocional e psicológico podem ser tão danificante quanto o abuso físico, sendo muitas vezes considerado pior, na experiência das mulheres”.

Os danos provocados geram fortes e duradouras marcas não só no plano físico, mas também simbólico. Como diz Saffioti (2004), a violência produz marcas na alma e essas são as mais difíceis de superar, provocando a imersão no sofrimento e desencadeando quadros depressivos naquelas que foram agredidas. As práticas de violência refletem na imagem e autoestima que essas mulheres têm de si próprias e que nem sempre são ditas e/ou percebidas por elas e pelos profissionais da Delegacia Especializada de Assistência a Mulher- DEAMS, quando na ocasião da denúncia ou audiência.

Bourdieu (1989) chama atenção para os efeitos danosos e mais duradouros da violência simbólica pela característica de naturalidade que a mesma traz, fazendo com que os dominados não se sintam oprimidos e nem os dominantes opressores, o que faz com que o reconhecimento da sua existência e, extinção seja dificultada. Analisar a violência considerando a sua dimensão simbólica é de fundamental importância para compreender as repercussões e amplitudes dessa grave problemática social.

Nesse sentido, esse estudo, de teor qualitativo, tem o objetivo de analisar as marcas deixadas pela violência na vida das mulheres que denunciaram seus maridos na

DEAM, verificando a associação das práticas violentas com questões relativas a moralidade, aparecimento de doenças e vivência da sexualidade.

Entende-se, assim, produzir uma reflexão crítica e avaliativa sobre a questão dando voz às mulheres que se encontram em situação de violência conjugal, com o objetivo de entender os reais sentidos atribuídos por elas às práticas de violência sofrida, as marcas inscritas simbolicamente nos seus corpos e mentes, para entender as consequências reais dessas práticas para a sua saúde e qualidade de vida.

Pressupõe-se que as mulheres possam incorporar certas doenças, como reflexos e efeitos da violência sofrida, a exemplo de transtornos alimentares, transtornos de ansiedade, baixa-estima, assim como sentimentos de culpa, medo, constrangimento, incapacidade, insegurança, perda da vaidade, da dignidade e do amor próprio.

A discussão temática empreendida está sistematicamente organizada em cinco capítulos. Esse que é o primeiro capítulo, constitui-se numa introdução sobre o assunto a ser discutido, apresentando a problemática de pesquisa, a inserção dessa pesquisadora sobre os estudos de gênero e uma revista pelos estudos e estatísticas gerais que retratam a violência de gênero. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica onde se discute as categorias centrais de desenvolvimento da temática, a saber, gênero, violência e corpo, onde gênero é concebido como categoria analítica e relacional da construção social entre os sexos, fazendo um passeio pelas contribuições clássicas e contemporâneas da antropologia e do movimento feminista na luta pela igualdade e direitos das mulheres, a fim de entender as raízes constitutivas dessas desigualdades. Discute-se a violência contra a mulher como uma violência de gênero, destacando sua complexidade ao problematizar os termos utilizados, fatores desencadeadores, tipos de práticas, perfil dos agressores e reações das mulheres agredidas, a fim de entender como essas lidam com a violência e de que formas as (re)significam em suas vidas. Discute-se também o processo de criação dos mecanismos institucionais de combate e enfrentamento dessa violência no país, destacando a criação das DEAMS e da Lei Maria da Penha.

Destaca-se ainda o corpo como construto sociocultural, espelho e reflexo da sociedade e da cultura, com o objetivo de mostrá-lo para além da sua dimensão física e orgânica, ou seja, captá-lo em sua dimensão simbólica no contexto da violência de gênero. Compreender como tal violência é (re) significada em seus corpos, identificando onde estão inscritas as marcas simbólicas, que se configuram como reflexos das práticas de violência vivenciadas no contexto conjugal. O corpo é visto

como vetor da trama social, expressão de linguagem e portador de quadros somáticos advindos do social. Desse modo, o silêncio e as marcas invisíveis, a olho nu, falam e inscrevem no corpo simbólico marcas dessa violência que podem comprometer a vida dessas mulheres e impedi-las de se constituírem como agentes (MENDES, 2005).

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos ou operacionais escolhidos e utilizados na trajetória e efetivação da pesquisa de campo para alcance dos objetivos almejados, destacando a natureza qualitativa da pesquisa, a DEAM como lócus de investigação, as mulheres que denunciaram seus companheiros como sujeitos da pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta das informações, o tratamento analítico dos dados, operado em termos da análise de conteúdo, além dos procedimentos éticos, apontando os caminhos burocráticos e as dificuldades encontradas na sua efetivação.

O quarto capítulo discute os resultados encontrados na pesquisa de campo, analisando os discursos das mulheres, em situação de violência, buscando apreender os significados das suas falas sobre o impacto da violência em suas vidas. Nesse sentido, traçou-se um perfil socioeconômico das entrevistadas, buscou-se informações sobre a presença de violência nas suas famílias de origem, as práticas de violência nas suas relações conjugais anteriores e atuais, o lugar dos filhos nessa relação conflituosa e as situações e motivos desencadeadores das práticas de violência. Os discursos femininos sobre a violência sofrida foram condensados considerando as categorias moralidade, doenças e sexualidade.

O quinto capítulo apresenta os dados conclusivos desse estudo, apontando uma síntese dos achados e reflexões sobre propostas de investimento para a construção de uma sociedade com menos violência e mais igualitária no tocante as relações de gênero, através de investimentos em educação não sexista, desconstruindo, assim, os modelos que geram hierarquias e desigualdades.

GÊNERO NA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

2.1. A construção social das relações entre os sexos

Para compreender que inscrições simbólicas estão presentes no corpo e na mente das mulheres que sofrem violência dos seus maridos ou companheiros, se faz necessário discutir as categorias gênero, violência e corpo, entendendo-as como arcabouços estruturais da matriz analítica que envolve a questão. A violência contra a mulher, particularmente aquela do tipo conjugal, objeto de discussão desse estudo, constitui-se numa violência de gênero cujas bases estão associadas às práticas de machismo e dominação, expressas na posse e controle de um sexo sobre o outro.

A categoria gênero, como se entende hoje, não é encontrada nos registros etnográficos da antropologia clássica. Estudos como o de organização social e parentesco se limitavam a descrever o papel de homens e mulheres através de rituais e atividades desenvolvidas, mas sem problematizá-los enquanto categoria analítica. O foco das obras clássicas pautava-se na distinção entre homens e mulheres como um classificador universal. Mesmo presente em praticamente todas as etnografias da época, a mulher era traduzida de forma etnocêntrica, domesticada a partir de uma ideia de submissão. Todavia, em três obras clássicas se podem ver plantada a formação da categoria gênero (SUAREZ, 1995).

Em *A Vida Sexual dos Selvagens*, Malinowski (1929) ao descrever a sexualidade dos trobriandeses, o fez como uma expressão sociocultural ao associar as relações entre homens e mulheres, respectivamente, com as funções econômicas e domésticas daquela sociedade. No entanto, acabou reforçando a dicotomia homem/mulher e tratando as categorias sexo e gênero de forma indistinta, traduzindo as relações entre homens e mulheres pela ótica puramente sexual.

Na obra *Naven*, Bateson (1936), examinou a construção simbólica da feminilidade e masculinidade dos Iatimul, na Nova Guiné, através da cerimônia onde homens vestem-se de mulheres e vice-versa. O ato de travestir-se de homens e mulheres foi usado pelo autor como forma de relacionar a estrutura social aos costumes e comportamentos. O gênero, a partir do ritual, foi observado como forma de construção social. Embora tenha se tornado objeto de observação, a sua concepção é ainda limitada, quando traduz que a diferenciação simbólica percebida nos comportamentos de homens

e mulheres se deve ao tipo de sociedade na qual estão inseridos, no caso se tratava de uma sociedade simples.

Margareth Mead (1935), na obra *Sexo e Temperamento* discorreu sobre os condicionamentos das personalidades sociais relacionando-as ao sexo, enfatizou que os traços de temperamento atribuídos a um sexo são negados ao outro. Assim, o caráter social é relacionado ao sexo, onde a diferença sexual se origina na cultura. Por vislumbrar a relação entre sexo e cultura, a autora acabou se tornando a precursora dos estudos de gênero na antropologia. “O conhecimento de que as personalidades dos dois sexos são socialmente produzidas é compatível com todo programa que aspire a uma ordem social planejada” (MEAD, 1935: 293). Nessa obra, a estudiosa, de certa forma, contribuiu para a concepção social da diferença sexual e uma nova visão sobre o feminino.

Ainda nessa investida de pensar as relações entre os sexos como construção social destaca-se também Simone de Beauvoir (1949), que na obra *O segundo sexo*, enfatizou a importância da dimensão social na construção dos sujeitos ao dizer que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1949:9).

Mais recente, na década de 70, outra estudiosa que tratou o gênero sob uma perspectiva social foi Gayle Rubin (1989), que através do texto *Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo* apresentou o sistema sexo/gênero como um sistema de relações sociais que transformava a sexualidade biológica em produtos sociais da atividade humana. Rubin interessou-se por conhecer a origem da opressão social das mulheres, questionando que relações transformam uma fêmea em mulher domesticada, situando, portanto essa discussão em dois polos natureza e cultura. Na compreensão de sexo/gênero ocorre uma transformação do sexo como matéria prima em gênero como produto.

No começo da década de 80, Michelle Rosaldo (1980), em seu texto *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre feminismo e o entendimento intercultural*, faz uma crítica à visão feminista tradicional de pensar gênero a partir da criação da diferença biológica, a autora defende que as assimetrias sexuais têm um caráter social e uma visão tradicional, estando a serviço acima de tudo a reforçar, moldar e reproduzir a dominação masculina. Rosaldo (1980) enfatiza que o gênero devia ser concebido como

produto complexo das relações sociais e não pautado nas diferenças biológicas. Apontando ainda, que estudos antropológicos reafirmam como as formas culturais e sociais estão subjugadas pela dominação masculina. E que considerar gênero sob o viés antropológico, é interpretá-lo em termos sociais e políticos, “que falam de relações e oportunidades que os homens e as mulheres desfrutam, para então compreender como elas podem vir a estar opostas em termos de interesses, imagens ou estilos” (ROSALDO, 1980).

Em meados da década de 80, a historiadora Joan Scott (1990), partindo de uma perspectiva pós-estruturalista também contribuiu com o conceito de gênero concebendo-o como elemento constitutivo das relações sociais e das relações de poder, conceito bastante utilizado pelas estudiosas brasileiras de gênero (CASARES, 2008; MENDES, 2005). Um dos aspectos do termo gênero segundo Scott (1990), aparece inicialmente entre as feministas americanas, para enfatizar o caráter social da diferença entre os sexos, mas também passa a funcionar como o sinônimo de mulher trazendo uma conotação mais objetiva e neutra aos estudos feministas.

A expressão gênero, como se entende atualmente, designa “o caráter social das distinções baseada no sexo” e constitui “uma forma de rejeição ao determinismo biológico contido na palavra sexo ou diferença sexual”. Além de substituto do termo *mulheres*, gênero enfatiza “o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”, significa que informações sobre mulheres são também informações sobre homens, ou seja, estudar um implica reciprocidade não podendo compreendê-los de forma separada. Os estudos de gênero, ainda, incluem as relações ocorridas entre os homens e aquelas ocorridas entre as mulheres. Uma nova história a ser estudada e reescrita dependeria de qual análise se poderia fazer do termo gênero. Essa análise vai dar conta de como o gênero funciona nas relações sociais. Gênero como construto inteiramente social dos papéis atribuídos a homens e mulheres, referencia-se a gênese das identidades sócias e subjetivas, “imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1990).

O que se conhece hoje por antropologia do gênero, antes se denominava antropologia da mulher e, posteriormente, antropologia feminista ou antropologia do gênero. Tais alterações dos termos indicam mudanças epistemológicas do objeto de estudo, dos instrumentos metodológicos e dos enfoques empregados.

Os propósitos iniciais da antropologia da mulher, anos 70, era denunciar a ideologia androcêntrica presente nas investigações, explicar como a mulher era representada na literatura antropológica e suprir as lacunas de dados etnográficos sobre

a realidade das mulheres nas ciências humanas, em particular, na antropologia. A perspectiva androcêntrica na antropologia não significava a ocultação total das mulheres, visto que essas eram mencionadas em certos campos de investigação como o parentesco e a sexualidade, relacionando-as exclusivamente as suas capacidades reprodutivas. A “antropologia da mulher” indicava certo essencialismo, ou seja, todas as mulheres estavam representadas por um denominador comum, o fato de ser mulher. Posteriormente o termo dessa área disciplinar foi alterado para “antropologia das mulheres” reconhecendo, assim, a diversidade de existências femininas. Essas investigações iniciais giravam em torno dos papéis socioculturais de mulheres e homens na sociedade.

Mais recentemente, década de 80, operou-se outra mudança não só no termo, mas na teoria e metodologia através da “antropologia do gênero”, cujo propósito de análise era mais amplo e neutro academicamente do que a proposta anterior, aplicando o gênero como categoria de análise social e o considerando como elemento constitutivo das relações sociais, rejeitando a dicotomia ou categorias binárias e priorizando o aspecto relacional na análise (CASARES, 2008).

Nesse estudo, toma-se a definição de gênero a partir da concepção de Joan Scott (1990) que o concebe como “elemento constitutivo das relações sociais baseada nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma forma primeira de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1990: 86)¹. Considera-se ser essa definição adequada para se compreender o processo de constituição das desigualdades presentes nas relações entre os sexos, particularmente aquelas que ocorrem no contexto de violência, onde as mulheres são os principais alvos e seus companheiros os principais agressores.

¹Scott (1990) sintetiza as abordagens feministas de explicação das relações de gênero em teoria do patriarcado, teoria marxista e teorias psicanalistas e faz críticas às mesmas mostrando as suas incompletudes e lacunas. A teoria do patriarcado ressalta a subordinação das mulheres explicando-a pela necessidade masculina de dominação. Dentro das teorias do patriarcado a dominação masculina é explicada pela reprodução da espécie, cujas mulheres são a base. As teorias do patriarcado apontam as desigualdades entre homens e mulheres não conseguindo relacioná-las a outras formas de desigualdades as análises, em si, baseiam-se na diferença física para explicar as desigualdades. A teoria marxista, está presa à causalidade econômica não explicando o patriarcado fora do capitalismo. No marxismo o gênero reflete as estruturas econômicas e são produto das mudanças de produção, subproduto de estruturas econômicas. Na Psicanálise a preocupação é com a construção da identidade do sujeito, que se dá nos primeiros anos de vida, partindo de um sujeito bissexual, que se distinguirá a partir do outro, enquanto diferente, inicialmente anatomicamente. Para a psicanálise esse é um processo universal que constituirá a individualidade de cada sujeito, desconsiderando, portanto, todo o construto sócio cultural que envolve os corpos sexuais.

Vale destacar que para Scott, as relações de gênero quando pensadas como elemento das relações sociais são constituídas de *símbolos culturais* (grifo meu), que indicam as representações simbólicas atribuídas ao que é *ser* (grifo meu) homem e mulher na sociedade e de *conceitos normativos* (grifo meu), produzidos pelas instituições religiosas, educativas, políticas, jurídicas e científicas que interpretam os significados dos símbolos reforçando a oposição binária e de fixidez entre os sexos. Através desses elementos a autora revela a importância das estruturas sociais, políticas e culturais nas representações e práticas instauradas sobre as relações de gênero.

Para Marilyn Strathern, gênero compete às categorizações de pessoas, artefatos, eventos e sequências que se fundamentam em imagens sexuais é, portanto, quando as características masculinas e femininas se concretizam nas ideias das pessoas e nas relações sociais. Essa compreensão das relações de gênero é essencial por não se poder categorizar objetos, eventos ou pessoas como masculino e feminino, como se fossem características intrínsecas a elas. Masculino e feminino não estão em lados opostos, dentro de uma concepção binária, são na realidade retrato um do outro, estão contidos um no outro. “Refletir sobre o lugar das mulheres na sociedade leva a questionar o fundamento da própria sociedade, e essa indagação é marcada pelo conceito altamente carregado de patriarcado” (STRATHERN, 2006: 70).

Seria, portanto uma forma de “aglutinar” na sociedade a organização de práticas e ideias sobre os sexos. O gênero, para essa autora, é uma categoria empírica, que marca uma descontinuidade entre corpos, objetos e eventos de uma ordem simbólica (Heilborn, 1994). Para Heilborn (1994), gênero trata da construção social de sexo. Da noção de macho e fêmea, existentes na natureza, os seres tornam-se homens e mulheres na ou através da cultura. A vida social, em todos os aspectos, inclusive da diferença sexual, são produzidos na cultura e traduzidos através de um sistema de representações. Gênero aparece nas ciências sociais, em seu caráter relacional, como uma forma de classificação no mundo social e como constitutivo da identidade do sujeito. A noção de gênero coloca natureza e cultura em planos diferentes, indica a presença da cultura e a ideia de direção para além do sexo, interagindo com outras estruturas sociais e fazendo parte de um sistema simbólico. Ressalta a estudiosa que as classificações de feminino e masculino estão ordenadas a partir de uma estrutura hierárquica e binária.

Judith Butler (2007) rompe com a dicotomia sexo-gênero confrontando a teoria feminista e fazendo uma desconstrução do conceito de gênero. Para ela mais do que

servir à legitimação da ordem, através da repetição de atos, gestos e signos como produto da cultura reforçando a construção de corpos masculinos e femininos, gênero é pensado como uma questão de performatividade.

Para se compreender as relações de gênero no contexto da violência é imprescindível adentrar e conhecer o processo de constituição das práticas sociais e das relações de poder. Nesse sentido, o pensamento de Pierre Bourdieu (2010) e de Michel Foucault (1979), podem ajudar na explicação de tais relações. Bourdieu (2010) não dedicou seus estudos especificamente para a categoria gênero, mas tratou das desigualdades entre os sexos através da dominação masculina e de uma forma particular ressaltou o caráter simbólico da violência.

As violências simbólicas são aquelas que em ação e pensamento, mesmo não tendo a aparência de violência se constituem como uma expressão violenta. Essas se manifestam, em primeira instância, através da subordinação, de estratégias como a alienação, negação da palavra, limitação da liberdade, invisibilidade da dor na memória, como mecanismo de autoproteção, e a imposição de terror. Insere nas relações sociais a discriminação e a inferioridade do outro. Neste sentido, a violência simbólica é incorporada de forma imperceptível, tornando legítima a discriminação e naturalizando as relações de poder (GOMES, 2008; CHIACCHIO, 2010). O poder mascarado da dominação do macho se entranha no pensamento social, de tal forma que constrói nossa concepção de mundo manifesta através do *habitus* que, por sua vez, produz e reproduz as desigualdades, entre os sexos. A diferença sexual no plano biológico, para o autor serve para “naturalizar” as práticas de dominação masculina e submissão feminina.

Dessa forma, Bourdieu (2010), na sua proposta de explicação das relações de gênero, vai trabalhar as práticas sociais entre os sexos e suas relações de poder, a partir de uma estrutura de dominação que através das suas formas simbólicas naturalizam práticas dificultando ao dominado e dominante percebê-las como dominação ou submissão. Essa dominação se constitui como produto de um processo amplo e forte que se inscreve nos corpos, nas práticas, valores e instituições e que aparecem de forma naturalizada (MENDES, 2008). Como na fala dessa entrevistada que não reconhece na atitude do seu pai a condição de violência a que foi submetida no contexto familiar.

Dos meus pais, não me lembro de brigas entre eles. Minha mãe era uma pessoa calma e medrosa, meu pai bebia muito e toda vez chegava

bêbado, quebrava as coisas e botava a gente e minha mãe pra correr de casa, depois que ele dormia a gente voltava (Esperança).

Em Bourdieu o gênero é um elemento constitutivo do habitus que por sua vez é responsável pela produção e reprodução de práticas introjetadas e veiculadas através dos dispositivos internalizados pelos sujeitos nos diversos processos de socialização e sociabilidade. A exemplo da família, escola, igreja e estado², onde valores e práticas atribuídos ao universo de homens e mulheres são internalizados (MENDES, 2008).

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (BOURDIEU, 2010:103).

A família foi e continua sendo um importante lócus da produção e reprodução das diferenciações e desigualdades sexuais. Como situa Bourdieu (2010), é nessa esfera que se impõe a primeira divisão sexual do trabalho e onde a dominação masculina encontra sua estabilidade, sendo a “principal guardiã do capital simbólico”. No âmbito da família o exercício da sexualidade submete-se a transmissão de bens patrimoniais por vias legítimas como o casamento e, tradicionalmente, elenca às mulheres o espaço doméstico, as atividades de reprodução social e manutenção da união da família. Esse papel atribuído às mulheres, no modelo tradicional de família, se insere e se mantém na lógica da “violência simbólica” internalizada de forma sutil e silenciosa. Passa a ser de responsabilidade feminina, a reprodução do capital social e simbólico que ocorre no interior das relações impregnadas de afeto.

É na lógica da economia das trocas simbólicas - e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina as mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para reprodução do capital simbólico dos homens - que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais (BOURDIEU, 2010:56).

²A igreja manteve uma postura antifeminista em defesa da moral da família, reforçando os valores patriarcais e a noção de “inferioridade” feminina. Por meio simbólico dos textos sagrados ela atuou indiretamente sobre a estrutura inconsciente. A Escola deu continuidade à representação patriarcal através das disciplinas escolares ministradas. O papel do Estado fecha esse ciclo de instituições que contribuem para as desigualdades de gênero, tornando a família patriarcal o modelo de “ordem social” (BOURDIEU, 2010).

O autor reconhece que houve, ao longo do tempo, mudanças incontestáveis no papel das mulheres na sociedade, mas apesar dessas mudanças a estrutura da dominação masculina ainda vigora, visto que as mulheres se encontram em desigualdade em relação aos homens, em vários setores e atividades da vida social. Ressalta o estudioso que elas continuam executando práticas tradicionais elencadas a elas na condição de mulheres.

As relações de gênero para Bourdieu se constituem num quadro de “permanências e mudanças”, mas as mudanças parecem estar instituídas num quadro estrutural de dominação masculina, conforme Mendes (2008). Para essa autora, Bourdieu concebe as relações de gênero dentro de um forte esquema estrutural de dominação masculina que dificulta perceber as mudanças ocorridas com as mulheres na sociedade como mudanças substanciais no quadro geral das relações de gênero, visto que para o teórico as mudanças para serem significativas deveriam operar em nível estrutural e macro, ou mesmo revertendo o quadro de dominação.

A autora ressalta que as mudanças quando concebidas do ponto de vista não exclusivamente estrutural e macro podem ser consideradas como importantes mudanças no quadro geral das relações de gênero, enfatizando que as mudanças nas relações de gênero, geralmente, não operam de forma radical e transformadora no que se refere a mudanças nas estruturas. Afirma que a dominação masculina já não se constitui, como outrora, em força inabalável. Suas estruturas mudaram ao longo do tempo, o que não significa atestar o seu desaparecimento, sendo a violência contra a mulher um exemplo da sua presença.

Para Mendes (2008), nas relações de gênero, o tradicional e o moderno operam num mesmo plano de práticas, o que pressupõe uma possível ambiguidade das práticas femininas, mas não necessariamente sua condição de submissão e alienação. A título de ilustração lembra-se aqui Saffiotti (2000) que diz sobre a ambiguidade:

Eu penso que isto é uma glória, porque não há nada mais rico do que a ambiguidade. É a ambiguidade que nos permite essa especialização que nós temos de negociar. Então, vejam vocês: com a dominação masculina tão dramática como nós temos, se nós não conhecêssemos o terreno da ambiguidade, nós não saberíamos negociar para sobreviver, porque é bem isso, a mulher negocia para sobreviver (SAFFIOTTI, 2000:19).

As relações de gênero também são constituídas pelas relações de poder, como diz Louro (2007:41), “gêneros se produzem, nas e pelas relações de poder”, onde este se

exerce para produzir sujeitos, controlar seus corpos, normatizar a conduta de meninos e meninas e produzir saberes sobre a sexualidade. A concepção microfísica de exercício do poder (FOUCAULT, 2008, 1985) permite que se possa compreender como se constituem as relações de gênero e, particularmente, as práticas de violência no contexto conjugal, ao afirmar que as relações de poder operam também em nível dos indivíduos, não somente nas instituições sociais com o Estado, como se pensava.

Para Foucault (2008; 1985), as relações de poder se exercem tanto na sua forma repressiva, como também produtiva, positiva. Trata-se de um poder descentralizado, que não se localiza em um lugar específico da estrutura social, se ramifica e se articula em vários sentidos, oportunizando certo grau de poder a cada um dos gêneros, como um processo fluído que nega a fixidez e a oposição binária onde um exerça poder e o outro seja destituído de poder. Para Foucault ambos são providos de poder, porém em níveis diferenciados podendo-se, assim, admitir práticas de violência por parte de ambos (MENDES, 2008).

Para esse estudioso o poder não é como algo que se pode ter, ou não, assim como não se escapa dele, portanto, ele não existe, em si, a não ser na relação e enquanto relação. Subentende uma dinâmica de funcionamento que opera através de relações de forças de onde emergirá resistências. É um poder “exercido pelos sujeitos” capazes também de produzirem movimentos estratégicos no campo de poder. Noção, portanto, adequada para se pensar as estratégias de resistências e defesa femininas diante da violência sofrida. Ajuda a compreender as relações de gênero como uma “batalha” constante do exercício de poder que, por sua vez, não circula de maneira uniforme e onde ocorrem diversas “negociações” e estratégias no decorrer do seu exercício (MENDES, 2008).

Nesse quadro teórico sobre as relações de poder para se pensar as práticas de violência no interior das relações conjugais, Bourdieu aponta pistas mais certeiras de relações menos flexíveis e mais desiguais entre homens e mulheres. O que não significa admitir uma alienação e submissão por parte das mulheres agredidas, mas perceber que o quantum de poder feminino é bem menos vantajoso ou poderoso do que aquele socialmente endereçado aos homens. Mas é nessas filigranas de exercício de poder feminino (denúncias, revide e tolerâncias) que opera a possibilidade de mudanças nas relações de gênero.

2.2- Violência de gênero: a complexidade e amplitude do problema no contexto conjugal.

*As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.
(Carlos Drummond)*

Pensar gênero sob a ótica da construção social e das relações de poder é olhar para a violência contra a mulher, como um fenômeno social e cultural, que não se restringe, portanto, aos atores individualizados. Trata-se de uma violação de direitos humanos e uma questão de saúde pública. De acordo com Safiotti (2004) é importante olhá-la pela ótica dos direitos humanos. Vale ressaltar que embora recente a luta de considerar os direitos das mulheres como direitos humanos, há avanços importantes nessa direção.

O percurso das leis brasileiras sobre a garantia de direitos às mulheres segue uma discussão entre os operadores do direito e o movimento feminista. Nesse debate, torna-se comum a concepção de mulheres inseridas na luta por direitos humanos. A própria constituição brasileira (1988), garante a igualdade de direitos a homens e mulheres e oportuniza as denúncias em caso de discriminação sexual.

O movimento feminista deu visibilidade a esse fenômeno que passou a ser tratado para além do espaço privado, como um problema de ordem política, social, de saúde pública e violação de direitos que se pauta numa construção desigual e discriminatória das relações entre os sexos (SAFFIOTI, 2004; SORJ & MORAES, 2009).

A luta para incluir os direitos das mulheres no plano mais amplo dos direitos humanos ganham força com a Conferência Mundial de 1994, em Viena, na Áustria, que sob a contribuição do movimento de mulheres promove a aprovação da Declaração sobre a Violência contra a Mulher. A Convenção de Belém do Pará, no ano seguinte, define a violência contra a mulher, considerando que a mesma pode ocorrer dentro ou fora de casa, por pessoas que tenham, ou não, laços de consanguinidade, mas onde se estabeleça relações de poder. Em 1995, na Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, na China, os direitos femininos passam a ser reconhecidos como direitos humanos (BRASIL, 2012).

O termo violência contra a mulher foi bastante difundido no Brasil e sinaliza a importância dos movimentos feministas, dos anos 70, à frente das denúncias de

assassinatos de mulheres, o que em meados de 80 adentra a esfera da família para denunciar os “espancamentos e maus-tratos conjugais” (ARAÚJO, 2004).

A autora elenca a existência de fatores conjunturais que produzem ou mesmo agravam o fenômeno da violência. Diante da dificuldade de exercer sua função social algumas instituições como o estado, escola, família, justiça e a política não conseguem dar conta da situação de desigualdade social, pobreza, desemprego e outros fatores que contribuem para desencadear ou impulsionar as situações de violação de direitos, como a violência praticada contra mulheres. Nos estudos de gênero essa violência aparece como modalidades abusivas que são pautadas nas diferenças produzidas nas relações de gênero (ARAÚJO, 2004; SOARES, 2009).

Nos últimos trinta anos, a pressão dos movimentos feministas acabou influenciando a visibilidade e o interesse da sociedade em buscar estratégias para o enfrentamento do problema, como, por exemplo, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência Multiprofissionais e Legislações Específicas que vão se modificando ao longo do tempo (PARENTE & NASCIMENTO 2009).

Com uma postura combativa, o movimento feminista influenciou a criação de mecanismos e políticas de combate à violência contra as mulheres, como a criação das Delegacias Distritais que foram implementadas e denominadas, posteriormente, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM’s, que surgiram a partir de 1985 e tornaram-se o primeiro contato das mulheres com o Estado para resolver esses tipos de conflitos. Conforme Romeiro (2008), as Delegacias Distritais se constituíram em espaços conciliatórios. A recepção de policiais nesses estabelecimentos e a burocracia desencorajavam as mulheres em buscar ajuda, assim como a prática da famosa “prensa” ou “susto” dada nos agressores funcionavam apenas como paliativos e acabavam produzindo o efeito da retirada da queixa por parte das mulheres. Embora a sua criação seja um avanço no combate e enfrentamento a violência de gênero, estudos revelam que as DEAM’s no país, geralmente, operam em condições precárias e que parte dos atendimentos profissionais são considerados inadequados no que se refere ao acolhimento reforçando em algumas situações, a continuação do ciclo de violência.

Em 1995, a Lei nº 9.099, garante a criação dos Juizados Especiais Criminais - JECRIM’S para tratar das ameaças ou lesões corporais leves entendendo, ainda, os crimes contra a mulher como de menor potencial ofensivo. No artigo 89, da referida lei, o Ministério Público poderá propor a suspensão do processo por dois a quatro anos,

assim como a reparação do dano, a retirada da queixa por parte da mulher e a extinção da punição. Com a criação dessa lei consideráveis avanços puderam ser notados na garantia dos direitos das mulheres, tais como a definição das tipologias de violência de gênero e violência doméstica, a proibição da ofendida de entregar a intimação ao agressor, a prisão em flagrante do mesmo ou preventiva, em caso de risco a mulher, além de alterações no código penal quanto ao agravamento da penalidade.

Da concepção de crime de menor potencial ofensivo a violência doméstica e familiar contra a mulher, sofreu algumas mudanças e inovações. Para a criação da Lei nº 11.340/06, tanto operadores do direito, quanto as feministas, sustentam o discurso da garantia de direitos humanos tornando, assim, as DEAM'S e JECRIM'S alvo de críticas do movimento feminista brasileiro por considerarem certa banalização nas respostas dadas aos casos de violência contra a mulher no espaço conjugal. O impasse, entre operadores do direito e feministas perdura, pois para o movimento feminista a mulher é o principal sujeito de direitos, enquanto na compreensão de juristas os direitos do cidadão independe de gênero. Esse nó dificulta o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da “violência conjugal” no país (ROMEIRO, 2008; SOARES, 2012).

Passaram dezenove anos até que o estado brasileiro julgasse a ação de violência sofrida pela cearense Maria da Penha, necessitando de uma cobrança internacional e condenação do estado brasileiro, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, diante da negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres brasileiras (LINS & SOUSA. 2006).

Esta Lei se configura como mais uma vitória para as mulheres que tendo seus direitos negados durante séculos, foram tomadas como propriedades de seus maridos, conferindo a eles pais, total direito sobre a vida e a morte dessas, nesse sentido, a lei Maria da Penha apresenta uma nova lógica social baseada na ideia de que a violência contra a mulher viola os direitos humanos e se configura como crime (MESQUITA, 2010).

Em 2006, é então, sancionada a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), cujo objetivo é coibir todas as formas de violência doméstica contra a mulher e criar instituições especializadas para prevenir e punir a violência (BRASIL. LEI Nº 11.340). Essa lei, cuja criação já estava estabelecida no artigo nº 226, da Constituição Federal, vem atender o compromisso assumido pelo Brasil na Convenção sobre a Eliminação de

Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é assim definida conforme a Lei nº 11.340 ou Lei Maria da Penha³:

Como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial; no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Essa lei inova com uma proposição em seu artigo 30º, delegando a uma equipe especializada e multiprofissional a atribuição de “desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes”. Vale ressaltar que a lei também prevê o trabalho de reeducação social para os homens “agressores”. Tem por diretrizes gerais, conforme seu artigo 8º, um conjunto articulado de ações:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e

³Maria da Penha Maia Fernandes, é uma biofarmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Por conta das agressões sofridas, Penha ficou paraplégica. O episódio chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. No ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres.

familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para tanto o enfrentamento deverá ocorrer através do fortalecimento de programas sociais e estratégicos, acesso às redes sociais de apoio, a capacitação dos profissionais de saúde, a criação de grupos de mulheres para a discussão da temática, a divulgação de campanhas, a elaboração de políticas públicas, dentre outras (PORTO & LUZ, 2006).

É importante, ainda, lembrar que a Lei Maria da Penha dispõe sobre medidas protetivas de urgências aplicadas aos agressores em favor das agredidas, podendo os mesmos serem afastados do domicílio com maior brevidade possível ou mesmo as mulheres serem conduzidas às casas abrigo. Uma vez que a lei tem caráter civil e criminal, qualquer medida de proteção à ofendida deve garantir seus direitos civis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

No texto da lei aparece a atribuição de diminuir as desigualdades de gênero, através de políticas públicas que possam garantir menos discriminações às mulheres. Soares (2009) defende que a intervenção envolva além da mulher na condição de agredida, o homem na condição de agressor, sendo o foco de intervenção na relação, o que oportuniza um olhar refinado sob a necessidade de mulheres e homens serem assistidos e tratados. A Lei Maria da Penha (2006) surge, então, na perspectiva de regular as medidas de enfrentamento a violência, possibilitando a variedade interdisciplinar de escutas e propondo medidas socioeducativas como forma de intervenção.

No que se refere às expressões utilizadas, nos estudos, ao discutir esse tipo de violência são várias como violência contra a mulher, violência de gênero, violência doméstica, violência conjugal e violência doméstica e familiar contra a mulher, frequentemente, usadas como sinônimos, mas que autoras como Araújo (2004), Soares (2009) e Saffioti (2004) apontam suas especificidades e as melhores adequações em relação a sua utilização. Para quaisquer dessas definições existem limitações, mas comumente a literatura especializada utiliza o termo violência de gênero como equivalente à violência contra a mulher, visto que comumente as mulheres aparecem como alvos principais dessa violência.

Para Saffioti (2004), o termo violência contra a mulher é, muitas vezes, utilizado como sinônimo de violência de gênero e ainda de violência doméstica com características de violência intrafamiliar. Para a autora, a violência de gênero engloba uma categoria mais generalizada, uma vez que se reporta as formas de relação de dois polos: o masculino e o feminino. Contudo, por ser um constructo cultural essa se dá, na maioria dos casos, entre homens e mulheres, o que poderá ou não ocorrer na esfera doméstica, traduzida, portanto como violência doméstica. Já a violência familiar é aquela que ocorre entre pessoas que se consideram da mesma família por afinidade ou consanguinidade, ocorrendo dentro do mesmo domicílio ou não, poderá então ser doméstica e intrafamiliar ou somente intrafamiliar. Ampliando se pode ainda considerar que o espaço doméstico se constrói também no simbólico considerando, assim, que

violências que ocorrem entre pessoas de domicílios diferentes possam ser domésticas, caracterizando essa modalidade a “rotinização”.

Historicamente a violência doméstica é masculina, podendo ser exercida também pelas mulheres em relação aos seus filhos, mas na prática as mulheres são os maiores alvos. A violência familiar prioriza situações que ocorrem por pessoas que tem laços de consanguinidade e/ou afeto, podendo envolver pais e filhos, irmãos, marido e mulher. A violência conjugal poderá ser compreendida como derivada das relações familiares, envolvendo homem e mulher que se constituem e se associam por relação de afeto.

Limitar a violência conjugal à violência contra a mulher é privilegiar o recorte de gênero, estabelecer vítimas e agressores, encontrar as causas no campo feminista e solução nos agentes e não na relação entre eles. A preponderância do uso do termo violência contra a mulher, Soares (2009) discorda por achar que reafirma, a priori, a condição de vitimização das mulheres. Contudo pondera que nenhum dos caminhos tomados, por si só, não atendem em absoluto a compreensão do fenômeno, vale ressaltar que a direção tomada faz parte de um recorte, por vezes inconciliável ao outro.

Para Soares (2009), privilegiando a compreensão social de gênero que se faz presente na relação conjugal, a terminologia não aparece como determinante, mas é esclarecedora. A multiplicidade do uso de termo constitui-se num problema teórico e posições políticas divergente sobre a condição das mulheres no contexto da violência, pois muda a atuação e o cenário dos envolvidos na relação. Pela ótica das estudiosas que utilizam o termo violência contra a mulher, as mulheres parecem ocupar o lugar estanque de vítimas de algozes dificultando uma possível condição de empoderamento das mulheres (ROMEIRO, 2008). A direção tomada nessa pesquisa opta pelo caráter dinâmico do conceito, considerando a existência da violência numa relação de troca, mesmo que desigual, como no caso das mulheres dessa pesquisa.

Nos estudos que optam pelo termo violência de gênero ressalta-se o caráter dinâmico da categoria, na diversidade de pares que possam aparecer, assim como os fatores que contribuem para a emergência de comportamentos violentos, no entanto, na terminologia de violência conjugal privilegia-se a compreensão das relações de gênero (homem/mulher) sob a ótica da dinâmica dos agentes que compõe a relação (ARAÚJO, 2004).

Nesse estudo, os termos violência de gênero, violência conjugal e violência contra a mulher são, algumas vezes, usados como sinônimos, entendendo que a

violência conjugal é uma violência de gênero e que, na maioria das vezes, é direcionada contra mulheres, mas que não se limita exclusivamente a essas. Nessa pesquisa as mulheres investigadas, em sua maioria, se encontram na situação de “vítimas”(grifo meu), porém não são passivas diante dos conflitos e das práticas violentas, a exemplo da postura de denúncia.

A violência de gênero é um fenômeno mundial cujos agressores, geralmente, são os homens, no entanto não se pode universalizar esses sujeitos como a única possibilidade de agressão nesse contexto, considerando que a violência é apontada como um construto relacional e que a substituição do termo violência de gênero por violência contra a mulher, reduz a compreensão do fenômeno, uma vez que quando se fala de gênero se fala de uma relação social considerando várias possibilidades em termos dos sujeitos e das relações afetivas presentes (ARAÚJO, 2004).

No caso específico dessa pesquisa se está trabalhando com a violência de gênero no espaço conjugal, ou seja, no ínterim das relações heterossexuais, portanto, com o par conjugal homem-mulher a fim de compreender as marcas deixadas pela violência conjugal para além do corpo das mulheres. Tais práticas de violência impetradas pelos companheiros ou maridos dessas mulheres denunciam a forte presença do modelo hegemônico de masculinidade que colocam esses homens numa posição dominante e as mulheres em condição de subordinação naturalizando, assim, as desigualdades e hierarquias de gênero. Sob a ótica dessa hegemonia, masculinidade e violência aparecem intrincadas fazendo parte da lógica de que a violência é o que diferencia homens e mulheres, tomando a violência como uma resposta naturalizada do masculino (GOMES, 2008).

A problemática da violência conjugal envolve a atuação de papéis sociais de gênero, cujas inscrições aparecem associadas ao sexo biológico. Eles mudam de cultura para cultura, dentro de uma mesma cultura e em tempos diferentes na sociedade, mas não apresenta necessariamente um aspecto evolucionista (GROSSI, 1998). Para Saffioti (2002), a ordem patriarcal na sociedade moderna, fortalece o desenvolvimento desses papéis de gênero, pela ótica do projeto dominação-exploração, privado e público, onde a violência é coadjuvante do domínio masculino, contribuindo para a continuidade da violência doméstica e familiar.

A violência no espaço íntimo, privado, doméstico, apresenta dados importantes que envolvem dois caminhos o de gênero e o da conjugalidade, sem esquecer que na vida conjugal o recorte de gênero marca a diferença e tanto homens, quanto mulheres,

são atores nesses conflitos. Isso significa que a mulher nem sempre deve ser vista como vítima nesse processo, embora ressalte não ser característica do feminino, na ordem patriarcal, exercer a condição de dominadora (SOARES, 2009; SAFIOTTI, 2002). Gregori (2003) diz que o entendimento da violência de gênero aparecia como resultante do falocentrismo ou do patriarcalismo até a década de 80, no entanto, aponta que tal interpretação é insuficiente como análise, considerando que essa visão dualista que se trata entre vítima e algoz legitima a mulher no plano de vítima e nega-lhe a possibilidade de emancipação.

Homens e mulheres atuam de forma mais ou menos vulneráveis para as mais diversas tipologias de violência, o que dá as agressões pertinentes ao espaço privado da conjugalidade, a possibilidade de duas dimensões: “conflitos conjugais”, que podem ser unilaterais e recíprocos, e as “violências de caráter crônico e unilateral”, resultantes da dominação de um parceiro sobre o outro. Esta segunda modalidade, de acordo com Soares (2009), provoca agressões de maior gravidade, embora ainda assim não atinja só as mulheres.

As práticas de violência aparecem inscritas sob as mais variadas tipologias. Embora, estatisticamente, as agressões físicas sejam as mais recorrentes e registradas, as repercussões mais duradouras e dolorosas da violência se encontram cravadas simbolicamente com inscrições nos corpos, trata-se daquelas que atingem a alma e a vida das mulheres por inteiro (OLIVEIRA & VIANA, 1993; SAFFIOTI, 2004).

A *violência física* (grifo meu) se configura através de tapas, empurrões, agressões, cortes, chutes, desferida pelo corpo de quem agride ou pela utilização de instrumentos que provocam lesões, ferimentos, fraturas, hematomas ou morte (ARAÚJO, 2004; SAFFIOTI, 2004). Vale ressaltar que, geralmente, aparece acompanhada de violências psicológicas, desencadeando “sentimentos de humilhação” e impotência dos agredidos.

A *violência psicológica* (grifo meu) diz respeito a xingamentos, humilhações, ameaças, acusações, exploração, ofensas, rejeição, isolamento, menosprezo, manipulação e/ou todo constrangimento que cause sofrimento psíquico. É talvez o tipo mais presente no dia a dia das relações conjugais, apresentando-se de forma sutil, aparentando o caráter contraditório de insignificância e delicadeza, por vezes, confundida com expressão de zelo ou cuidado de quem agride. Não produz marcas ou hematomas diretos no corpo físico, mas produz uma dor maior, a “dor da alma” (SAFFIOTI, 2004). Mendes (2008) ressalta os efeitos danosos dessa violência ao dizer

que se trata de uma dor permanente porque atinge a conduta moral, a honra e a dignidade daquelas que se encontram na situação de vítimas.

As mulheres expostas a essa modalidade, correm um maior risco de adoecimento, sofrimento e morte, tendo reduzidas a qualidade de vida, capacidade produtiva, autoestima e, conseqüentemente, a capacidade de elaborar um conjunto de estratégias de sobrevivência (PEREIRA & MADEIRA, 2010; ADEODATO, 2005). Mais da metade delas apresentam sintomas no corpo físico, distúrbios de adaptação social, depressão e tentativas de suicídio (GIFFIN, 1994).

A *violência sexual* (grifo meu) refere-se a qualquer ato que a vítima seja submetida contra a sua vontade na relação sexual, a exemplo do estupro ou sua tentativa, assédio sexual, atentado violento ao pudor, entre outros. O estupro pode ocorrer, inclusive, no contexto, regular da conjugalidade e ser praticado pelos próprios maridos e/ou companheiros. É a prática do ato sexual sem o consentimento e/ou concordância da companheira ou esposa. Essa prática nem sempre é vista como um ato de violência e sim como desempenho desses atores nos papéis sociais que lhes são atribuídos na relação conjugal, como cumprimento do dever ou obrigação conjugal, mostrando-se sempre pronta e receptiva ao ato sexual, cuja iniciativa, tradicionalmente, cabe à figura masculina (ARAÚJO, 2004).

A *violência patrimonial* (grifo meu) configura-se como qualquer ato destrutivo ou de omissão que afeta o bem-estar e a sobrevivência da mulher implicando dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores, trazendo prejuízos financeiros e/ou restrição de usar bens que são seus por direito (Lei nº 11340/06).

A *violência moral* (grifo meu) é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, desonra, acusações falsas, difamação ou injúria, implicando constrangimento ou mesmo a construção de uma falsa realidade que compromete a honra e a moralidade dos sujeitos agredidos (Lei nº 11340/06).

Há que se destacar no contexto de violência a sua dimensão simbólica que aparece como fruto de um trabalho contínuo, histórico que se produz e reproduz em práticas posteriormente naturalizadas.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser

vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU 2010:47)

Os efeitos da violência simbólica, conforme Bourdieu (2010), não se exerce em nível da consciência, mas através dos dispositivos que constituem o *habitus* e que estão aquém da vontade ou da consciência. Tais efeitos só podem ser compreendidos quando se reflete sobre os efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre os corpos.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (Bourdieu, 2010:50)

Para Saffioti (2004) as mulheres conseguem superar melhor uma violência física (pontapés, empurrões, tapas), do que as humilhações sofridas, que provocam dores profundas, ferem a alma, produzindo feridas de difícil cicatrização e cura. Ressalta, ainda, como inaceitáveis para as mulheres os homens quebrarem objetos e rasgarem suas roupas destruindo, de alguma maneira, sua identidade.

Conforme Araújo (2004), a maior incidência e visibilidade por modalidade de violência são as agressões físicas, sendo que mais da metade envolve lesões corporais. Em segundo aparecem os casos de violência psicológica que atravessa todas as outras modalidades e, de certa forma, mantém a mulher numa situação ainda maior de submissão, visto que fica prisioneira de sentimentos contraditórios acreditando, muitas vezes, que é responsável pelas agressões sofridas e que dependerá dela o fim das agressões. Tais sentimentos oscilam entre o amor e o ódio, a ideia que o homem que violenta o faz por amor ou proteção, desequilíbrio emocional ou mesmo por agentes externos, como o álcool e outras drogas. A autoestima, frequentemente, manipulada faz com que acredite nas desvalorizações que lhes são atribuídas tornando-as impotentes. A maior das contradições vivenciadas está na impotência sentida por algumas mulheres, quando foram preparadas para na família exercer o papel de cuidadora e protetora, assim como, por vezes, tentar traduzir a violência pela ótica do merecimento, diante da desobediência ao papel feminino a elas atribuído.

O processo de naturalização do fenômeno da violência de gênero aparece como uma necessidade masculina incessante de confirmação das relações de poder e produz fragilidade de difícil superação, como diz Souto & Braga (2009: 03) “essas situações

vivenciadas por longos períodos fragilizam-nas e as tornam mais vulneráveis, pondo-as em menores condições de enfrentamento”.

A violência de gênero é um fenômeno complexo e multifatorial, independe de classe social, raça, etnia, idade, religião, estando associado a diversos fatores como ciúme, traição, desemprego, dependência financeira, ingestão ou dependência química (álcool e/ou drogas) que associados ou atuando sozinhos constituem os mecanismos desencadeadores ou incitadores dessas práticas.

No contexto conjugal de violência, Oliveira (1998) ressalta a divisão do trabalho e das tarefas domésticas como um ponto de partida para o entendimento das questões entre homens e mulheres nessa situação. Meninos na infância são facilmente dominados por mulheres (mães, professoras, babás...) e quando adultos passam a exercer domínio sobre “suas” mulheres, como uma forma de reparação. É dentro dessa perspectiva que se fortalece um processo repetitivo e cíclico, onde sob o domínio do homem, a mulher passa a ser excluída da vida pública, restando-lhe o espaço privado, doméstico e o cuidado aos filhos.

A preponderância das práticas de violência recai, substancialmente, sobre uma ideologia tradicional de gênero pautada na propensão masculina à violência, posturas machistas de posse, controle, vigilância e proibições, indicando insegurança e fragilidade como elementos constitutivos da masculinidade desses homens.

Outras razões desencadeadoras e/ou precipitantes do contexto de violência no âmbito da esfera conjugal refere-se à condição social de extrema pobreza da família, situação prolongada de desemprego masculino comprometendo as atribuições dos cônjuges de provedores do lar e da sua autoridade no contexto familiar. Embora a situação financeira precária não apareça como causa direta e principal da violência conjugal, essa provoca uma situação permanente de estresse nas relações conjugais. Frustração e estresse podem ser “gatilhos situacionais” para o desencadeamento de uma ação agressiva (MENDES, 2008; ROSA et.al, 2008).

Conforme Mendes (2008), a recusa das mulheres ao ato sexual, quando procuradas pelos companheiros, sobretudo, aquelas que se encontram na faixa dos quarenta anos, ou acima, se constitui como fator de desencadeamento das práticas de violência e de infidelidade por parte dos maridos que vão buscar fora de casa satisfazer-se sexualmente. A recusa feminina, nesses casos, está relacionada à concepção de atividade sexual associada à jovialidade dos cônjuges e/ou com fins de reprodução. Com os filhos já adultos e/ou estando no climatério dão por encerrada a vida sexual ou a

admitem de forma bem esporádica no contexto conjugal. Essas recusas femininas agridem o modelo de masculinidade desses homens pautado na virilidade e na força. As recusas femininas também podem representar estratégias de resistências diante das posturas machistas e violentas dos companheiros.

Mendes (2008) chama também atenção ao fato das mulheres agredidas não serem apáticas ou puramente submissas diante das práticas de violência. Em seu estudo, encontrou diversas reações femininas frente à situação de violência impetrada pelos companheiros indo de “radicais” a “moderadas”.

No que se refere ao local privilegiado de ocorrência das práticas violentas, as pesquisas na área de gênero revelam que mais da metade dos casos ocorrem nos domicílios e os agressores são pessoas próximas, conhecidas, parentes e, na maioria das vezes, os próprios companheiros ou maridos, (ARAUJO, 2004; SAFFIOTI, 2004; GREGORI, 2003; STREY, 2004; DINIZ & PONDAAG, 2003; PONDAAG, 2009).

Muitos são os fatores que dificultam a ruptura do ciclo de violência e que faz com que as mulheres protelem ou mesmo não denunciem ou se separem dos agressores. Esses motivos estão relacionados ao sentimento de afetividade que nutrem por eles, a esperança de mudarem seus comportamentos, o sentimento de culpa de serem as denunciantes e responsáveis pela prisão do pai dos seus filhos, a culpa de serem responsáveis pela desestruturação da família, além da falta de confiança no sistema policial e judiciário em protegê-la (MENDES, 2008).

Nesse sentido, o silêncio se encaixa como uma estratégia de manutenção e controle dessa violência, mas também como possibilidade de sobrevivência. Boa parte das mulheres agredidas por seus companheiros e/ou maridos silenciam em nome da credibilidade social dos seus discursos, da união da família, da indissolubilidade do casamento, da proteção dos filhos, pelo receio de ficarem sós ou mesmo por medo das ameaças e/ou chantagens dos maridos e principalmente o medo de serem mortas (MENDES, 2008; DINIZ & PONDAAG, 2003).

Outra forma de silêncio encontrado no contexto de famílias em situação de violência diz respeito às mães diante do incesto de suas filhas, muitas vezes, entendido como cumplicidade, conivência e mantenedoras de situações de violência intrafamiliar, mas que necessita ser situado no contexto histórico da subordinação feminina, ou mesmo na repetição do padrão abusivo na história da família. É recorrente que mulheres/mães que silenciam ao abuso (incesto) de suas filhas, tenham sofrido no passado situação semelhante, reafirmando o poderio masculino. As denúncias, ou não,

advém após a ressignificação de padrões abusivos sofridos por seus homens, pais ou maridos (NARVAZ & KOLLER 2004).

A violência de gênero apresenta um caráter cíclico distribuídos em três fases, segundo Carmo e Moura (2010): 1) a primeira é onde se estabelece uma tensão pautada na violência psicológica, com intimidações, ameaças, constrangimento público, atribuição de culpa à mulher pelo fracasso individual ou na relação. Nesse momento a mulher, em situação de violência, costuma acreditar que poderá reverter a situação; 2) a segunda fase caracteriza-se pela explosão do fenômeno, resultando na violência física, propriamente dita. Nesse estágio, o tempo torna-se mais breve e marcado por episódios de violência física, associados, ao uso de armas brancas ou de fogo como forma de intimidar. Esse é o momento do ápice da violência. 3) a terceira fase é intitulada a fase “lua de mel”, onde impera a reconciliação e o relacionamento recomeça, como se tudo tivesse sido apagado surgindo, então, novas promessas, desculpas e arrependimento.

Considerando a circulação de poder e a maneira como se constitui o ciclo de violência e os atores que dele fazem parte, acaba se tornando difícil sua superação ou mesmo a dissolução da relação, devido a diversos fatores como falta de emprego, baixa escolaridade e dependência financeira e/ou emocional das mulheres (CARMO & MOURA, 2010).

Vale ressaltar a importância das denúncias como possibilidade de ruptura do ciclo de violência, mas também como momento de desnaturalização dos costumes, da lógica patriarcal, de dominação e opressão das mulheres (MESQUITA, 2010). Com a implantação da Lei Maria da Penha e da maior visibilidade dessa problemática através da mídia, tem aumentado o número de denúncias, mas ainda são considerados pequenos para a quantidade real de violências praticadas, sendo a violência simbólica um dos empecilhos para o reconhecimento das mulheres em torno das práticas abusivas que sofrem. Grossi (1998) ressalta que a decisão de denunciar é difícil, pela pressão da própria família para a acomodação do conflito, valendo-se do adágio popular “ruim com ele pior sem ele”. A queixa na delegacia é traduzida pelo companheiro como uma exposição desleal por parte da companheira e o desejo da interrupção do vínculo afetivo do casal. No entanto, o que as mulheres buscam é impedir os atos de violência contra elas próprias e seus filhos (GROSSI, 1998). Alguns razões como a preocupação com os filhos, a preservação da moradia da família, em que se observa a importância material e simbólica que a casa adquire, aparece como justificativa para o recuo e não prosseguimento dos processos judiciais de denúncias.

Observa-se que a maioria das denúncias é feita pelas mulheres e raramente são feitas por familiares, que mesmo presenciando os episódios de violência optam por não se envolver. O mecanismo de denuncia aparece como possibilidade de reverter o quadro de violência. Tornando se, pois, uma estratégia, um “momento de ruptura” que poderá resultar, ou não, em mudanças. É também uma forma de resistência feminina nesse contexto de exercício das relações microfísicas de poder (Foucault, 1979).

Entendendo que a conjugalidade se constitui em um projeto “afetivo emocional” que envolve duas pessoas, convivendo no mesmo teto, ou não, tendo filhos, ou não, a queixa na delegacia passa a ser uma “arma na pequena guerra travada” pelo casal. Todavia, os argumentos que sustentam a suspensão da queixa na delegacia encontram amparo na dimensão simbólica da violência dificultando, assim, os rompimentos.

Pondagg (2009) comentando sobre os sentidos da conjugalidade reforça a diferenciação atribuída por homens e mulheres à relação conjugal. Ressalta que para as mulheres a relação conjugal está associada ao amor romântico, enquanto para os homens está associada à constituição da família. Os sentidos culturais atribuídos, em geral, à relação conjugal associa-se a manutenção da relação afetiva em qualquer circunstância.

O patriarcado como modelo de opressão e (a)sujeitamento das mulheres, é um caso específico de relações de gênero que tem em sua base o sentimento de medo como forte aliado, também encontrado nessa pesquisa. O medo conduz as mulheres ao lugar da submissão e esquiva de situações de conflito e violência. Nesse tipo de relação afetivo/conjugal o papel do homem é de provedor e detentor de poder, chefe de família e da mulher de mantenedora do lar, educadora dos filhos e responsável pela união familiar. (SAFFIOTTI, 2004; DINIZ & PONDAGG, 2004).

Apesar das lutas feministas incessantes contra, a violência de gênero e a grande publicização da questão na mídia, essa ainda é rodeada pelo silêncio e segredo que se apresentam como forma de linguagem e expressão da violência, podendo ser traduzidos, por vezes, com estratégia de enfrentamento ou de manutenção guiadas pelo sentimento medo.

O silêncio é, portanto, uma forma legítima de linguagem dos corpos femininos. Homens são educados para a esfera pública. Mulheres são educadas para, na esfera privada, garantir o segredo e tem no silêncio seu grande aliado. Desse entrelaçamento dos gêneros entre público e privado a ação violenta dos homens aparece como a principal ameaça à saúde das mulheres, aos seus direitos e cidadania. As mulheres

silenciam a dor e transformam o sofrimento em segredo. Silêncio e segredo, como questão de gênero, estão a serviço da violência e produzem impactos na qualidade de vida. As dores da violência conjugal silenciadas produzem ecos diretos na saúde das mulheres pelo caráter contínuo e presente nessas relações (SCHRAIBER ET AL, 2003: DINIZ & PONDAGG 2003).

Segundo Diniz & Pondagg (2003: 253), “o silêncio isola a dor da situação que a referencia, gerando um contexto de diluição e minimização do ato que gera a dor”. O sofrimento aparece dissociado da violência que o produz. O silêncio serve as mais diversas formas de proteção, a autoproteção da mulher, do modelo familiar, por vezes, dos filhos e contraditoriamente ao medo e a resistência.

O silêncio e o segredo afetam o desenvolvimento e a saúde mental das mulheres. Eles servem para separar a dor da experiência que a referencia, produzindo uma situação de diluição e minimização do ato que origina tal dor. Essa dinâmica produz frequentemente uma condição de culpa, vergonha, isolamento e autodesprezo que pode situar a mulher numa posição de baixa autoestima, de perda de sua condição de sujeito e cidadã (DINIZ & PONDAGG, 2004:182).

2.3. Corpo, suporte de valores e significados das marcas da violência.

Pensar o corpo como lugar de inscrição das marcas deixadas pela violência conjugal é problematizar esse “corpo” que varia de cultura a cultura, na história e através do tempo (MONTEIRO, 2010).

Os estudos sobre o corpo na antropologia são relativamente novos e aparecem interligados a antropologia da saúde, da arte e/ou feminista. Estudos na área de gênero apontam que nos últimos trinta anos se modificaram as formas de controle sobre o corpo das mulheres, assim com a consequência para a definição do que é ser mulher, a construção da sua subjetividade feminina e por fim a configuração de gênero. O corpo feminino, no percurso dos estudos, aparece inicialmente associado à reprodução, transforma-se em um corpo sexual e na atualidade aparece como o corpo da estética, da imagem, que faz parte de uma dinâmica social de gênero (ESTEBAN, 2004).

A história das relações de gênero está marcada pela história dos corpos, onde corpos femininos associam-se a sexualidade, a sedução, a imagem, a beleza, enquanto corpos masculinos associam-se a força e virilidade. Aos homens é ensinado a exibição da força corporal e as mulheres é esperado um corpo para reprodução/sedução. Assim os corpos de mulheres aparecem sempre mais vulneráveis que os dos homens, pelo seu papel na vida familiar, na mitologia, religião e outros (ESTEBAN, 2004).

Sendo assim, há que se pensar o corpo, como expressão da cultura, a partir de suas técnicas de proibições, controles e gestos. Marcel Mauss (1934) afirma que as técnicas corporais se constituem na maneira como homens e sociedades se servem de seus corpos e produzem sentidos. O corpo é, portanto, um fenômeno cultural, socialmente construído e histórico. Faz parte dos hábitos, costumes, crenças e tradições que caracterizam uma cultura. A escola, família, estado, igreja, hospitais, são instituições que através das suas técnicas específicas e especializadas adestram os corpos pautados nas suas classificações, respectivamente, conforme idade, sexo, rendimentos, dentre outros.

Para além do silêncio os corpos simbolizam, expressam e reproduzem a cultura e o social (MAUSS, 1934; GREINER, 2010; LE BRETON, 2011). Segundo Goellner (2005), os corpos são construções históricas produzidas pela cultura. Neles estão inscritas diferentes marcas, representações, discursos e práticas, em vários tempos, grupos, economias.

O corpo é portador de significados, onde se evidencia a relação do homem com o mundo. Por meio dos sistemas simbólicos o homem dá sentido a sua vida, seja pelos movimentos, pelo gestual ou pelos ritos. Na condição de emissor ou receptor produz sentidos e se insere no interior de dado espaço social e cultural (LE BRETON, 2007:8).

O corpo também pode ser pensado numa perspectiva feminista como um obstáculo para a igualdade entre homens e mulheres no sentido da regulação e do controle. Em Bourdieu (2010), o corpo aparece como fruto da aprendizagem do que se atribui socialmente como comportamentos masculinos e femininos, retratados no andar, falar, olhar etc. A naturalização e a incorporação inconsciente dessa divisão constitui uma hexis corporal, que se produz e reproduz através do habitus. Segundo o autor, a construção social do corpo se dá pela significação social que se atribui a diferença anatômica, ou seja, ao sexo biológico.

A constituição da sexualidade enquanto tal (que encontra sua realização no erotismo) nos faz perder o senso da cosmologia sexualizada, que se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação social – o movimento para o alto sendo, por exemplo, associado ao masculino, como a ereção ou a posição superior no ato sexual (BOURDIEU, 2010: 15).

Conforme esse teórico, o corpo é construído socialmente como uma realidade “sexuada”, portanto, tal qual a oposição masculino e feminino, outras oposições homólogas se inscrevem no corpo de homens e mulheres, ou seja, o que se deposita no corpo é referencial de uma divisão sexualizada. Essa realidade social do sexo encontra naturalização, inclusive, a partir da divisão do trabalho, o que leva o estudioso a afirmar que a diferença anatômica, significada culturalmente, também constrói a diferença social.

Para Bourdieu (2010), as relações de dominação se inscrevem fortemente nos corpos dos sujeitos dominados, numa espécie de “somatização das relações de dominação” que expressa em seus corpos um modo de estar, de ser, de perceber. Os corpos de homens e mulheres se constituem e usados através das práticas e valores operados nos processos de socialização. Há, então, uma relação próxima entre o social e o biológico. Refere-se, o autor, a uma definição social dos órgãos sexuais como uma construção feita através de “escolhas orientadas”, onde as oposições homólogas tomam o masculino como “medida de todas as coisas”.

Para Butler (2002), corpos podem ser constantemente rematerializados, como um processo em aberto, visto que a materialização nunca é totalmente completa, que os

corpos não se conformam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta. Conforme a autora, o sexo não está a serviço da construção da identidade do sujeito, não é estático, é uma norma que viabiliza e qualifica o corpo na cultura. Na sua concepção se sexo está ligado à natureza e gênero a cultura, o sexo só passa a ter valor a partir da cultura, ou seja, quando assume um caráter social, renunciando o natural. A autora propõe um retorno à materialidade dos corpos. Uma vez materializado os corpos são pensados dentro de uma “relação dos efeitos produtivos” considerando o poder regulatório que age sobre essa produção. Nessa visão, o ponto central não está em como se dá a construção do gênero, mas a que normas e poderes essa construção atende. Em Costa e Furlin (2010) o corpo é pensado como uma “cartografia” ressalta o “discurso-poder” que atua e define os corpos, onde a materialidade mais evidente desse discurso aparece na violência contra a mulher.

Os corpos femininos apresentam-se reveladores das mais variadas formas de violência, inclusive as violências simbólicas. É no corpo que se inscrevem marcas e através dele é possível expressar sentimentos e exprimir experiências (COSTA E FURLIN, 2010). Nesse sentido é que Soihet (2002) ressalta as representações sociais do corpo feminino como expressão de beleza, desejo, fonte de prazer, inscrição da maternidade, mas também lugar de violência (física e/ou simbólica), contribuindo para a manutenção das desigualdades de gênero. Ele é o anteparo primeiro das marcas e dores físicas, mas também simbólicas, aquelas chamadas “dores na alma” que implicam em aspectos relacionados à moralidade, vergonha e autoestima, no contexto da violência conjugal. Nesse sentido, o corpo se constitui como veículo importante de linguagens e inscrições dessas violências, dando-lhes significados.

O corpo é uma construção simbólica e não uma realidade, em si, diz Le Breton (2011) dessa forma, está para além da dimensão puramente biológica. É uma realidade experimental, viva, que se constrói através da e pela linguagem (RODRIGUES, 1983). Considerando o contexto da violência de gênero, particularmente da violência conjugal, como aquela aqui investigada, o corpo feminino torna-se linguagem e repercussão de sentimentos e sensações como medo, sujeição, abuso, repressão e doenças que são produzidos e expressam nessas mulheres o desleixo, a falta de prazer sexual, desinteresse pelas relações sexuais, quadros de depressão, baixa estima e algumas compulsões como obesidade e dependência química.

O movimento feminista, na década de 60, influenciou através da “revolução sexual” novos estudos sobre o corpo, em especial o feminino, e um novo imaginário

social se forma levando em consideração as modalidades físicas e a cultura. O corpo foi pensado de várias maneiras no feminismo do final do século XX. Foi colocado no centro da luta feminista como corpo reprodutivo e político a um só tempo, foi visto como limitação para o acesso das mulheres na sociedade, como produto da ciência e da tecnologia, como passivo e objeto, mas também como lugar de resistência e de contestação política, sexual, estética e intelectual e, por fim, como lócus de compreensão da existência social e psicológica das mulheres (ESTEBAN, 2004).

O corpo aparece sobrecarregado de significados, servindo de espelho para o social, ou seja, traduzindo o imaginário social. No fundamento de qualquer prática social, como mediador privilegiado e pivô da presença humana, o corpo está no cruzamento de todas as instâncias da cultura, o ponto de atribuição por excelência do campo simbólico (LE BRETON, 2007; HEILBORN 1997). Assim como gênero é uma construção cultural expressa, muitas vezes, de forma simbólica o corpo também é um construto social e simbólico que expressa às relações sociais e de poder que nele imperam.

O corpo só pode ser compreendido na trama social de sentidos, portanto, as marcas visíveis, ou não, da violência de gênero podem ser traduzidas de várias maneiras, seja como expressão de acomodação, adequação, ruptura ou resistência, mas o fato é que sua manifestação vai para além do corpo físico, atravessando a sua dimensão simbólica (LE BRETON, 2007). Sentimentos também encontram repercussão no corpo, a exemplo de como revelam as mulheres entrevistadas, cujas marcas inscrevem suas revoltas, angustias, tristezas, raivas, medos e decepções. Nesse contexto se insere, então, a dor para qual lhe é dado um sentido próprio frente aos maus-tratos e sofrimentos.

A construção dos gêneros é um processo social e histórico que envolve os corpos sexuados dos sujeitos, onde se deve evitar a polarização natural/social, visto que o gênero também se expressa através da sua dimensão biológica. Não se trata simplesmente de uma aprendizagem de papéis masculinos ou femininos, é mais do que uma identidade aprendida, é a constituição de diversas instancias e relações sociais que incluem instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. Os corpos se produzem nas relações sociais, são marcas da cultura e das relações de poder (LOURO 2003,1996).

Desse modo, é possível pensar o corpo das mulheres agredidas a partir das inscrições de gênero na interface com as relações de poder construídas na intimidade

das relações conjugais. Para Gregori (2003), no que tange a violência de gênero e as práticas sexuais, as inscrições simbólicas tornam-se extremamente relevantes. É onde sob a influência da cultura os papéis masculinos e femininos atuam como pano de fundo nas relações de força, submissão, dor, repressão confirmando relações desiguais de gênero. Contexto no qual as mulheres silenciam em seus corpos a violência sofrida.

A mulher é envolvida por um silêncio que marca seus corpos e constrói uma identidade a serviço da feminilidade. Mesmo na música, no “discurso do poeta”, no retrato do artista é o silêncio a marca que cai sobre o corpo feminino. O corpo feminino é da ordem do privado, portanto, oculto (PERROT, 2003). No entanto, o “silêncio” fala através do corpo, na forma de linguagem simbólica, muitas vezes, expressa na saúde física e mental, deixando marcas profundas e duradouras que vão além do corpo físico e se instauram no corpo simbólico de forma naturalizada e imperceptível, através do que Bourdieu (2010) chamou de violência simbólica, uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas...” (Bourdieu, 2010: 3).

O silêncio das mulheres é, de modo geral, atravessado pelo direito privado e os segredos de família, como situa Perrot (2003), tornando-as alvos de diversas formas de violência, ao tempo que confere ao homem essas práticas como prova de virilidade e força amparados no álcool e drogas como desencadeadores de um cenário de violência conjugal.

Como ressalta Sarti (2006), dados epidemiológicos, retratam uma “lógica classificatória dos fenômenos do corpo, da saúde e da doença”, onde mulheres, crianças e idosos ocupam o lugar de “vítimas de violência” no espaço familiar e doméstico. É a identificação prévia de quem pode ser vítima de violência no imaginário social, que insere a temática de gênero na área de saúde. As lutas sociais feministas deram visibilidade aos dados epidemiológicos da violência, de forma especial a violência de gênero, fazendo emergir tal categoria na esfera social da saúde. Nesse sentido, a violência de gênero emerge não só como temática social, mas como violação de direitos humanos, saúde e qualidade de vida, visto que ameaça a vida, produz adoecimento e torna a morte uma realidade bem próxima (ADEODATO, 2005; DUTRA, 2011; SARTI, BARBOSA & SUAREZ, 2006).

A grande procura de mulheres aos serviços de saúde pública, com queixa associadas à situação de violência conjugal, apresentam sintomas de depressão, ansiedade, transtornos do estresse pós-traumático, transtornos de personalidade, entre outros (ADEODATO, 2005) e muitas delas associam seus problemas de saúde física,

psíquica ou de relacionamento com vivências familiares, passadas ou presentes, de violência conjugal (DINIZ E PONDAAG, 2004; DUTRA, 2011).

Mulheres que vivenciam a violência conjugal apresentam quadros crônicos com dificuldades para cuidar de si mesmas. Buscam os serviços de saúde inicialmente em decorrência de casos de violência física com lesões aparentes, mas também o fazem pelo quadro de dores generalizadas de fundo emocional. A princípio quando adentram os serviços de saúde, poucas associam os quadros somáticos às violências sofridas. Uma melhor compreensão em associar dor e violência pode contribuir para um atendimento melhor e mais adequado dos serviços de saúde. Considerando que dor, violência e somatização apresentam fortes componentes na cultura, é crucial na escuta dos profissionais de saúde a sensibilidade de associar essas categorias, sobretudo, considerando que se trata de uma questão multifatorial e multidisciplinar, onde a tradução do adoecer precisa ser lida como possibilidade de reflexo, resposta ou comunicação social das vítimas (ALMEIDA & MINAYO, 2008).

São ainda, considerados poucos os números de profissionais da saúde que indagam as mulheres sobre a violência sofrida na esfera conjugal (DUTRA, 2011). Entretanto, hoje as mulheres, em situação de violência, procuram mais os serviços de saúde e falam sobre as violências sofridas, mas é necessário dar-lhes condições adequadas de acolhimento e de escuta nos locais de atendimento (DUTRA, 2011; KRONBAUER & MENEGHEL, 2005).

Mulheres que fazem uso de medicações de caráter controlado tem seu número ampliado naquelas que sofrem situações de violência sexual. Sendo assim, a violência doméstica está associada a uma percepção negativa da saúde mental da mulher (ADEODATO, 2005).

Os registros de saúde sobre hospitalizações são incapazes de dar visibilidade as reais consequências que os maus-tratos causam à saúde das mulheres. Mas dentre as marcas deixadas pela violência, as primeiras manifestações aparecem em forma de vergonha e culpabilidade, posteriormente vão se transformando por meio do processo de somatização em dores crônicas e psíquicas (MINAYO, 2005).

Vergonha do que sofreram, como invasão de sua intimidade, negação de seu livre arbítrio e de sua integridade. Culpabilidade, por constatar que nunca foram capazes de resistir suficientemente. As marcas desse sofrimento moral aparecem logo no corpo, na saúde, trazendo sequelas não só físicas, mas também evidenciando vários tipos de associação, somatização e prejuízo mental.(...) Mas, os problemas são ainda mais vastos: atingem-nas emocionalmente por meio da perda de

autoestima, provocando depressão, fobias, pesadelos, crises de angústia, psicoses, medo de relações sexuais, dentre outros (MINAYO, 2005;128)

As mulheres que apresentam maior propensão a distúrbios psiquiátricos estão associadas a violências tanto emocionais, quanto físicas, apontando efeitos permanentes na autoestima e autoimagem, tornando-as menos seguras do seu valor e mais propensas à depressão (KRONBAUER & MENEGHEL, 2005).

Dos sentidos produzidos pelos sujeitos, frente às relações violentas no espaço conjugal, produzem-se marcas. Dessas, boa parte não estão inscritas no corpo físico, por não produzirem marcas concretas ou simplesmente por se originarem de modalidades mais sutis e, por vezes, mais profundas de violência, tais como a psicológica e a moral. Concorda-se com Pondaag (2009) que violências psicológicas e morais sempre aparecem na associação com outras modalidades, podendo também aparecer de forma isolada, mas nunca ausente. Em relação à saúde das mulheres no contexto de violência Diniz & Pondaag (2003) mostram as projeções afirmando que:

Qualquer forma de violência impacta a saúde física, emocional e relacional da mulher. Abala o senso de identidade, destrói a imagem de segurança advinda da família e afeta profundamente a capacidade de julgamento e confiança nas pessoas. A literatura aponta que a maioria das mulheres vítimas de violência apresenta sintomas relacionados com o diagnóstico do estress pós-traumático. Dentre esses sintomas, destaca-se a presença de medo e ansiedade generalizada, dependência, constrição afetiva, sentimento de evitação e dificuldade de contato social.

Segundo Rovinski (2004), os sintomas associados à violência conjugal aparecem na dimensão física, psicologia e/ou social. Hematomas, queimaduras e arranhões estão visíveis, contudo, o stress crônico desencadeador de cefaleia, fadiga, problemas no sono, dores musculares e outros embora (in) visíveis marcam um corpo simbólico, moral, caracterizando a vivência de violência conjugal como fato traumático.

A compreensão antropológica e sociológica sobre o corpo, como reflexo e espelho do social, ajudam a compreender os discursos femininos sobre as dores e marcas deixadas pela violência, uma vez que na situação de violentadas não podem se sentir felizes, amadas e desejadas por seus companheiros. Conviver com essa situação resulta em sofrimentos diversos que são expressos pelas mulheres pesquisadas através de variados sentimentos e reações no tocante à vivência da sua sexualidade, moralidade e aparecimento de doenças. Dentre esses sentimentos se encontram raiva, decepção,

medo, mas também recusas e denúncias, consideradas tanto estratégias de sobrevivência, como de defesa e resistência, faces do exercício de poder entranhado nesse contexto onde a masculinidade que impera é a hegemônica.

3-ADENTRANDO NO CAMPO AO ENCONTRO DAS FLORES DO SERTÃO.

O interesse em pesquisar sobre a violência de gênero, particularmente aquela do tipo conjugal, foi se construindo a partir do contato dessa pesquisadora com alguns temas discutidos na disciplina Antropologia do Corpo e da Saúde, no mestrado de antropologia, despertando forte interesse de saber como se constituíam o processo de violência entre os casais, sobretudo, como as mulheres significavam essa violência em suas vidas.

A violência conjugal, na maioria das vezes, se constitui numa violência de gênero. É produzida no contexto de relações desiguais entre os sexos, onde se constitui e se processam determinadas masculinidades e feminilidades. Trata-se de uma construção social de práticas e discursos que produzem sujeitos com suas diferenças e desigualdades que se processam de forma hierarquizadas e naturalizadas minimizando ou ocultando seus graves efeitos.

A vontade de conhecer de forma pormenorizada a questão fez com que essa pesquisadora mudasse a trajetória, antes traçada, sobre o projeto de pesquisa, que tratava sobre o estudo do abuso sexual de crianças no contexto familiar. Mesmo considerando as diferenças específicas entre as temáticas, à intenção de discutí-las sob o enfoque das desigualdades de gênero era o elo comum dessas escolhas.

A aproximação com a problemática da violência se deu, antes mesmo do ingresso no mestrado, ao atuar como psicóloga no Poder Judiciário do Estado do Piauí. Muitas vezes, no exercício dessas funções, em atendimentos às mulheres e homens envolvidos em situações de violência doméstica, ouvindo como justificativas dos episódios a escolha deliberada ou permissiva das mulheres, reveladas em frases do tipo “ela apanha por que quer”, “foi ela que procurou” “pancada de amor não dói” ou mesmo atribuir o fato a um descontrole masculino desencadeado por provocações femininas.

Esse tipo de escuta sempre provocou ecos incômodos em mim por traduzir um fenômeno que é social sob uma ótica unilateral e individual. Contrariando o dito popular de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, decidi meter minha colher. Os dois anos no judiciário estadual, particularmente no Juizado de Combate a Violência contra a Mulher, na Comarca de Teresina, escutando mulheres sobre as “dores” da violência, passaram a ressignificar minha própria condição de mulher e o desejo de aprofundar meus conhecimentos, a fim de compreender os sentidos dessas “dores”. Nas leituras, o que antes parecia familiar agora ensurdecia meus

ouvidos, ecoando a necessidade de estranhamento em relação ao fenômeno, olhar por outros ângulos, ouvir nos discursos femininos os sentidos sociais das “dores e amores” da violência conjugal. Transformando o familiar em exótico se descortinou nessa pesquisadora o olhar antropológico ao observar e escutar densamente as narrativas dessas mulheres sobre seus sentimentos de decepção, fracasso, raiva, medo, enfrentamento, resistência e desejos frente a situação de violência.

Pesquisar essa temática não se constituiu tarefa fácil, não só pela situação delicada do assunto, mas por ser considerada uma questão de foro íntimo, difícil de ser revelada em seus pormenores a outros, assim como por me constituir mulher. Comungo com Machado e Magalhães (1998) ao ressaltarem o cuidado que o(a) pesquisador(a) deve ter de uma escuta apurada, para não simplificar e unilateralizar a questão por meio dos discursos, a fim de ser o mais fiel possível a escuta.

O ouvir atento de como as vítimas constroem suas narrativas, permite a leitura de pelo menos duas demandas em dimensões distintas: a demanda dos direitos e a demanda pelo deciframento dos motivos de seu envolvimento nas relações conflituosas. Trata-se aqui de uma proposta interpretativa que quer enfrentar os dilemas e a complexidade do campo da violência doméstica e falar ao mesmo tempo de “casais violentos” e de distinção entre as posições de “vítimas” e de “agressores” (MACHADO E MAGALHÃES, 1998: 3).

Mesmo considerando que os conflitos no espaço da conjugalidade podem fazer parte de uma dinâmica do casal, nem sempre se constituem como uma problemática de gênero, nesse estudo tratou-se de relações de gênero entendendo-as como relações de poder expressas nas práticas de violência que, na maioria das vezes, é cometida por homens sobre suas mulheres, exercitando suas masculinidades hegemônicas de veios machistas, onde homens concebem suas companheiras como posse e propriedade, posturas ainda frequentes na sociedade brasileira, conforme mostram boa parte dos estudos de gênero e estatísticas recentes sobre a violência contra a mulher (SAFFIOTI, 2004; MENDES, 2008; SPM, 2013; GOMES, 2008; ROSA ET. AL, 2008; SOARES, 2009; SALÉM, 2004).

Essa pesquisa buscou analisar os sentidos produzidos pelas mulheres à violência vivenciada no contexto familiar para saber sobre as marcas simbólicas inscritas nos seus corpos e mentes, a fim de verificar os efeitos dessas práticas no que se refere a vivência da sua sexualidade, moralidade e saúde.

Procurou-se interpretar as evidências simbólicas inscritas como marcas da violência para além do corpo dessas mulheres quando diziam estarem “envergonhadas”, “constrangidas”, “envelhecidas” ou “doentes” diante da situação vivida (OLIVEIRA, 2007). Concorde-se com Geertz (1989:34) ao dizer que a função do (a) cientista social é interpretar e buscar significados para os fenômenos sociais e o que se pode ver, traz no “fundo”, muito mais daquilo que, de fato, se descreve. O que se faz, então, é interpretações de interpretações, “piscadela de piscadela de piscadelas”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que priorizou a voz das mulheres com o propósito de apreender os significados dos seus discursos sobre a violência sofrida. Privilegiar a fala das mulheres não significou desprezo ou indiferença em relação às falas dos homens, mas por entender que ao investigar mulheres numa perspectiva de gênero se está incorporando o aspecto relacional, ou seja, os discursos dos homens pela via dos discursos femininos. Outra justificativa importante da opção metodológica de apreensão dos discursos, pela via feminina, diz respeito ao objetivo geral desse estudo, mencionado acima. A preferência pela escuta das mulheres como sujeitos centrais dessa pesquisa também se deve ao fato de serem reconhecidamente os alvos principais dessa violência, assim como são as que mais se apresentam aos serviços de saúde com queixas recorrentes de dores, como aquelas registradas na Clínica de Saúde Especializada em Dor do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), cuja pesquisa atestou que as mulheres que sofreram violência podem desenvolver quadros de sintomas onde a dor é a queixa principal e a forma de violência mais comum é a verbal e a simbólica.

Segato (2008) chama atenção ao fato de que ouvir mulheres difere de ouvir vítimas, para além da compreensão do fenômeno da violência, é importante ter um olhar antropológico sobre a violência conjugal como uma forma de comunicação na relação, desprovida de aspectos positivos ou negativos, mas como forma de retratar a circulação de micro poderes. Não tratara relação conjugal de forma polarizada, mas sim como um fenômeno relacional entre os sexos.

Conforme Scraiber (1995:65), “(...) basear a investigação na experiência vivida significa centrá-la nas representações dos sujeitos” para abstrair as melhores possibilidades de apreensão dos significados e pluralidade de construção de sentidos.

As mulheres, sujeitos dessa pesquisa, se encontravam na situação de “vítimas” e ao mesmo tempo de denunciantes de seus companheiros. Eram mulheres que se

encontravam na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, Zona Centro, de Teresina, no período de janeiro a março de 2013, denunciando seus maridos ou companheiros ou participando de audiências sobre questões relativas à violência.

O acesso formal dessa pesquisadora ao campo foi inicialmente negociado com a Delegada da DEAM zona centro, de Teresina, através de uma conversa sobre a proposta de investigação que se deu concomitante à entrega do projeto de pesquisa e da solicitação de autorização institucional para a realização da pesquisa, instrumentos operacionais necessários ao comitê de ética para a sua efetivação. Novas permissões foram renegociadas com cada entrevistada, através do termo de consentimento da fala. Foi uma inserção e estadia de boa acolhida por parte da instituição e do seu corpo funcional fundamentais para o que o trabalho fosse efetivado.

A coleta das informações em campo se deu através de observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas realizadas com 20 (vinte) mulheres, cuja quantidade cessou pela saturação dos discursos, à medida que se tornaram repetitivos, encerrando-se, assim, a pesquisa de campo para em seguida sistematizar e categorizar as informações e produzir os dados de pesquisa. Vale ressaltar que no método qualitativo de pesquisa o importante não é a busca de quantidade e estatísticas das informações, mas a intensidade das mesmas, ou seja, o aprofundamento dos discursos, a fim de captar a produção de sentidos (DEMO, 1995). Nessa pesquisa, o uso da estatística não teve a finalidade de generalizar as informações obtidas, mas de objetivar algumas informações relativas ao perfil socioeconômico das entrevistadas. . As narrativas femininas foram consideradas materiais de fundamental importância para a compreensão do problema em discussão, portanto, a sua adequação nessa pesquisa do tipo qualitativa (SCRAIBER, 1995).

O lócus de investigação empírica foi a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Zona Centro, em Teresina, por ser um local de fácil acesso e de maior frequência de mulheres que se encontram em situação de violência. Trata-se da primeira DEAM instalada na cidade, em 1985, portanto a mais antiga. Embora as entrevistas tenham ocorrido no período de janeiro a março de 2013, a minha presença se fez bem anterior nesse espaço cujo objetivo era adquirir familiaridade com o ambiente, os serviços prestados, a dinâmica de trabalho e observações das movimentações das mulheres naquele espaço, seus gestos, semblantes e discursos, quando da procura daqueles serviços.

As entrevistas ocorreram em sala reservada dessa DEAM, em acomodações fisicamente precárias, mas relativamente satisfatórias no que se refere ao grau de privacidade necessário para a realização de uma pesquisa de caráter qualitativo. O contato inicial com as entrevistadas foi intermediado por funcionários da delegacia. No primeiro contato explanei uma breve explicação os objetivos da pesquisa e dos cuidados com a segurança das informações e privacidade das entrevistadas. Não encontrei entre elas recusa em participar. Muitas buscaram através da entrevista prolongar a conversa para além do perguntado, o que acabou se constituindo como material rico para a pesquisa.

Em alguns casos essa escuta foi feita com a presença de outra pessoa, normalmente, acompanhantes da entrevistada. Pela postura forte da fala, das expressões corporais e sentimentos demonstravam estar falando com franqueza sobre as situações de violência vivida e os significados que atribuíam a essas ocorrências. Houveram momentos em que demonstravam insegurança, supostos exageros nos discursos e confusão sobre o prosseguimento da denúncia e das suas implicações. Foi possível observar que naquela ocasião se encontravam emocionalmente abaladas, o que pode ter influenciado, de certa forma, o teor dos seus discursos.

As entrevistas duraram, em média, cerca de uma a duas horas e durante esse contato foi feito uso de gravador com o devido consentimento das entrevistadas. A gravação facilitou o registro posterior dos relatos, como também permitiu observações mais atentas para os gestos, expressões e sentimentos emitidos por elas face a face. Solicitas as entrevistadas disponibilizaram os seus contatos, caso se fizesse necessário posteriormente.

A intenção de considerar as falas das entrevistadas para além dos aspectos pontuais sobre os quais, a priori, se pretendia obter informações motivou a escolha por entrevistas do tipo semiestruturadas possibilitando, assim, considerar outros aspectos das suas falas caso julgasse importante para a análise.

“A entrevista privilegia a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana, que se torna acessível por meio de discursos (...)” (FRASER & GONDIM, 2004:140). É uma interação social que prioriza o uso da palavra, dos símbolos, é a forma como os sujeitos sociais constroem e dão sentido à realidade na qual estão inseridos. Essa técnica ressalta a importância da “relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado” facilitando um entendimento dos

sentidos e significados atribuídos pelos entrevistados às suas vivências e condições de vida (BONI & QUARESMA, 2005; POUPART, 2008).

Uma conversa norteada pela técnica da entrevista semiestruturada aliada a uma cuidadosa abordagem de aproximação, proporcionou as entrevistadas menor desconforto ao falar de um assunto considerado privado, vergonhoso e que remetia a sofrimentos e lembranças dolorosas. O sentido informal e não menos rigoroso da referida técnica, facilitou não só a aproximação dessa entrevistadora com as mulheres, mas tornou a relação com elas o mais familiar possível naquele contexto. Eram notórias as emoções e sentimentos que transpareciam a flor da pele, um misto de medo, tristeza, raiva, decepção, vingança e afeto. Durante as entrevistas muitas delas se emocionaram, choraram, justificaram e fizeram questionamentos sobre a situação vivida.

Para além de uma técnica, a entrevista possibilitou um processo de interação e diálogo sobre questões complexas como essa, mostrando a importância de firmar com os sujeitos pesquisados um rapport oportunizando a efetivação da pesquisa. Também possibilitou que os conteúdos pudessem ser revistos ou esclarecidos, apresentando certa elasticidade e flexibilidade de duração e um aprofundamento maior de determinadas questões (BONI & QUARESMA, 2005).

Ter tomado conhecimento da linguagem cotidiana do mundo vivido por essas mulheres e escutá-las para além das palavras ditas, ler nas entrelinhas e estar atenta a diferentes histórias de vida e seus sentidos singulares⁴, fez como que se pudesse apreender, de forma mais profunda e detalhada, os significados dos seus discursos. Fraser & Gondim (2004), ressaltam a importância de considerar a entrevista como um “texto negociado” que é resultado de um processo de interação e cooperação entre entrevistador e entrevistado para a produção do texto final.

Porém, há que se reconhecer que o ambiente de tensão, próprio da delegacia, somado aos pequenos espaços físico-estruturais e a forte carga emocional trazida pelas entrevistadas não gerava tranquilidade e confortabilidade plenas no sentido estarem totalmente à vontade, o que pode ter influenciado, em parte, o teor dos seus discursos. Por outro lado, a disposição e vontade que tiveram em conceder seus depoimentos,

⁴No caso particular dessa pesquisa a condução das entrevistas se reportou a *história de vida tópica*, das entrevistadas, ou seja, a pesquisadora direcionou a conversa aos momentos das suas experiências de vida com a violência, o que oportunizou retomarem suas vivências em experiências retrospectivas, mas delimitadas.

naquela ocasião, afirmou a necessidade que tinham de falar sobre a situação vivida e proporcionou revelações importantes que se supõe até, então, estivessem guardadas para si ou ficariam, provavelmente, ocultas em outras situações que não a de denúncia.

Devido a temática dessa pesquisa implicar situações de conflitualidade entre indivíduos, no caso específico casais em situação de violência e por normatização de ética do trabalho científico, a referida pesquisa foi devidamente submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, da Faculdade Integral Diferencial - FACID, conforme resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. O trabalho de campo foi iniciado a partir da emissão de Parecer Consubstanciado do CEP nº188442 e autorização da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, Zona Centro, Teresina.

O parecer de aprovação retrata como “bem escritos” a apresentação e os objetivos da pesquisa. Considerou uma pesquisa de relevância social e científica, corroborando, assim, com Almeida e Minayo (1997) que enfatizam que estudos sobre violência de gênero viabilizam um atendimento mais adequado nos serviços de saúde, tornando possível a realização de “diagnósticos mais apropriados, evitando a requisição repetida e desnecessária de exames complementares que sobrecarregam os serviços de saúde” e oneram custos também para o paciente.

Informa-se também que ao iniciar as entrevistas junto as mulheres em situação de violência, essa pesquisadora, baseada em princípios éticos, informou devidamente a cada colaboradora, a importância da relação de confiança e transparência nesse processo, assim como a disposição das informações à instituição (DEAM) que serviu de lócus da pesquisa, mas também as respectivas mulheres pesquisadas. Considera-se o compromisso ético com os sujeitos e instituições da pesquisa primordiais para o sucesso da produção do conhecimento, sobretudo, quando se trata de um tema que remete a dor e constrangimentos como esse da violência doméstica.

As mulheres que fizeram parte da pesquisa foram denominadas com nome das flores do sertão a fim de resguardar-lhes a privacidade, desconstruir a ideia estereotipada do feminino como frágil e ser fiel à fortaleza de suas histórias de vida contextualizadas pelos graves efeitos da violência sofrida, mas também pelas estratégias de resistência e de defesa com que enfrentavam essas situações.

O trabalho do analista é comparado, por Bardin (1977), ao do arqueólogo quando se refere aos vestígios. Da descrição até chegar à interpretação a inferência é o meio que conduz a finalização do procedimento, ou seja, a inferência é a razão da

análise. Produzir inferências pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos.

O tratamento analítico dos dados foi feito através da análise de conteúdo visando obter, por procedimento sistemático e objetivo da descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores que permitissem a inferência dos conteúdos relativos às condições de reprodução/produção dos discursos, a fim de compreender os sentidos dos relatos femininos objetivando-os através de algumas categorizações. Na análise de conteúdo ocorre uma correspondência entre estruturas semânticas, linguagem, estruturas psicológicas e sociológicas (BARDIN, 1977). Como diz Franco (2008:19), “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

No que se refere à sistematização das informações coletadas, tomou-se três categorias analíticas, a priori, que se pressupunha estivessem relacionadas a produção de sentidos da violência para as mulheres, a saber a *sexualidade*, *moralidade e doenças* (grifo meu), possíveis dimensões de suas vidas aonde incidiriam fortemente os efeitos das práticas de violência sofrida.

No que se refere ao aspecto da *sexualidade* (grifo meu), considerou-se nos discursos os indicadores que remetiam às práticas sexuais insatisfatórias no tocante ao desinteresse e/ou recusas femininas; práticas de abuso e/ou estupro conjugal; mudanças na relação íntima com o próprio corpo; desprazer e ausência de orgasmos no ato sexual; práticas sexuais realizadas por “obrigação”. No que diz respeito a *moralidade* (grifo meu) foram considerados os discursos cujos indicadores remetiam a vergonha, constrangimento, desapontamento, desonra, medo e decepção. No que se refere a *doenças* (grifo meu), levou-se em conta os indicadores que associavam a situação de violência sofrida com as queixas de hipertensão arterial, depressão, obesidade, ansiedade, enxaquecas e dores crônicas. Considerou-se que a dor gerada pela violência é geradora também de sofrimento psíquico, desembocando em sentimentos e autoimagens dessas mulheres como feias, envelhecidas e maltratadas.

Elencar categorias empíricas, a priori, não implicou na impossibilidade de inserir outras categorias que poderiam emergir dos discursos ou mesmo de desconsiderar as que já estavam postas, caso não aparecessem nos discursos das entrevistadas. A categorização apriorística tem a intenção de nortear alguns aspectos que fazem parte dos pressupostos hipotéticos levantados como possíveis achados, mas não se constituiu

numa camisa de força ou amarras analíticas que impeçam considerar a livre exposição de conteúdos dos referidos discursos femininos.

Sistematizar e categorizar as falas das entrevistadas a partir dessas dimensões analíticas e empíricas, não teve a intenção de olhar e conceber tais discursos como unilaterais, coerentes e estanques, ou seja, sabe-se das ambiguidades presentes num mesmo discurso além da variedade de aspectos, sentimentos e significados que pode comportar. Ao separar tais categorias a intenção foi de somente organizar técnica e cientificamente os discursos, visando uma clareza maior na explicação. No entanto, se tem consciência de que a realidade é bem mais complexa e rica de significados do que se pretende.

4- OUVINDO AS FLORES DO SERTÃO SOBRE A VIOLÊNCIA

4.1. Perfil, trajetórias de violência e fatores desencadeadores.

As flores do sertão emergem em uma região semiárida, de clima seco, quente, e de chuvas escassas. Em meio a essa paisagem árida e de solo hostil, tal qual aquela vivida em situações de violência conjugal, encontram-se as mulheres que buscam ocupar outro lugar ou poder olhar de outro ângulo para suas relações afetivas. As flores do sertão resistem e insistem, buscam estratégias de sobrevivência e mantêm-se vivas. No encanto de suas particularidades conheci essas flores sertanejas e descobri em suas histórias a importância de falar sobre como se sentem nessa dinâmica conflituosa gerada pela violência produzida por seus companheiros.

De modo peculiar algumas dessas flores chamam a atenção dessa pesquisadora, a exemplo de Chanana e Algodão. Chanana uma senhora alegre, de cabelos grisalhos, aparência jovial e comunicativa, que acompanhava uma moça que seria uma das possíveis entrevistadas, prontamente pediu para falar comigo, após a entrevista realizada com sua amiga. Tratava-se de uma senhora comunicativa, alegre, que se destacava diante do público presente na DEAM, falava e gesticulava tornando seu corpo presente e evidente no momento da entrevista. Com uma fala notadamente firme iniciou sua história pontuando que fora vítima de violência por parte do companheiro por muitos anos e quando precisou da DEAM, anos atrás, nunca encontrou uma pessoa com quem conversar, ouvindo sobre a minha pesquisa teve vontade de contar sua história de vida e violência, o que prontamente agradei e me coloquei a disposição.

A necessidade de falarem sobre seus sentimentos no contexto de violência mostra a importância de ter um (a) profissional da área de psicologia nos espaços das DEAM's, para além do atendimento técnico e policial do registro de ocorrência. Sobre o atendimento nas vale considerar, ainda, a importância de capacitação dos profissionais desses espaços, no que se refere às questões de gênero o que poderia corresponder a uma escuta e “intervenção transformadora” (MENDES, 2011; SILVA, 2005; PORTO & LUZ, 2006).

Algodão passara a manhã dormindo nas cadeiras da DEAM, estava lá desde cedo esperando atendimento e se encontrava muito machucada. Algodão tem uma aparência frágil, debilitada, traz no corpo marcas de violência, como hematomas, desleixo, descuido sendo orientada a buscar atendimento nos serviços de saúde. Na

conversa relatou ter ficado três dias internada em um hospital público da cidade e fora levada para aquela DEAM pela Assistente Social do hospital, por isso estava deitada nas cadeiras da Delegacia, sentia-se muito cansada. Algodão foi deixada pela assistente social para que procedesse com a denúncia e possíveis encaminhamentos. Parecia necessitar de muito mais que medida protetiva, pois em decorrência de uma história de quebra de vínculos familiares, precisaria ser encaminhada para um abrigo. A postura de Algodão é de não esperar nada da Delegacia, ao mesmo tempo em que a toma como abrigo e proteção por grande parte do dia. Algodão busca a Delegacia para falar sobre a violência, e essa é uma das melhores entrevistas realizadas, no tocante a riqueza da fala, gestos e história de vida silenciada nas cadeiras da Delegacia até então.

As mulheres que fizeram parte dessa pesquisa se encontram na faixa etária entre 22 a 56 anos, com idade média por grupo pesquisado de 39 anos. A maioria é parda (75%), de crença evangélica (50%), onde a outra metade aparece entre católicas e espíritas. A maior parte delas contribui (85%) para o sustento da família, a média da renda familiar por grupo pesquisado é em torno de um salário mínimo, ocupam profissões variadas como promotora de vendas em lojas e em supermercado, vendedoras autônomas de produtos de beleza e espetinho, atendentes de consultório, professoras, diaristas e cabeleireiras. 15% delas são donas de casa e não contribuem financeiramente para o sustento da família.

A maioria conta com a pensão alimentícia de seus ex-companheiros e/ou ajuda de outras pessoas como irmãos e filhos (70%). Em relação àquelas que dependem financeiramente de seus companheiros ou maridos (15%), não se percebeu uma relação direta entre essa dependência financeira e a violência conjugal. Guimarães (2009) ressalta que essa dependência legitima o lugar do homem como ativo/provedor e da mulher como cumpridora de deveres, inclusive das obrigações sexuais.

No que se refere ao número de filhos elas têm entre 01 e 04 filhos, a média por grupo pesquisado é de 02 filhos. A existência dos filhos é um dos motivos de permanecerem por mais tempo em situações de violência conjugal, ou mesmo fazer associação do nascimento, ou o cuidado com eles, com o aparecimento da violência, como afirmam essas mulheres ao dizerem que: “As violências começaram desde a chegada do primeiro filho... sou uma morta viva, por mim eu não vivia, só ainda não acabei com minha vida, porque quando penso nisso lembro dos meus filhos” (Jitirana,48); “Ele passou a me cobrar ciúmes e as brigas sempre aconteciam porque ele discordava da minha relação com meus filhos mais velhos, hoje adolescentes”

(Velame,34); “Ainda aguento porque estou grávida e tenho medo, nem queria esse filho, mas resolvi não tirar por insistência dos meus pais” (Muçambê, 28).

Considerando a violência conjugal como um constructo social baseado no gênero, foi importante verificar a ocorrência de violência doméstica na família de origem dessas mulheres, para saber se tal fenômeno já fazia de uma trajetória de vida. Constatou-se que mais da metade das entrevistadas vivenciaram situações de violência no contexto familiar de procriação ou de adoção, como revelaram essas mulheres: “Na casa de meus pais tinha muitas situações de brigas, acabava sempre em violência física e psicológica, com xingamentos do meu pai e os gritos da minha mãe, a gente ouvia tudo (Palma, 35)”; “Na minha infância tinha mágoa e não gostava do meu pai pelo sentimento de abandono, já minha mãe estava sempre muito nervosa, xinga a gente até hoje, só chama as filhas de puta” (Cacto, 53); “Lá em casa tinha muita briga... meu pai tinha outras mulheres e já bateu na minha mãe”(Boa Noite, 31)

Meu pai bebia muito, era alcoolista, e sempre que chegava em casa colocava nós, minha mãe e todos os filhos, pra fora de casa, depois que ele quebrava tudo em casa, agente ficava na rua ou na vizinhança, às vezes a gente esperava quando ele ia dormir, aí a gente voltava.

Algumas delas não reconhecem como negativas as práticas de violência doméstica cometidas pelos pais na sua formação. Compreendem tais comportamentos como parte de um processo educativo, portanto, válidos como modelo de educação corretiva, ao dizerem “na minha casa era o meu pai que conversava, já a minha mãe batia, mas era pra educar” (Velame, 34); “nossa família era bem normal, nem tinha briga, mas meus pais só castigavam e batiam, às vezes, mas era pra ensinar o que é certo” (Araçá, 31); “Eu fui adotada por uma família, lá eu apanhei muito, fui muito humilhada, pelos meus pais, mas era pra me ensinar as coisas certas”(Algodão, 30).

Parte das entrevistadas (35%) está em um segundo relacionamento e afirmam ter enfrentado situações de violência conjugal por mais de uma vez em suas vidas, como um processo repetitivo do qual têm dificuldade de se desvencilharem.

No meu primeiro casamento, meu marido foi assassinado, eu me casei com dezesseis anos, vivi oito anos, num relacionamento ruim, ele me batia sempre que bebia, depois minha família foi atrás e descobriu que ele era usuário de droga (Palma, 35)

Para algumas mulheres há um forte sentimento de fracasso na repetição das situações de violência aliado a um sentimento de culpa por não terem obtido sucesso nas relações afetivas, questionando que erros teriam sido cometidos por elas para

viverem nesse modelo de relação, como relata Velame ao dizer “Eu me sinto uma fracassada, já é meu segundo casamento e também não deu certo. Tenho vergonha da minha família, parece que tem alguma coisa errada comigo é como se eu não quisesse ter uma família”.

Quando indagadas sobre as lembranças que tinham do surgimento da violência na relação conjugal, algumas delas faziam referências a um tempo bom no relacionamento, talvez numa tentativa saudosista de resgate de um tempo que gostariam de lembrar e que gostariam que tivesse existido ou mesmo que voltasse. O início do ciclo de violência conjugal para muitas parece indefinido, marcado por uma condição de sofrer permanente, que cessa um ciclo anterior e curto da existência de afeto, ou de violências mais leves que causavam menos impacto. Como diz essas mulheres “tudo começou quando a gente morava em Brasília, agente já tinha um ano de convivência mais ou menos, aí ele começou puxando meu cabelo me empurrou e cuspiu no meu rosto” (Muçambê, 28); “os seis anos de casamento primeiros foram tranquilos, aí ele disse que era homossexual, queria que eu morasse com ele e o namorado, na realidade sempre achei ele frio comigo, achava que era eu” (Araçá, 31); “eu me formei ele pediu pra eu não trabalhar, pra cuidar dos meninos que ele dava tudo, mas na realidade dava só a comida, pra mim nunca tinha dinheiro, nem pra roupa” (Caliandra, 36).

O consumo de álcool foi reconhecido pelos próprios homens agressores, em estudo realizado sobre o assunto, como grave problema nas relações conjugais, propiciando as situações de violência contra as companheiras (ROSA, ET. ALL, 2008; FURTADO E MELLO, 2010). Nessa pesquisa as práticas de violência também aparecem associadas à ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos companheiros/maridos.

A ingestão de bebida alcoólica e uso de outras drogas por parte dos agressores como fatores desencadeadores ou potencializadores da violência, apareceu nas falas de 45% das entrevistadas. Algumas justificam os atos violentos dos companheiros pelo consumo de álcool ou drogas. Segundo Furtado e Mello (2010), o álcool ou outras drogas potencializa uma personalidade agressiva ou extravasa a dominação masculina. Também presente nos discursos das entrevistadas como forma de explicar o desencadeamento da violência e demarcar um sujeito diferenciado com o uso de drogas, principalmente o álcool. Como diz Mendéz (1996) em estado de embriaguez emerge uma figura masculina que tem seu comportamento alterado e/ou legitimado pelo uso do álcool uma espécie de permissão social para justificar comportamentos agressivos.

Há referência nos relatos das mulheres que o homem que violenta sob efeito de álcool ou drogas, difere daquele com quem convivem em estado sóbrio, ou mesmo daquele com quem se casaram que não fazia consumo de álcool e drogas.

Se não fosse meus filhos me ajudarem... eu nem sei, porque ele gasta parte do dinheiro dele com bebida e com outras mulheres na rua. Ele só me bate bêbado, bom ele nem fala, parece outra pessoa (Jitirana, 48).

No começo ele parecia boa pessoa, gostava da minha filha como se fosse dele, tinha ciúmes e dizia que era porque gostava de mim e até bebia, mas era pouco, quando nasceu nossa filha tudo mudou, ele passou a beber muito e dizer que eu saía de casa pra não cuidar das meninas, que eu era safada e que não ia mais dá nada pra minha filha (Guarujá, 29)

Algumas das entrevistadas fizeram a associação das práticas de violência com vários fatores desencadeadores a um só tempo como a chegada dos filhos, as situações de ciúmes e a ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos companheiros.

Até a chegada do meu primeiro filho era tudo bem, sei lá acho que nunca foi totalmente tranquilo, sempre que ele bebe, fica agressivo, me desmoraliza, me chama de vagabunda e diz que tenho outros homens (Roseira, 32).

Quando nasceu meu primeiro filho ele começou a beber muito, só chegava em casa bêbado, aí acho que ele sempre foi agressivo, mas piorou muito, foi quando começou a me bater e me xingar, sempre bêbado e abusando (Jitirana, 48).

Porto (2002) e Gomes (2010) apontam a gravidez como fator de risco e/ou potencializador de conflitos entre os casais. As autoras ainda apontam como fatores precipitantes da violência conjugal, a recusa das mulheres em manter relações sexuais durante a gravidez, DST's, gravidez indesejada, vícios do parceiro com bebida, uso de drogas, e manifestação de ciúmes do companheiro em relação à criança e sentimentos de rejeição no tocante a companheira. Alguns desses fatores precipitantes também apareceram nas falas das mulheres entrevistadas.

Eu nem queria esse filho, só não tirei por causa dos meus pais. Ele sempre bebeu e depois eu descobri que ele era é usuário de craque. A médica até me proibiu de ter relação sexual, por que tô sentindo cólicas, a barriga às vezes fica dura, dormente por causa da violência.(Muçambê, 28)

Enfrentar a situação de violência na esfera familiar pode ser visto como uma forma de rejeitar os padrões sociais tradicionais de gênero no tocante a conjugalidade, que atribui às mulheres não só a responsabilidade pela esfera doméstica, cuidados da

família, mas obediência ao controle e autoridade masculina. Não aceitar tal convivência pode gerar sobre si práticas de violência por parte dos companheiros gerando situações de risco e a necessidade de garantia e proteção de vida.

O agravamento da violência pode se dar também a partir da decisão das mulheres em pedir a separação. O que aponta a dificuldade dos companheiros em lidar com a decisão feminina de cessar a relação violenta e de aceitar que não são mais amados ou que não aceitam mais viver mais sob o jugo do machismo e violência. Tal atitude é considerada uma afronta para os homens que pensam que mandam e decidem sobre suas mulheres. Percebe-se, pois, uma dificuldade dos homens em lidarem com as frustrações e as recusas, como dizem essas mulheres:

“ele arranhou outra mulher, aí sempre que eu falo em separação ele me ameaça e diz que se eu não for dele não vou ser de homem nenhum, e é na frente de todo mundo até dos meus pais ele já falou” (Salsa, 33)

“decidi terminar o relacionamento, aí ele reagiu de forma violenta, me arrastou para o meio da rua pelos cabelos, me bateu muito e ficou me xingando, a vizinhança ficou toda assistindo” (Malícia, 24).

Era muito ciúme e briga, sempre acabava em violência física, xingamento, ele me dava homens e até tinha violência sexual. A partir daí decidi me separar tive que sair de casa, aí ele passou a me ameaçar e me perseguir por que não aceitava a separação (Velame, 34).

Quando comecei a falar em separação ele não aceitava, mudei de religião e passei a fazer um trabalho social na igreja, as violências pioraram, daí decidi mesmo separar, ele saiu de casa, mas antes quebrou tudo e até hoje vive dizendo que eu sou sapatão, por que ando muito com uma amiga que fiz na igreja (Boa Noite, 31)

Para uma delas a violência aparece associada à revelação do companheiro de que é homossexual e a interferência do namorado de seu ex-companheiro na relação de amizade que ficara após o fim do casamento.

Nós fomos casados, era tranquilo, nós trabalhamos juntos, mas ele sempre foi um homem frio, aí ele me contou que era homossexual e queria separar e nós ficamos amigos, eu recebia os produtos do salão dele na minha casa, aí o namorado dele disse que eu tava roubando ele, aí começou tudo, só faz onze meses, que começou essa loucura, ele começou a me xingar diante de seus filhos, era muita violência moral (Araçá, 31)

O ciúme aparece como um dos principais motivos desencadeadores da violência física. As autoras Furtado & Melo (2010) mostram como a “violência passa a produzir o dilaceramento da relação amorosa”, como foi confirmada por essas entrevistadas ao

dizerem: “ele já tinha um ciúme louco quando namorava...no casamento não era só ciúmes tinha muita acusação de traição (Catingueira, 30)

as confusões começavam por crises de ciúme, era um ciúme doentio, aí era um passo pra agressões físicas...desde o quarto mês de casamento era um ciúme louco, tanto de mim como das minhas filhas (Chanana, 56).

Ele passou a cobrar ciúmes e as brigas aconteciam sempre por que ele não concordava na forma com eu educava meus filhos mais velhos, hoje ele são adolescentes... ele me obrigava a ir a lugares que eu não queria ir (Verlame, 34).

Quando resolvia voltar a estudar, as crises de ciúmes pioraram, ele tinha ciúmes das minhas amigas da faculdade, se me pegasse conversando com um homem dizia que eu estava traindo ele, se fosse mulher era a mesma coisa, só que aí eu tinha virado lésbica, não podia dançar nem com um irmão meu, dançar só era ainda pior...(Cacto, 53)

Os fatores desencadeadores das práticas de violência presentes nessa pesquisa como consumo de álcool por parte dos companheiros, recusas das mulheres às relações sexuais, ciúmes dos companheiros, discordância sobre a educação dos filhos, falta de dinheiro no contexto familiar, brigas com parentes, problemas no trabalho, em sua maioria, também foram apontados em estudos como o de Grossi (1994), Alvim & Sousa (2005), Mendes (2009) e Rosa & Ettall. (2008).

As mulheres até denunciam seus companheiros, mas imbricadas com o modelo afetivo de que cabe a mulher a manutenção do amor familiar e tendo na violência simbólica o carro chefe dos episódios de agressivos praticados pelo marido contra elas, por vezes traduzem o fenômeno da violência conjugal como fruto constante de confirmação das relações de poder estabelecidas socialmente, reforçado no modelo machista, detentor da virilidade e agressividade destes, tornando mais duradoras relações atravessadas pela violência (SOUTO & BRAGA, 2009). A duração dessas situações de violência vivenciadas por longos períodos fragilizam essas mulheres e as tornam mais vulneráveis, amedrontando-as, por vezes, em relação as medidas de enfrentamento e combate, como cita Jitirana, que após cerca de trinta anos de violências sofrida diz: “eu não quero que ele seja preso, só quero que ele saia de casa não aguento mais tanto sofrimento”.

4.2- Marcas simbólicas da violência conjugal: interfaces com a moralidade, sexualidade e doenças.

No contato com as entrevistadas se percebeu a grande necessidade que tinham de falar sobre os sentimentos produzidos pela violência conjugal em suas vidas. Escutá-las, portanto, era dar voz a esses sentimentos que se situavam na dimensão simbólica dos seus corpos. Para além do silêncio, as mulheres respondem a violência sofrida através das denúncias aos serviços de proteção, mas também através de sentimentos inscritos no corpo. Seus corpos se personificam durante as entrevistas em posturas inicialmente retraídas que vão se expandindo no decorrer destas. Algumas mostram marcas físicas, mas todas traduzem essas marcas para além do corpo físico, em sentimentos instalados na alma. A tristeza é um desses sentimentos Chanana diz: “quando eu vivia com ele era uma pessoa triste, nem sorria”; Fortaleza relata: “meu colega de trabalho me disse um dia que eu não sabia mais sorrir, aí foi que eu vi que era mesmo uma pessoa triste”.

Conforme Oliveira e Viana (1993) a imagem traduzida por algumas mulheres acerca de seus sentimentos são ambivalentes e cerceados, na maioria das vezes, pelo medo a exemplo de alguns relatos das entrevistadas que dizem: “tenho medo porque ele diz que vai matar meu pai” (Crisântemo, 35); “passo a noite pensando uma forma de sair desse casamento, mas tenho medo que ele cumpra as ameaças que faz” (Fortaleza, 32); “tenho medo de denunciar e ele me matar” (Jitirana, 48).

Outras vezes desconhecem os motivos pelos quais sofrem violência ou afirmam a inexistência dos mesmos, como diz Muçambê: “o que me dá raiva é que ontem mesmo levei um tapa por nada”

Várias são as estratégias utilizadas por essas mulheres em relação à situação de violência conjugal. Algumas utilizam reações de defesa, outras de resistência ou enfrentamento. Algumas válvulas de escape aparecem como estratégias de resistência ou enfrentamento, como revela essa entrevistada:

Eu já sofria violência psicológica, acabava ficando no trabalho até tarde, pra não ver a realidade, mas eu sabia que ele ia sair com outras mulheres, foi aí que eu peguei uma DST, a forma que eu achei de viver foi voltar a estudar (Cacto, 53).

Algumas mulheres relatam sentimentos de repulsa, mas também de pena dos companheiros pelas situações de agressão, principalmente quando sofrem violências

físicas “só de lembrar das agressões me dá nojo, um entalo na garganta” (Roseira; 32); “Por ele eu sinto nojo e pena” (Malicia, 24)

Em outros casos se percebe o cuidado das mulheres, mesmo em situação de violência, em preservar a família pautada na ótica dos referenciais cristãos, como essas mulheres que dizem: “eu aguentei muito tempo por medo de ter que recomeçar só com meus filhos, aguentei muito tempo por eles, ser criados sem pai é muito ruim” (Roseira, 32); “ eu aguentei porque ele era bom pai pros meninos, pros filhos tudo, pra mim nada, aí fui indo e me anulei” (Caliandra, 36).

Existem ainda sentimento de desilusão e/ ou desconfiança gerada pelas relações de violência envolve na construção de relações afetivas futuras, como diz Cacto, “pra mim todo homem é igual, eu não caso mais nunca, na realidade eu nem quero um homem fixo na minha vida, pra me cobrar e me acusar, eu não confio em homem nenhum” e Araçá que ressalta: “às vezes eu me sinto uma mulher fria, tenho dificuldade de me envolver com outro homem, por que não confio mesmo”.

A maioria das entrevistadas se denomina solteiras por estarem temporariamente afastadas de seus companheiros, devido à violência e/ou a denúncia feita. Aparece de forma importante nos seus discursos a crença de que a resolução dos conflitos possa trazer uma vida de paz e tranquilidade, em contraposição a intranquilidade associada à violência, sobretudo, no que se refere à destruição do patrimônio familiar (MACHADO E MAGALHÃES, 1998). Todavia, a paz que reivindicam não é a custo da prisão dos companheiros, mas do seu afastamento de casa e da vida delas. Chanana diz: “eu não aguentava mais, então resolvi me separar, mas ele não aceitou aí eu pedi pra ele levar tudo, eu só queria ficar em paz”; Algodão pontua: “a gente morava com os pais dele, ele jogava minhas roupas na rua, tocava fogo nas minhas coisas, hoje eu moro na rua, só quero que ele me deixe em paz”.

Fica claro nos relatos que a violência conjugal causa um ambiente de conflito que envergonha e transcende o ambiente doméstico. A maioria das entrevistadas refere-se à vergonha que sentem da vizinhança quando tomam conhecimento dos conflitos do casal. Tal vergonha se deve ao fato de que a casa e a família comportam lugares privados cujos assuntos e acontecimentos só competem aos seus membros. Os conflitos se tornam mais quando ultrapassam as paredes da casa, devido a vergonha pública e a exposição que a mesma carrega, como relatam essas mulheres: : “morro de vergonha dos vizinhos, acho que eles me olham de forma diferente” (Malicia, 24); “tenho vergonha da vizinhança pelos gritos e xingamentos, ele só me chamava de safada”

(Guarujá, 29); “morro de vergonha dos meus vizinhos que são antigos, eles devem pensar, essa mulher apanha a tanto tempo” (Jitirana, 48); “os vizinhos de tanto ouvir, até falaram com ele, eu morri de vergonha” (Esperança, 22); “minha vergonha é porque ele gosta de baixaria, só me xinga quando tá no meio da rua” (Palma, 35); “tenho vergonha da vizinhança, mas tenho mais dos meus patrões que já viram várias vezes meu corpo com manchas roxas” (Jurema, 32).

Morro de vergonha da vizinhança, porque ele já chega gritando me acusando de ladra, porque ainda recebo no meu endereço uma mercadoria para o salão dele, sabe ele é cabeleireiro, toda vez ele diz que tá faltando produto já até me bateu por isso, e grita mesmo é pros vizinhos ouvirem (Araça, 31).

Não gosto nem de olhar pro meu corpo, tenho vergonha de mim, dos meus pais, tenho vergonha da vizinhança, se pudesse não saía de cima da cama, se pudesse nem acordava, dormia o dia inteiro (Catingueira 30).

Para Alvim e Sousa (2005), a vergonha é um sentimento importante no discurso das mulheres, pois as violências transcendem o espaço físico do lar. Trata-se de uma vergonha social e pública que inclui vários grupos sociais que vão desde vizinhos, familiares, amigos e filhos. Diz Da Matta (1984) que a casa e rua não estão restritos aos espaços físicos, retratam “esferas de ação social”, são opostas e complementares ao mesmo tempo. Mesmo tomando a casa como um espaço privado, a violência doméstica quando transcende os muros da casa e permite que a rua adentre, torna público o que é privado, invade as fronteiras e expõe o que é dentro para fora. A casa, espaço feminino e privado é levada à rua pelas marcas da violência (SARTI,1992,1994; DA MATTA, 1984).

Aparece no relato de muitas entrevistadas um conflito quanto aos sentimentos gerados pelo comportamento violento de seus companheiros. O sentimento de medo, culpa ou mesmo a apatia são elencados pelas entrevistadas, sendo o medo a mola propulsora que aprisiona as mulheres e as inibe por longo tempo em buscar ajuda, fazendo tolerar as violências por longo tempo. Sentimentos como impotência, rancor e mágoa atravessam o relato de muitas mulheres que se queixam por ter suportado tal situação por um longo período.

O sentimento de medo é o que mais aparece nos discursos das entrevistadas. Ele aparece como uma inquietação diante de um perigo real ou imaginário, que causa dor, sofrimento e traz tristeza ao cotidiano das mulheres (SOUTO & BRAGA, 2009). As entrevistadas relatam sua dinâmica de convivência com a violência conjugal, até a

chegada à DEAM, como se não acreditassem na ameaça de seus agressores, no entanto, em dado momento essas ameaças ou aparecem com maior intensidade ou possivelmente encontram suas vítimas mais fortalecidas para denunciá-los.

O medo aparece como um sentimento legítimo nas mulheres e um mecanismo utilizado pelos homens para controlar a capacidade de obediência e reação das mulheres. “Eu tenho muito medo, pois ele me ameaça, diz se eu denunciar ele e ele for pego, quando ele sair vai se acertar comigo” (Muçambê, 28); “Eu me sinto muito infeliz e amedrontada. Eu não tive vida, vivi a vida que ele queria que eu vivesse, a história dele” (Salsa, 33); “No meu primeiro casamento casei nova, tinha medo, deixei até de estudar, pra evitar as ameaças, me anulei e só apanhei muito (Velame, 34).

O medo presente nas falas e expressões corporais das entrevistadas, em especial de Jitirana, quando me pergunta se seu procedimento na DEAM vai demorar, pois tem “medo” que o marido chegue em casa e não a encontre. É um sentimento, por vezes, paralisante que caminha a favor da prática silenciosa da violência como em Jitirana que está casada há trinta anos, sofre violências desde o início do casamento e procurou a Delegacia só para obter informações “eu só queria era saber, se eu denunciar ele, ele vai saber?”, diante da resposta afirmativa, essa flor diz “não é isso que eu quero, se ele souber que eu tô aqui piora tudo... deixe, depois eu volto com minha filha”. O medo é alimentado diariamente através de ameaças, o que faz com que essas mulheres protelem a denúncia, no entanto, não as impede de fazê-lo, mesmo que depois de longo período de sofrimento.

A continuidade das ameaças, geradoras do medo na vida conjugal, causa nessas mulheres atitudes de isolamento e sentimentos de impotência interferindo, em geral, na sua autoestima. No entanto, buscam nas frestas que encontram no caminho mecanismos de defesa e sobrevivência como afirma Jitirana: “eu nunca fico só em casa, quando tô só e ele tá pra chegar vou pra casa da vizinha ou da minha mãe”. Tal quais as flores do sertão que resistem numa paisagem árida não se acredita em cumplicidade e conformismo das mulheres em situação de violência, pois nesse contexto de relações de força possuem pouca mobilidade estratégica de romper o ciclo, sendo necessário habilidade e paciência, visto o risco de vida que correm. Nesse sentido, o silêncio pode ser um forte aliado para a sobrevivência.

A violência dos homens que vivem na situação de agressores encontram respaldo para suas práticas num modelo de masculinidade pautado no machismo, no desejo de controlar, ameaçar, amedrontar e produzir um estado de estresse e insegurança

que diminuem, na mulher, a capacidade de autonomia e decisão, criando uma atmosfera de impotência, como cita Jitirana: “eu aguento isso há trinta anos, tenho medo dele saber que eu vim aqui (DEAM) e me matar”. Esse assujeitamento feminino faz parte de uma construção tradicional de gênero do qual as mulheres, de certa forma, corroboram, visto que o “consentimento” opera em termos de mecanismos e não em nível da consciência, conforme Bourdieu (2004).

O sentimento de medo, em geral, torna invisível o fenômeno da violência e provoca nas mulheres uma necessidade de isolar-se na sua dor, não buscando ajuda. Tais práticas dá a violência conjugal um caráter de permanência, provocando uma inércia e dificuldade de saírem da situação de violência. Mesmo naquelas que fazem a denúncia, o medo acompanha e, muitas vezes, as impedem de prosseguir ou mesmo quando já no processo de denúncia ocultar determinados episódios ou tentar suavizá-los. Por outro lado, a denúncia é uma forte ferramenta de poder feminino frente aos agressores. As mulheres, por vezes, utilizam habilmente esses mecanismos institucionais de proteção a seu favor para ameaçá-los e fazê-los parar.

São evidentes os sinais de expressão de doenças motivados por desgostos decepções, desânimos e perda de sentido da vida para essas mulheres que vivem num contexto de violência, a exemplo de algumas que dizem: “Eu tenho muito desgosto e procuro me isolar. Desejo não viver mais e já pensei até em suicídio, desisto quando lembro dos meus filhos, tenho muito medo e dificuldade de dormir” (Jitirana, 48); “Eu hoje tenho os nervos abalados, sinto depressão, falta de ar e insônia, não gosto de sair de casa e venho me isolando por que não tenho vontade de me arrumar” (Roseira, 32); “Com esse casamento o que eu consegui foi dependência química das drogas. Não tenho vontade de viver, já tentei até me matar” (Algodão, 30); “Nunca mais tive saúde, começo com uma DST que eu peguei dele, depois comecei a ter problema de tireoide, só tive paz depois que me separei e fiz uma histerectomia” (Cacto, 53).

As consequências da violência para a saúde das mulheres são danosas, o sofrimento as abate de várias formas. Os sentimentos apontados são geralmente solidão, tristeza crônica, desamparo, irritação, descrença e depressão (ALVIM E SOUSA,2005; ADEODATO,2005). Nessa pesquisa, parte das mulheres vítimas de violência conjugal, foram diagnosticadas com depressão e/ou insônia (25%) e a maioria faz uso de medicação antidepressiva (90%) e associam seu estado depressivo a existência prolongada da violência conjugal, como diz essa entrevistada: “Passo a noite pensando

na minha vida, na tristeza que ela é, com tanta violência, fico com insônia, por isso tomo medicação controlada”(Salsa, 33);

eu comecei a tomar remédio tarja preta, eu ainda estava casada e sofrendo com muita violência daquele homem, chorava dia e noite, até hoje tomo remédio quando lembro do que eu sofri fico deprimida, mas luto todo dia pra esquecer o que aquele homem fez comigo (Chanana,56)

faz dois anos que nem tenho mais vida direito, não durmo, me sinto uma pessoa sempre triste, às vezes choro tanto e fico com insônia, acabei indo no médico, ele me disse que eu tinha depressão passou um remédio controlado, tarja preta mesmo, fiquei com medo de tomar mas tomo até hoje porque o pior é não dormir e ficar só pensando em sofrimento(Velame, 34)

Para Almeida e Minayo (2008), as queixas de dores sem causas orgânicas que aparecem em mulheres que vivem em situação de violência conjugal, podem ser compreendidas como formas de resistência frente a um ambiente hostil. Concorda-se com Schraiber (2005), a respeito do comprometimento da violência na saúde das mulheres dizendo que: “As repercussões na saúde das mulheres apresentam-se sob a forma de múltiplas queixas, dores de imprecisa localização no corpo ou que não possuem correspondência com patologias conhecidas, portanto, dores sem nome”.

Boa parte das entrevistadas se queixa de dores associadas aos quadros de estresse provocado pela violência, o que se pode ver nas palavras de Guarujá ao relatar que: “quando penso no que diz comigo me dá uma dor de cabeça, minha vizinha diz que é enxaqueca, porque é muito forte”; Cacto também se manifesta dizendo: “já cansei todo dia sinto uma dor diferente, às vezes dói o corpo todo, mas é mais a cabeça e as pernas” e, ainda Jurema que afirma:

Sinto dores no corpo todo, não tenho coragem de ir no médico, tem dia que é o corpo que dói, mas tem dia que é a cabeça, basta eu ouvir a voz dele, quando está bêbado, a dor arde meus olhos, tenho medo de ser coisa ruim, ele logo diz que é a consciência pesada, porque eu sou uma vagabunda (Jurema,32)

Sousa e Minayo (1997) também apontam a violência como um fenômeno que apresenta agravos a saúde, onde neles se insere a violência conjugal. Segundo as autoras, tais práticas interferem diretamente na qualidade e na capacidade de viver e de trabalhar dos envolvidos. Na escuta às mulheres desta pesquisa se pode perceber a interferência de tal situação na sua qualidade de vida e saúde, como relatam: “Eu deixei de trabalhar por que fiquei hipertensa depois de tanto sofrimento” (Jitirana, 48); “Eu tô grávida, sinto muita cólicas, a barriga fica dura e dormente, a médica diz que é por

causa das violências” (Muçambe, 28); “Depois que ele me bateu eu não consigo comer direito e tô sentindo insônia” (Malícia, 24).

A hipertensão aparece tanto desencadeada como agravada pela violência. Os desejos de suicídio ganham reforço nos quadros depressivos, mas esbarram na importância dada ao cuidado dos filhos, como diz Jitirana: “Só não tenho coragem de me matar por causa dos meus filhos ” como também expressa Jurema “por mim, do trabalho, eu sumia no mundo, só volto pra casa por causa dele, nunca me matei por causa dele, bem que vontade já tive”.

Outras doenças e sintomas aparecem associados, por elas às situações de violência, como: infecção urinária, cálculo renal, distúrbios alimentares, estresses, falta de ar, cisto de ovário, miomas, dependências químicas, DST's, problemas de tireoide, indisposição e aborto.

Grande parte das entrevistadas aponta mais de um sintoma como consequência da violência sofrida. Nesse sentido, os achados dessa pesquisa se assemelham àqueles encontrados na pesquisa de Adeodato (2005). Pela variedade de sintomas apresentados, se percebe a abrangência dos efeitos da violência e das suas consequências, considerando a presença de sintomas tanto na esfera biológica como psicológica e social. O agravamento desse fenômeno, como aponta Sousa e Minayo (1997), reforça a necessidade de um estudo interdisciplinar entre saúde, antropologia, sociologia e psicologia, visto que não está relacionado apenas com os bens das pessoas e com o seu corpo, mas com o psíquico também.

A imagem corporal de homens e mulheres é construída de forma distinta na sociedade, em geral, marcando o que se constitui como feminino e masculino machos e fêmeas. Corpos masculinos estão associados a virilidade, enquanto os femininos se ligam à estética e sedução (ESTEBAN, 2004). É nessa fronteira que se ouve das entrevistadas sobre os reflexos da violência em seus corpos que passam a ficar comprometidos com o sobrepeso, tanto pela tradução da saúde, mas, sobretudo pela estética, feminilidade. A obesidade aparece de forma importante no discurso das mulheres. As maiorias das mulheres entrevistadas se sentem feias e desmotivadas.

A imagem da mulher desejada aparece no discurso das entrevistadas como algo que faz parte de um passado que fora atravessado pela violência conjugal provocando mudanças no corpo e as tornando feias e gordas, como se colocam algumas dessas mulheres: “Me acho feia, gorda e não tenho vontade de me arrumar, perdi o gosto pela vida”; “Meu corpo mudou muito, hoje eu tô gorda, me acho feia, eu não era assim”

(Boa Noite, 31); “Eu só me arrumo para trabalhar por que é o jeito, mas minha cara tá envelhecida, eu engordei muito, não tinha barriga, me acho feia” (Cacto, 53).

Algumas mulheres dizem ter perdido o interesse em se arrumar, não se sentirem bonitas e se acharem envelhecidas, associando esses desgostos pela aparência à vida conflituosa. Com a palavra as mulheres: “Me acho desleixada...”(Muçambê, 28); “Depois que eu me separei me sinto mais tranquila, mas me sinto feia e acabada (Esperança, 22); “Eu tinha que vestir o que ele queria, não podia mostrar meus braços, tirar sobancelhas, eu tinha a sensação de me arrumar como uma velha”(Chanana, 56); “Eu gostava de me arrumar, hoje me sinto desgostosa...”, (Araça, 31).

As situações de violência conjugal que se manifestam, geralmente, através das suas formas físicas e verbais acabam tornando menos visíveis outras práticas como a da violência sexual (abuso ou mesmo estupro). Grande parte das entrevistadas relata serem obrigadas a manter relações sexuais com seus parceiros mesmo sem ter desejo. Afirma Velame: “ele sempre me obrigava a ir pra lugares que eu não queria, quando a gente chegava eu me recusava a ter relações sexuais aí ele forçava”, Chanana também relata sobre essa situação dizendo: “Ele me obrigava a ter relação sexual, eu me sentia um lixo, apanhava de dia e tinha relação sexual à noite”.

Tal realidade encontra amparo nas representações sociais de como homens e mulheres de camadas populares vivenciam sua sexualidade. Nos homens a sexualidade está relacionada a uma “tensão pulsional” que precisa ser descarregada para não gerar doenças psíquicas, no dito popular, “o queijo não subir a cabeça”. Cabe a mulher o domínio sobre a sua sexualidade, enquanto que para o homem a sexualidade esta associada ao “impulso incontrolável” e a necessidade de “mais” sexo. O autocontrole das mulheres diante do sexo gera uma forma peculiar na “esfera sexual-afetiva”, estando para além da necessidade, o sexo submete-se ao sentimento (SALÉM, 2004).Essas representações acabam gerando concepções de práticas sexuais obrigatórias para as mulheres, como obrigação de esposas e satisfação da vontade incontrolável para os homens.

Dantas-Berger e Giffin (2005) mostram que a degradação da vida conjugal ganha força na cama. Mendes (2009) também ressalta os reflexos dos conflitos na vida sexual do casal, destacando as insatisfações femininas e estratégias de resistência e de defesa diante da procura e insistência dos companheiros em manterem relações sexuais com suas esposas, sobretudo, quando estão muito embriagados. Também se percebeu nessa pesquisa mulheres que utilizavam algumas estratégias em situações como essas, a

exemplo de Roseira que disse “Me sentia enjoada como o que dizia na hora da relação sexual, depois que ele me obrigava a fazer sexo, eu tomava banho com água gelada, tinha nojo do meu corpo”.

Apenas uma das entrevistadas não faz associação da sua vida sexual com a violência perpetrada por seu companheiro, ao dizer que: “Eu acho que não atrapalhava minha vida sexual com ele não” (Guarujá, 29).

O tabu de falar sobre sexualidade, assunto considerado de cunho privado e íntimo, pode estar associado às poucas expressões apontadas pelas mulheres quanto à sua vida sexual, sobretudo, no que se refere à forma como as vivenciam. Observa-se que os arranjos conjugais dessas mulheres foram se construindo, em sua maioria, sem um planejamento, foram seguindo os padrões tradicionais de família, no tocante à autoridade e machismo dos companheiros/maridos que, por sua vez, são entrecortados por outros aspectos pontuados como graves, a exemplo da ingestão excessiva de álcool e práticas constantes de violência física, verbal e psicológica, fazendo com que mine a aura de desejos e atração existente entre o casal e colocando em seu lugar mágoas, decepções, ressentimentos e nojo.

Nesse contexto, o desejo sexual feminino aparece relegado a um plano secundário, porém importante e presente como exigência masculina do cumprimento do dever de esposa e atendimento das necessidades pulsionais do marido.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher no espaço conjugal se configura como uma das formas mais agressivas de exercício do patriarcado, consentida cotidianamente a partir da produção de um habitus, que reproduz um machismo nas principais instituições sociais, inclusive na família e, particularmente, nas relações conjugais. É essa ordem produzida historicamente e mantida até os dias atuais que justifica a permanência das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, o poder masculino traduzido através das práticas de violência.

Considera-se, então, que a violência conjugal é uma violência de gênero que se descortina nas micro relações de poder, como essas que se processam entre homens e mulheres em situação de violência, cabendo às mulheres um quantum bem menor de poder. Todavia nesse espaço limitado de poder é possível perceber que se movem via denúncias, decisão de separação, recusas, silêncios, ou seja, através das estratégias de defesa, resistência e enfrentamento tirando-lhes do estado de inércia e cumplicidade diante da situação vivida.

Os silêncios e os segredos vivenciados nas e pelas situações de violência conjugal, mesmo passado longo tempo, desembocaram na denúncia, uma estratégia de resistência, defesa e sobrevivência. Esse momento dá sinais do início de uma ruptura, mesmo que não seja em sua totalidade, mas desnaturalizam a lógica de dominação masculina e opressão feminina que, segundo Mesquita (2010), “significa a possibilidade da mulher romper ou pelo menos desestabilizar a lógica patriarcal de gênero que banaliza este tipo de violência para dessa forma sair desse lugar de subalternidade o qual foi destinado historicamente”. A lógica do silêncio, que cerca a violência de gênero e impossibilita o retrato de revelar, está longe de traduzir apatia das mulheres. Por vezes, silenciar e/ou conviver com a violência, utilizando estratégias e táticas das mais diversas é falar através de outras linguagens e atuar como (re) existente no ciclo da violência, mulheres existem e resistem de várias maneiras.

Essas mulheres que vivem em situação de violência têm seus direitos violados, sua saúde e qualidade de vida comprometidas. São tolhidas em suas liberdades, escolhas e vontades. São posses e propriedades de supostos “donos”, os seus maridos e companheiros que, por sua vez, escondem suas inseguranças e fragilidades nas práticas do machismo, através do controle, desconfiança, ciúme e autoridade através das práticas de violências nas suas mais diversas modalidades (físicas, verbais, psicológicas,

patrimoniais e sexuais). Dessa forma, produzem nas mulheres marcas indeléveis que se situam no corpo e na alma e se expressam em várias dimensões de suas vidas, como aquelas destacadas nesse estudo e que dizem respeito a sua moralidade, vivência da sexualidade e aparecimento de doenças.

Confirma-se, portanto, os pressupostos levantados nesse estudo atestando que a violência interfere de forma acentuada na dimensão moral da vida das mulheres causando-lhes vergonha, insegurança, medo, incapacidade, baixa-estima, entre outras.

Das queixas em que associam a violência ao aparecimento de doenças, a depressão é a patologia mais comum que aparece nos discursos das mulheres causando maior eco. A doença aparece desde o diagnóstico e prescrição de medicação, pelo sistema de saúde, até o agravamento de não mais desejarem viver e tentar o suicídio como forma desesperada e desenganada de sair do ciclo de violência. Queixam-se de dores crônicas, indiscriminadas, sem raiz anatômica, dores da “alma”, dores da condição de ser mulher em espaços e contexto machistas.

No tocante a relação entre violência e a vivência da sexualidade se pode observar as queixas relativas à falta de desejo, desleixo com o corpo e com a estética e não se sentirem desejadas, amadas. A sexualidade nesse contexto é construída em modelos polarizados e ressaltados por Da Matta (1986) na figura de “comedor” e da “comida”, que expressam hierarquia, posse, controle e virilidade dos homens sobre as mulheres que, por sua vez, usam suas pequenas armas para reclamarem das suas insatisfações e discriminações nesse jogo de poder que frequentemente é desencadeado pelo consumo de álcool e outras drogas a fim de demonstrar força, controle e posse dos homens sobre suas mulheres. É nesse quadro de relações desiguais de poder que mulheres se sujeitam às relações sexuais sem vontade, a fim de evitar mais violência e o risco de morte, mas também onde negam as práticas sexuais sob diversas alegações como forma de resistência.

As mulheres falam através de várias linguagens sobre o que sentem e fazem numa situação de extremo sofrimento, que vai desde o medo de retaliações ou agravos da violência até o movimentar-se desse lugar via estratégias de resistência e de defesa, o que não implica práticas radicais ou definitivas de mudanças nas posturas e discursos, mas um percurso trilhado entre mudanças e permanências, como diz Bourdieu (2004). No ensaio de empoderamento, na delegacia, através da denúncia, gritam sobre o agravo na autoestima, sentindo-se “feias, gordas e desleixadas”, que deixaram para trás a beleza, sedução e alegria de viver e de amar, acima de tudo a si mesmas, mas que

querem renascer das cinzas tal qual uma esfinge, transformassem em “águias” e deixarem de ser “galinhas”, como atestou Mendes (2001), procurando formas de enfrentamento que possam fortalecê-las. Corpos e alma padecem, mas para além do silêncio falam do que sentem, resistem sacodem a poeira e têm esperança de um dia serem amadas sem violência, controle, posse, serem amadas com liberdade e com voo livre para sair e entrar quando quiserem, para decidirem sobre si mesmas.

Em pleno século XXI, tempo de mudanças, de liberdade e de preservação dos direitos humanos, tempo de conquistas feministas, de mudança na condição feminina na sociedade, tempo de liberação sexual, da tão propalada igualdade entre os sexos, é um tempo paradoxal, contraditório, pois também é o tempo em que permanecem as desigualdades entre os sexos, expressos através da violência contra a mulher, foco central de discussão desse estudo. Atestar a permanência dessas desigualdades na atualidade, mostra que Bourdieu (2004) tem razão ao demonstrar quão forte é a introjeção dos valores tradicionais e da reprodução de práticas.

Sendo assim, acredita-se que a mudança de situações como essa que remetem a desigualdade de gênero, só acontece de forma efetiva através de um processo geral de desconstrução de todas as formas de hierarquias de gênero e para tal se torna fundamental por em prática uma educação não sexista, que possa acabar com os preconceitos de gênero, sobretudo, aqueles que dizem respeito a homens e mulheres. Tal proposição de operar contra essas desigualdades, via educação, não deve se limitar ao contexto das famílias em situação de violência, é necessário ir além, incluir as principais instituições de socialização como o Estado, a religião, família e escola. A família e a escola são primordiais nesse processo, são nesses espaços que desde cedo se constroem as identidades e com elas suas práticas e seus discursos. Implantar uma educação não sexista que seja obrigatória desde as primeiras séries de ensino nos currículos escolares.

Nesse bojo estariam contemplados imprescindivelmente os homens que se encontram na situação de agressores, mas não somente eles, a família como um todo, sobretudo, as mulheres que se encontram na situação de vítimas. As instituições de proteção e combate a violência igualmente seriam contempladas com capacitações frequentes na área de gênero, pois seus profissionais também não estão isentos desses preconceitos, principalmente se foram socializados num contexto familiar tradicional e conservador. Também se faz necessário que o atendimento desses profissionais tenha um acompanhamento continuado junto às famílias em situação de violência. Junto a

essa medida de caráter socioeducativo cujos resultados não acontecem de forma rápida, estariam também àquelas medidas de teor mais emergencial e assistencial para dar suportes de proteção e apoio.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel, Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. Revista de Saúde Pública, 2005-39 (1) Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/14.pdf> Acessado em 10 de julho de 2012.

ALMEIDA, Anna Paula Florezano, MINAYO, Maria Cécilia de Sousa. Dor crônica e violência doméstica: estudo qualitativo com mulheres que frequentam um serviço especializado de saúde. Revista Brasileira Saúde Materno Infantil, Recife, 8 (1): 83-91, jan. / mar., 2008 83 Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292008000100010. Acessado em 20 de julho de 2012

ALVIM, Simone Ferreira e SOUZA, Lídio de. Violência Conjugal Em Uma Perspectiva Relacional: Homens E Mulheres Agredidos/Agressores Psicologia: Teoria e Prática – 2005, 7(2): 171-206

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e Violência. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

ARAÚJO C. ; SCALON C. (orgs.) Gênero, família e trabalho no Brasil. Clara Araújo & Celi Scalon, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATESON, Gregory. Naven : um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné; tradução Magda Lopes. – 2. ed. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2006.. Disponível em <[www.4shared.com/.../Bateson Gregory - Naven...](http://www.4shared.com/.../Bateson_Gregory_-_Naven...)> Acessado em 10 de julho de 2012.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo sexo: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliete-2ª edição Ed. Difusão Europeia do Livro, 1967.

BONI, Valdete e QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kuhner. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

BRASIL. LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../lei/111340.htm> Acessado em: 03 de agosto de 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros, 2005. MINAYO, Maria Cecília de Sousa, Violência contra a mulher uma questão transnacional transcultural das relações de gênero. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf Acessado em :10 de julho de 2012

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo” O corpo educado. (Org) Guacira Lopes Louro. 2ª edição; Belo Horizonte; MG; Autêntica, 2007.

CARMO, Perla Cristina da Costa Santos e MOURA, Fernanda Gomes de Andrade. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. Seminário Internacional-UFSC Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero9.ufsc.br/>> Acesso em 09 de janeiro de 2012.

Constituição Federal do Brasil – 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em 08 de janeiro de 2012.

CESARES, Aurélio Martín. Antropología del Género cultura, mitos y esteriotipos sexuales. Ediciones Cátedra. Universitat de València. Instituto de la Mujer. 2ª edición, 2008.

COSTA, Alcione do Socorro A. & FURLIN, Neiva "Memórias Esquecidas De Corpos Violentados Ou A Violência De Gênero Narrada Pelo Corpo". Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 2010

CHIACCHIO, Cecilia. Poder, violencia y lenguaje: *thehandmaid's tale* de Margaret Atwood. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010

DA MATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil – 1984.

_____. O que faz o Brasil, Brasil ? Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

DANTAS-BERGER. Sonia Maria e GIFFIN. Karen A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(2):417-425, mar-abr, 2005

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev. Latino-americana de enfermagem. V.6, n.2, p.89-104, abril de 1998.

DIEESE, Anuário das mulheres brasileiras. / DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2011.

DINIZ, Gláucia & PONTAGG, Miriam. Explorando Significados do silêncio e do segredo nos contextos da violência doméstica. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J.; HERMANN, K. Direitos Humanos e Violência: desafio da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

DINIZ, G.R.S. e PONDAAG, M.C.M.A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. O dito pelo não dito: desafio no trabalho com mulheres em situação de violência. Dissertação de Mestrado (2003). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília.

DUTRA, Aída de Sousa. Queimadura auto infligida em mulheres: a violência de gênero inscrita no corpo. Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Enfermagem, 2011. Disponível em:

www.bdt.d.uerj.br/...2011.../DISSERTACAO_FINAL_AIDA_SOUZA. Acessado em 03 de agosto de 2012

ESTEBAN, Maria Luz. *Antropologia Del Cuerpo: Genero, Itinerarios Corporales, Identida D Y Cambio*. Bellaterra, Barcelona, 2004. ISBN 9788472902701

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado Disponível em <www.ebah.com.br/search?q=microfísica+do+poder> Acesso em: 09 de julho de 2010.

FRANCO, Maria Laura PublisiBarbosa. *Análise de Conteúdo*. Brasília, 3ª edição: Liber Livro Editora, 2008

FRASER, Márcia Tourinho Dantase GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. Paidéia (Ribeirão Preto) vol.14 no.28 Ribeirão Preto May/Aug. 2004

FURTADO, Luísa Escher e MELLO, Ricardo Pimentel. *Ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal: a produção de homens que agridem mulheres*. Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010

GEERTZ. C. *Uma descrição densa: por teoria interpretativa da cultura*. In: *a interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989

GIFFIN, K. *Genero Violencia, Sexualidade e Saúde*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1994 10(suplemento 1) Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a10.pdf> Acesso em 20 de maio de 2012.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *A produção cultural do corpo*. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 2005.

GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. *Aspectos Visíveis das Violências Invisíveis: Violência contra a mulher na família nos casos das usuárias do Centro de Referência Loreta Aladares em Salvador-Ba*. Universidade Católica de Salvador, Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Salvador, 2010

GOMES, Romeu. *A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória*. Athenea Digital. Barcelona, Espanha, 2008.

GRIGORI, Maria Filomena. *Relações de violência e erotismo*. Cadernos Pagu (20) 2003: Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a03.pdf> Acessado em: 10 de Julho de 2012

GROSSI, Miriam Pillar. "Identidade de Gênero e Sexualidade". *Antropologia em Primeira Mão*, n. 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998

GROSSI, Mirian. *Rimando amor e dor: Reflexões sobre a violência afetivo- conjugal*. In Suarez, Mireia e Bandeira, Lourdes Gener, *Violência e Crime no Distrito Federal*, Ed. Paralelo 15, Brasília, 1994

GREINER, C. O corpo em crise, novas pistas e o curto-circuito das representações. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2010. v. 01.

GROULUX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social . In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

GUIMARÃES, Fabricio. “Mas ele diz que me ama...”: impacto da história de uma vítima de violência conjugal de outras mulheres. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Clínica. Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, 2009. bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?...6435 Acessado em 10 de janeiro de 2013.

HEILBORN, Maria Luiza. “Corpo, Sexualidade e Gênero”, in DORA, Denise Dourado (org.). Feminino Masculino - igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997, p. 47-57.

HEISE, L. Gender-based Abuse: The Global Epidemic. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 135-145, 1994.

KRONBAUER, José Fernando Dresch e MENEGHEL, Stela Nazareth Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo - Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: estudo em um serviço de atenção primária à saúde - Porto Alegre, RS 2005 Disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/7/.../K/Kronbauer-Meneghel_05_B.pdf Acesso em 20 de março de 2012

LE BRETON, David. Adeus ao Corpo: Antropologia e sociedade. Campinas, São Paulo. Papius, 2003. Disponível em: books.google.com.br/books/about/Adeus_ao_corpo.html?hl=pt.. Acessado em 10 de junho de 2012.

_____. Antropologia do Corpo e Modernidade. Petrópolis: Editora Vozes; 2011.

_____. A Sociologia do Corpo. Petrópolis: Editora Vozes; 2007

LOURO, Guacira Lopes,(org). O corpo educado. 2ª edição; Belo Horizonte; MG; Autêntica, 2007.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In.: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane e GOELLNER, Silvana Vilodre(org). Corpo, gênero e sexualidade. Petrópolis; RJ; Ed. Vozes, 2003.

MACHADO, L. Z., & MAGALHÃES, M. T. B. (1998). Violência conjugal: os espelhos e as marcas/Série Antropologia 240. Brasília, DF: UnB. Acessado em 19 de outubro de 2011, de <http://www.unb.br/ics/dan/Serie240empdf.pdf>

MALINOWSKI, B.. The Sexual Life of Savages in North-Western Melanesia. An Ethnographic Account of Courtship, Marriage, and Family Life Among the Natives of the Trobriand Islands, British New Guinea (em inglês). London: [s.n.], 1929.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. Disponibilizado por Leandro Moura dos Reis Disponível em: <www.4shared.com/office/.../livro - antropologia ii - as t.html> Acessado em 16 de abril de 2011.

MEAD, Margarete. Sexo e Temperamento. São Paulo, Editora Perspectiva 4ª Edição, 2000.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. As Marias que não calam: perfil das mulheres vítimas de violência após a implementação da lei Maria da Penha em Maceió/Al Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010

MENDES, Mary Alves. Violência doméstica na vida das chefes de família em camadas pobres: marcas, tolerâncias e reações femininas. 2008. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1842.pdf> Acessado: 10 de junho de 2012.

___ Violência de gênero: uma análise dos discursos masculinos e femininos sobre as práticas. Rio de Janeiro (RJ), 2009. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com> Acessado em 13 de março de 2012.

_____ Mulheres Chefes de Família em áreas ZEIS: gênero, poder e trabalho. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005

MÉNDEZ, Gioconda Batres. La perspectiva de género como modelo de análisis de la violencia familiar y el consumo de alcohol y otras drogas. Montevideo- Uruguai, 1996

MINAYO, M. C. de S. Laços perigosos entre machismo e violência. Ciência e Saúde Coletiva. Janeiro-Março Ano/vol10 número 001 2005.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06>. Acessado em 20 de janeiro de 2013.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Corpos projetados e redimensionados: arte, corpo, tecnologia. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

NARVAZ, M. & KOLLER, S. H. Famílias, violências e gêneros: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. STREY, M. P. R. DE AZAMBUJA & F. P. JAEGER (Orgs.), Violência, gênero e política pública. Coleção Gênero e Contemporaneidade 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 149- 176.

NEGRÃO, Télia. A violência de gênero e as interfaces com a saúde das mulheres. Fazendo Gênero, 2010

OLIVEIRA, LuisR.Cardoso. O ofício do antropólogo, ou Como desvendar evidências simbólicas. SÉRIE ANTROPOLOGIA ISSN 1980-9867. Brasília, 2007

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci e VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Violência conjugal na gravidez. Revista estudos Feministas, 1º semestre, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. De *Discursos sobre a Masculinidade*. Estudos Feministas, v. 6, n. 1 (1998) ISSN 0104-026X, Florianópolis, Brasil. Disponível em:><http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036/11313><. Acessado em 25 de Maio de 2013.

PARENTE, Eriza de Oliveira & NASCIMENTO, Rosana Oliveira do Nascimento. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto/2009

PEREIRA, Iaracema Oliveira& MADEIRA, Sofia Pereira Violência contra a mulher: experiências de Atenção médica na delegacia da mulher de Uberlândia/MG. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 2010.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. O corpo feminino em debate. Organizadores Maria Izilda Santos de Matos, Raquel Soihet. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

Pesquisa de opinião pública: Mulheres Brasileiras e Genero Nos Espaços Público e privado. Fundação Perseu Abramo, agosto de 2010. Disponível em:<<http://www.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica>> Acessado em: 18 de novembro de 2011

PERUENA, Fátima. O conceito de corpo de Susan Bordo e JudithButler. Vivência. UFRN/CCHLA. v. 1., n.1(jan./jun.1983) -.- Natal: UFRN.1983 – Disponível em: [www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/37/...37/05 Fátima%20Perurena.p...](http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/37/...37/05_Fátima%20Perurena.p...) Acessado em 16 de abril de 2013.

PONDAAG, M.C.M. Sentidos da violência conjugal: A perspectivas de casais. Tese de Doutorado-2009. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília

PORTO, Rozeli Maria. Gravidez e Relações Violentas: Representações da Violência Doméstica no Município de Lages – SC” . Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/UFSC, Revista Estudos Feministas REF/UFSC. 2002 Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/131-of1-st2.pdf>. Acessado em 13 de fevereiro de 2013.

PORTO, Janice Regina Rangel & LUZ, Anna Maria Hecker. (Des) Humanização no Acolhimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu do Corpo. Rio de Janeiro.Ed.Achiamé, 1983

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008.

ROSA, Antonio Gomes da [et. al.] A violência Conjugal Contra a Mulher a Partir da Ótica do Homem Autor da Violência. Sociedade de Saúde, São Paulo, 2008

ROSALDO, Michelle. O uso o abuso da antroologia: reflexões sobre feminismo e o entendimento intercultural.1980

ROVINSKI, Reichert e LIANE, Sonia. Dano Psíquico em Mulheres Vítimas de Violência. Rio de Janeiro, Editora Lumen, 2004

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo, in Nueva antropología, vol VIII, n. 30, México, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. Conferência : O Segundo Sexo À Luz Das Teorias Feministas Contemporâneas. Organizado:MOTA,Alda Brito, SARDENBERG, Cécilia e GOMES, Márcia.Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIMUFBA, 2000.338p. Coleção Bahianas

_____.Violência contra a mulher e violência doméstica. In.: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

SALEM, Tania. "'Homem... já viu, né?': representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular". In: HEILBORN, Maria Luíza (Org.). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 119-153.

SARTI, Cynthia Andersen, BARBOSA, Rosana Machin & SUAREZ, Marcelo Mendes. Violência e Gênero: Vítimas Demarcadas. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16(2):167-183, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a03.pdfAcessado em: 10de julho de 2012

SARTI, Cynthia Andersen. Corpo, Violência e saúde: a produção da vítima. Sexualidade, Saúde e Sociedade. REVISTA LATINOAMERICANA ISSN 1984-6487 / n.1 - 2009 - pp.89-103. Disponível em: www.sexualidadsaludysociedad.org Acessado em: 04de julho de 2012

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. Revista de Saúde Pública, v. 29, n.1, p. 63-74, 1995.

SCHRAIBER, L. ET AL. Violência vivida: a dor que não tem nome. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v7, n12, p.41-54, fev 2003. Disponível em <www.scielo.br/pdf/icse/v7n12/v7n12a03.pdf> Acessado em 12 de março de 2013

SEGATO, Rita Laura. Os percursos de gênero na antropologia e para além dela. Serie Antropologia. Brasília,1998. Disponível em: <nserver34.net/~danunb/doc/Serie236empdf.pdf> Acessado em: 15 de março de 2012.

SEGATA, Jean. A “vítima” é a parte mais frágil da relação? A antropologia e a violência conjugal.2008

SILVA, Bárbara Garcia Ribeiro Soares. A Delegacia da Defesa da Mulher: um exercício da biopolítica. Gênero, Violência e Segurança Pública. ST 39

SOUTO, Cláudia Maria Ramos Medeiros e BRAGA, Violante Augusta Batista. Vivências da vida conjugal: posicionamento das mulheres. RevBrasEnferm, Brasília 2009 set-out; 62(5): 670-4.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho? In: SORJ, Bila& MORAES, Aparecida Fonseca, organizadoras- Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras,2009.p.144-157

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. Projeto História, nº25, "corpo & cultura" Nº 25. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002 ISSN 0102-4442 páginas: 269-289 Disponível em: www.historia.uff.br/nupehc/files/rachel.pdf Acessado em 03 de agosto de 2012

SORJ, Bila& MORAES, Aparecida Fonseca. Os paradoxos da expansão dos direitos no Brasil. In: SORJ, Bila& MORAES, Aparecida Fonseca, organizadoras- Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras,2009.p.10-22

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCHRAIBER, Lilia Blima& D’OLIVEIRA, Ana Flávia PL etall Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde Revista Saúde Pública 2002;36(4):470-7

SILVA, Poliana de Sousa. ; MENDES, Mary. Alves. Violência de gênero em Teresina: analisando o atendimento nas delegacias especializadas. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Recife: Kairós Edições, 2011. v. 1. p. 3-282.

SOUTO, Cláudia Maria Ramos Medeiros & BRAGA, Violante Augusta Batista. Vivências da vida conjugal: posicionamento das mulheres. Revista Brasileira de Enfermagem. 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/reben/v62n5/03.pdf Acessado em: Julho de 2013.

STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SUAREZ, Mireya. Enfoques feministas e antropologia. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 109-130.

APENDICE A

FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

PARA ALÉM DO SILÊNCIO: PARA ALÉM DO SILÊNCIO: A LINGUAGEM DAS MULHERES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você poderá procurar o pesquisador responsável, o orientador e o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP), nos locais e telefones abaixo:

Pesquisador Responsável (orientador): Mary Alves Mendes Endereço, Rua Jornalista Helder Feitosa, 1131, Cond. Santa Mônica Apto 402 Ininga Cep: 64049-905 Fones: (86) 3237-1024/8833-2646 mryam@uol.com.br

Pesquisadores participantes (orientandos): Sarah Araújo Teixeira e Silva, Rua Gabriel Ferreira, 2281 Vila Operária Teresina Piauí sarahtesilva@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP: Rua Rio Poty, 2381 – Horto Florestal – CEP: 64.049-410 – Teresina/PI – Tel. (86) 3216.7900 e-mail: cep@facid.com.br

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

◆ O presente estudo tem como objetivo analisar as marcas subjetivas inscritas no corpo das mulheres que foram violentadas por seus parceiros ou maridos, a partir da associação da violência sofrida com o aparecimento de doenças, problemas de ordem sexual e moral. Pretende-se entender, através dos seus discursos, os sentidos atribuídos à violência sofrida, assim como as estratégias de adaptação e/ou resistências utilizadas para ressignificarem tal sofrimento. A entrevista será gravada / filmada e o que você disser será registrado para posterior estudo e análise na associação do sofrimento vivido em relação ao seu corpo, no que se refere à aparência, o surgimento de doenças e dependências químicas, assim como a associação dessa em relação a sua moralidade (honra, dignidade, valorização, amor próprio, autoestima).

◆ Essa pesquisa não oferece riscos ou prejuízos, contudo, a lembrança dos episódios de violência doméstica poderá causar alguns desconfortos, podem ser provocados pela pesquisa. Você poderá experimentar constrangimento ou recordações dolorosas ao responder algumas perguntas. Podem ocorrer efeitos em decorrência das recordações que vão desde a sensação de alívio ou tristeza.

- ◆ Somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício e/ou encaminhamento.
- ◆ Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.
- ◆ Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo.
- ◆ A pesquisa deverá ocorrer nos meses de outubro e novembro de 2012, sendo garantido a você o direito de retirar esse consentimento em qualquer tempo, sem qualquer prejuízo para você.

Mary Alves Mendes

Pesquisador responsável

- Conforme determinação da CONEP/CNS, através da carta circular n. 003/2011, é obrigatória a rubrica em todas as páginas do tcle pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador, devendo os termos de consentimento livre e esclarecido utilizados, serem anexados ao relatório final apresentado a este cep.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo PARA ALÉM DO SILÊNCIO: A LINGUAGEM DO CORPO NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Eu discuti com a responsável pelo sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento/ assistência/tratamento neste Serviço.

Teresina, ____ de _____ de 2013.

Assinatura da Entrevistada

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar, portanto testemunhamos, e abaixo assinamos:

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Teresina, ____ de _____ de _____

Sarah Araújo Teixeira e Silva

APENDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- PERFIL GERAL DA ENTREVISTADA

Nome:

Idade:

Religião: Católica () Evangélica () Espírita () Outros ()

Cor: Branca() Preta() Parda() Outros() Não sabe() Negra() Indígena()
Amarela() Recusou-se a responder()

Estado Civil: solteira() casada/com companheiro (a) em casa
()separada/desquitada/divorciada () viúva()

Filhos? Sim () Quantos? Não ()

Escolaridade: nunca estudou e não sabe ler ou escrever() alfabetizada() ensino
fundamental incompleto() ensino fundamental completo() ensino médio incompleto(
) ensino médio completo() superior incompleto() superior completo() pós-
graduação incompleto () pós-graduação completo ()

Profissão:

Qual sua profissão?

Você está nesse emprego há: menos de 06 meses () de 06 meses a 1 ano ()
mais de 01 ano ()

Quanto tempo por dia você fica no trabalho diariamente: menos de 06 horas () entre
06 e 10 horas () mais de 10 horas ()

Quantos dias da semana você trabalha?

Rendimentos:

Condição financeira: vive às próprias custas() parcialmente dependente ()
totalmente dependente ()

se parcial ou totalmente dependente de onde é a origem da ajuda financeira
marido/companheiro() pai/mãe () filhos () outros()

Renda Familiar:

Até 01 salario mínimo () 01 a 03 salários mínimos () 04 a 10 salários mínimos() 10 a
20 salários mínimos () acima de 20 salários mínimos

Quantas pessoas contribuem para essa renda? Uma () Duas () Mais ()

Quantas pessoas dependem dessa renda?

2- FAMILIA DE ORIGEM E VIOLENCIA DOMESTICA/CONJUGAL

- Relação afetiva com os pais e irmãos, existência de violência doméstica – física verbal e sexual - na família, especialmente do pai em relação à mãe e às filhas;
- Sentimentos em relação a família de origem e significados e marcas deixadas para a vida atual

3- RELAÇÃO CONJUGAL E VIOLENCIA

- Informações sobre relações conjugais anteriores e violência com a entrevistada e/ou com filhos;
- Informações sobre a relação conjugal atual e violência com a entrevistada e com filhos – histórico da união, surgimento das práticas de violência na história afetiva do casal, reações da entrevistada diante das práticas violentas, motivos da violência do companheiro, associação das práticas de violência com a ingestão de álcool, drogas ou outros.

4- IMPACTOS E MARCAS DA VIOLENCIA CONJUGAL

- Revelação dos sentimentos gerais causados pela violência sofrida na relação conjugal;
- Associação da violência com o aparecimento ou intensificação de doenças existentes como pressão alta, depressão, transtornos alimentares, dependência química – cigarro, drogas, álcool, etc.;
- Associação da violência com desleixo ou desinteresse em cuidar da aparência, perda da vaidade, envelhecimento precoce causado pelo sofrimento;
- Reflexos da violência sofrida nas relações sexuais com o companheiro – manter as práticas sexuais por obrigação, perder o interesse pelas práticas sexuais, recusar as práticas sexuais com o companheiro através de estratégias de resistências ou outros.;
- Associação da violência sofrida com constrangimento e vergonha moral – vergonha dos vizinhos, amigos, parentes-, isolamento social, sentimento de baixa estima, fragilidade, incapacidade, perda do amor próprio.

RESUMOS ANALITICOS DAS HISTÓRIAS DAS FLORES DO SERTÃO



Fonte: <http://testeieaprovei.com.br/esmaltacao-do-dia-flor-de-algodao-desafio-esmaltche-dia-9-matte-fosco/>

1-Flor de Algodão

Algodão tem 30 anos. É parda e de religião católica. Possui ensino médio incompleto e trabalha como diarista. Algodão chegou a DEAM muito cedo, e dormia nas cadeiras da recepção. Ao final de um expediente acordou, estava visivelmente machucada, com hematomas nos braços, no rosto e em uma das pernas. Iniciou sua fala pedindo desculpas por estar com a roupa suja de sangue, pois estava internada há três dias em um hospital e saía de lá direto para delegacia. Relembra que não foi criada pelos pais biológicos, foi adotada por uma família, onde apanhava muito, era constantemente xingada e, por vezes, tratada como uma “empregada” da casa, relata ter muita mágoa, por isso diz que saiu de casa cedo. Teve dois relacionamentos, com o segundo namorado viveu por dezesseis anos, morando na casa dos pais dele. Está separada há oito meses. Relata que desde o início do namoro sabia que o companheiro era usuário de drogas, que ele sempre tomava seu dinheiro e “se acabava nas drogas”, com três anos de relacionamento ela passou a fazer uso de drogas junto com ele, então iniciaram os episódios de violência física e verbal. Seu namorado tinha crises de ciúmes e brigas por disputa de droga. As brigas aconteciam, muitas vezes, em espaço público, em pontos de usuários de drogas. Desde a separação passou a dormir nas ruas, e ainda o encontra. Semana passada foi agredida por ele numa praça, porque ele quis forçar-lhe a ter relações sexuais e ela não aceitou. Cita repetidos episódios de violência sexual alegando não ter forças para enfrentá-lo e o mesmo não aceitar sua negativa. Diz que não sente ódio dele, mas tem muito medo e deseja que ele a deixe em paz, não quer que ele a procure mais. Quanto a sua saúde queixa-se de ter mioma e cisto no ovário, mas considera que a pior coisa que adquiriu com esse relacionamento “violento” foi a dependência química de drogas. Relata ter vontade de fazer um tratamento, mas considera uma coisa muito difícil. Diz não ter vontade de viver, relata já ter tentado suicídio. Diz se sentir fracassada e ter vergonha da sua família assim como, da dele por não conseguir resolver essa situação. Algodão tem uma aparência sofrida, com hematomas em todo o corpo, sua autoestima está bastante comprometida.



Fonte: <http://www.baixaki.com.br/perfil/724151/>

2-Flor de Araçá

Tem 31 anos é vendedora possui ensino médio incompleto é branca e de religião católica. Demonstra ser uma pessoa discreta, fala baixo e mantém uma postura tranquila ao relatar sua história. Esta separada do companheiro com quem conviveu por 13 anos e teve 2 filhos e recebe pensão. De sua família de origem, considera ter tido uma convivência que denomina como “normal”. Da educação dados por seus pais lembra que eram castigados fisicamente por ambos como uma forma de moldar o comportamento dos filhos e não vê sequelas na vida adulta dela e de seus irmãos. Há cerca de seis anos seu companheiro contou para ela que era homossexual, desencadeando de forma amigável um processo de separação. O início dos episódios de violência ocorreram há 11 meses com situações de violência psicológica e moral, onde seu companheiro passou a proferir xingamentos contra ela diante dos filhos. Inicialmente falou de uma separação sem traumas, mas se emociona ao falar de seus sentimentos relatando guardar mágoas do ex-marido desde que ele assumiu sua opção sexual. Ficou indignada diante da sugestão dele que morassem juntos com o amante na casa, sentiu-se desrespeitada com tal proposta. Faz uma associação imediata de seus sentimentos e quadros de doenças desenvolvidos durante a relação. Relata que hoje sofre de insônia e tem dificuldades em se relacionar com outro homem e se sente uma mulher fria sexualmente. Autoestima baixa, disse gostava de se arrumar e atualmente sente-se desgostosa. Diz sentir muita vergonha da vizinhança, devido os gritos e acusações do companheiro. Recebe em seu endereço mercadorias para o trabalho dele e atualmente ele a acusa de tirar mercadorias, no último episódio chegou a bater nela por isso. O que mais lhe incomodou foi o fato de ter acontecido na frente de seus filhos, considera que isso pode prejudicar seus filhos.



Fonte: <http://olhares.uol.com.br/flor-boa-noite-foto3970615.html>

3-Flor de Boa Noite

Boa Noite tem 31 anos está separada, cursou ensino fundamental e atualmente trabalha como diarista, parda e de religião evangélica. Sobre a relação dos pais diz não ter recordação, morou com os avós é maternos, a mãe era prostituta, trabalhava à noite e durante dormia. Na adolescência, por muitas vezes, foi buscar a mãe no prostíbulo, a encontrava bêbada e por várias vezes apanhou da mãe por ter ido onde ela trabalhava. Sua mãe constantemente a xingava e dizia que não queria que ela tivesse nascido. Considera que partindo do estilo de vida da mãe fez sua opção religiosa, é evangélica. Casou-se teve uma filha, e diz que no início sua relação era boa o marido não era uma pessoa de reclamar de nada. Na época trabalhava muito e começou a perceber que a filha estava ficando muito “largada”, como o marido passou a reclamar, ela achou que era a hora de sair desse emprego. Diante das dificuldades financeiras iniciaram situações de violência psicológica. Nessa época ela passou a frequentar outra igreja e o marido não aceitou. Com trabalhos sociais que ela desenvolvia pela igreja, passou a conhecer muitas pessoas novas e iniciaram as crises de ciúmes. Havia acusações da parte do companheiro de que ela estava se envolvendo afetivamente com uma amiga da igreja. Decidiu se separar e ele não aceitou, passou a comportar-se de forma agressiva e não mais contribuía materialmente em casa. Chegou a destruir utensílios domésticos. Passou a difamá-la contando para vizinhança e para sua família que ela estava querendo se separar por que estava se relacionando com uma mulher. Sente vergonha das pessoas, acha que o mundo é cheio de preconceito e que na vizinhança tem gente que olha para ela de outra forma. Acha que seu corpo mudou se sente gorda e feia, está hipertensa. Quando pensa em chegar em casa sente que a pressão sobe.



Fonte: <http://blogdofernandocaldas.blogspot.com.br/2011/06/sertao-de-espinho-e-flor.html>

4-Flor de Cacto

Tem 53 anos, é negra, espírita, tem ensino superior incompleto é atendente de consultório médico. Da relação com os pais lembra-se de viver em um ambiente de muito conflito. O pai era uma pessoa muito rígida com as filhas mulheres e constantemente, tinha relações extraconjugais que geravam brigas com sua mãe. Recorda-se ter presenciado violência física do pai contra a mãe. Sobre seu relacionamento, relata que seu esposo fora também seu único namorado, com quem esteve casada por 27 anos e teve 2 filhos. No início do casamento não trabalhava, com quatro anos de casada passou a trabalhar na empresa do marido, ajudando-o no setor financeiro. Relata que habitualmente ficava na empresa até tarde e o marido saía mais cedo, indo encontrar-se com outras mulheres. Por muitos anos relata ter vivido essa situação, quando adquiriu uma DST, uma médica lhe alertou sobre possíveis infidelidades do marido. Decidiu, então, voltar a estudar e o marido que já tinha crises de ciúmes passou a implicar com suas amigas. Se a visse conversando com um homem, logo a acusava de traição, se fosse mulher afirmava que era homossexual. Quando dançava numa festa estava se mostrando pra outros homens, mesmo que fosse com seu irmão. Trancou a faculdade, saiu da empresa do marido e para trabalhar como atendente de consultório médico, as crises de ciúmes se agravaram e as violências, então, psicológicas passaram a ser físicas, até que decidiu se separar tendo que sair de sua casa, pois ele disse consentiu com a separação, mas saiu sem nada. Hoje se considera uma pessoa insegura, deprimida. Precisou fazer uma histerectomia parcial, por conta das DST'S adquiridas com o marido e até hoje sofre as consequências. Tem problemas tireoidianos que alega ter desenvolvido a partir da vida de sofrimento. Sente vergonha da vizinhança e de amigos, pois até hoje ele costuma difamá-la, acusando-a de ser a responsável pela separação e de traí-lo. Relata ter medo de se envolver com outro homem, acredita que todos os homens são iguais. Diz que nunca mais vai querer casar ou morar junto com homem nenhum. Ressalta que tem raiva de si por ter suportado essa situação por tanto tempo, até hoje divorciado ele fala dela. Diz que só se arruma para trabalhar, por que é o jeito, se acha envelhecida, gorda e feia.



Fonte: <http://flores.culturamix.com/flores/naturais/caliandra-calliandra-tweedii>

5-Flor de Caliandra

Caliandra tem 36 anos, dois filhos, é parda, católica, tem curso superior em Pedagogia. Sobre seu casamento relatar ter se relacionado com o ex-marido por oito anos, desde a adolescência. Ela formou-se em pedagogia, mas nunca trabalhou a pedido do companheiro para que se dedicasse aos cuidados dos filhos. Ele sempre foi o provedor da família não deixando faltar nada para os filhos, mas, para ela nunca tinha dinheiro, ela não, diz que se anulou. Quando quis voltar a estudar e fazer uma especialização, começaram as violências físicas e se acentuaram as psicológicas. O marido a acusava de ser alcoolista, por isso não deixava as crianças em casa só com ela, começou a acusa-la de ter um relacionamento afetivo com um mototaxista, reafirmando que fora seu filho mais velho que descobrira para ele. Procurou então a família dela sugerindo que eles se separassem que ela saísse de casa e que ficasse com o filho mais velho. Diz que pra se livrar das acusações falsas e no desespero aceitou a proposta. Diz que ele nunca deixou de perseguí-la sob a acusação de descobrir outras traições, chegando a adentrar a casa de seus pais e violenta-la na frente dos filhos e dos pais. Se sente hoje uma pessoa fria, que se anulou tanto que não sabe quem é. Vive com medo de encontra-lo e de ser agredida, por isso se isola e sai pouco de casa, sente muita falta do filho mais velho que quase nunca vê porque o pai não deixa. Faz acompanhamento com um psiquiatra, pois teve depressão e, atualmente, tem crises de enxaqueca. Perdeu peso depois da separação e não consegue se alimentar como antes. Afirma que perdeu quase 10 quilos e não consegue recuperar, não tem vontade de comer, está sempre cansada e tem insônia. Se sente feia e já não gosta de se arrumar. Diz que queria ter paz e poder criar os dois filhos. Ressalta que nem se lembra de ter namorado ou mesmo da sua sexualidade, reforça que quer paz. Quanto aos vizinhos sentiu vergonha, por muito tempo, mas hoje mora distante deles, mas da sua família tem muita vergonha. Ficou constrangida quando ele foi falar com seus pais sobre a separação, dizendo que se sentiu como uma mercadoria com defeito que ele estava devolvendo com mentiras porque nunca bebeu ou traiu ele, não podia sequer sair de casa.



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/eudesn/7264451076/>

6-Flor de Catingueira

Tem 30 anos, tem nível superior é professora, parda e de crença religiosa católica. Ficou casada por seis meses. Da sua família de origem recorda-se do relacionamento dos pais em um casamento tranquilo, onde ressalta ter sido educada pelos pais de forma muito cuidadosa. Teve poucos namorados, é 06 anos mais velha que o ex-companheiro, namorou com ele por oito meses. Diz que estava bastante apaixonada daí resolveram casar, mas diz que foi uma loucura por que eu não o conhecia bem, mas estava apaixonada. Lembra que desde o período de namoro ele era agressivo, com outras pessoas por causa de crises de ciúmes, achava que outros homens estavam olhando para ela. Procurou se afastar de alguns amigos para evitar conflitos e achou que com o amadurecimento da relação essas crises iam acabar. Quando se casaram os episódios de ciúmes tornaram-se mais constantes e ela começou a identificar a violência psicológica na relação, sempre acreditando que a situação poderia se reverter. O marido era usuário de álcool e com quatro meses ela descobriu que ele também usava outras drogas. Relata estar muito confusa, pois tudo aconteceu muito rápido em sua vida, sente-se triste, tem dificuldade de dormir. Mas considera como maior prejuízo sua dificuldade em se relacionar com outras pessoas. Durante o tempo de namoro e casamento se isolou tanto que se sente hoje sem amigos. Não gosta de olhar o corpo no espelho, tem vergonha dos pais. Não tem vontade de sair de cima da cama, nem de acordar.



Fonte: <http://olhares.uol.com.br/flor-da-chanana-foto5249878.html>

7-Flor de Chanana

Tem 56 anos, é parda, evangélica, tem ensino fundamental incompleto, trabalha como vendedora. Possui algumas casas que aluga, somando uma renda de cerca de um salário mínimo. Relembrando a dinâmica na casa dos pais, no interior, com quem viveu até nove anos, diz que chegou a presenciar muitas situações de brigas e conflitos entre os pais, que desembocavam em violência física e psicológica, com xingamentos do pai e gritos da mãe, as cenas nunca foram presenciadas, somente ouvidas pelos filhos. Em relação aos filhos diz que os pais não agiam com violência, mas diz que eles batiam quando faziam dano. Aos nove anos veio morar em Teresina com parentes, só indo a casa dos pais em períodos de férias, onde continuava a presenciar tais episódios de violência culminando com a separação dos pais. A entrevistada associa a ocorrência de violência conjugal entre os pais falta de instrução. Foi casada duas vezes, o primeiro relacionamento teve três filhas e chegou a se separar por motivos de traição do marido. No segundo relacionamento seu companheiro era policial, viveram juntos por 12 anos e por ela não poder mais gerar filhos decidiram adotar uma menina. Sobre o segundo casamento, sofreu muita violência psicológica e física, ressalta que as situações violentas começaram com 4 meses de convivência e o motivo era o ciúme “doentio” dela e de suas filhas. Posteriormente aos episódios de agressões físicas, o marido costumava pedir perdão e tentava justificar sua conduta por estar possuído pelo demônio, atribuía essa possessão a trabalhos de macumba e magia negra feitos contra ele. Segundo ela, ele não era usuário de álcool ou drogas, costumava sair com outras mulheres e chegava em casa acusando-a de traição. Relata que hoje é hipertensa, sofre de depressão, estresse e faz uso de medicação controlada. Tem crises de insônia e associa tais doenças ao que viveu com o companheiro. Diz não ter raiva, mas relata guardar muita mágoa do que viveu com ele. Às vezes acha que superou mas quando lembra do que sofreu se deprime, luta para esquecer o que ele fez. Sempre se considerou uma mulher vaidosa, mas enquanto viveu esse relacionamento, tinha que vestir o que ele determinava, não podia mostrar os braços, tirar sobancelhas e tinha a sensação de se arrumar como uma pessoa bem mais velha que sua idade. No que se refere a vivência da sexualidade diz que era obrigada a ter relação sexual com o marido, mesmo se sentindo “um lixo”, apanhava de dia e tinha relação sexual a noite. Decidiu separar, mas ele não aceitou a separação dizendo que não ia sair da casa porque, comprou bens materiais, para resolver a situação ela propôs que ele levasse tudo e apenas a deixasse, o que gerou mais violência por parte do companheiro em paz, que trancava no quarto e ameaçava cortar suas orelhas e colocar no álcool.



Fonte:<http://www.agrocim.com.br/noticia/Venda-de-flores-cresce-25-e-falta-crisantemo.html>

8-Flor de Crisântemo

Tem 35 anos, solteira, parda, evangélica, trabalha como vendedora e possui ensino fundamental incompleto. Tem uma filha de 13 anos do relacionamento com o namorado de adolescência que desistiu do casamento com ela. Diz ter mágoa do pai de sua filha que foi seu primeiro namorado e, principalmente, da família dele que nunca se aproximaram da filha. Hoje querem conhecê-la e a adolescente se recusa. Depois de cinco anos conheceu o atual namorado com quem conviveu por seis anos e manteve não só um vínculo afetivo mais financeiro. Desde o início do relacionamento demonstrou muito ciúmes. Logo começaram os episódios de violência física o que culminou no primeiro término de relacionamento. Relata que desejou denunciá-lo mais ele pediu perdão com o compromisso de que essa situação não mais voltaria a acontecer a convenceu a não fazer a denuncia. O casal reatou o relacionamento e os episódios de violência física praticamente cessaram, contudo, agravaram-se as crises de ciúmes e a violência psicológica, onde a vítima afastou-se de suas amigas, deixou de trabalhar, modificou suas vestimentas e passou a enfrentar ameaças, acusações, xingamentos em constantes situações de violência moral, que se acentuavam com o uso contínuo de álcool por parte do agressor. Os episódios de violência doméstica eram regados a sucessivos episódios de pedidos de perdão e promessas de mudanças, assim como um comportamento dúbio de responsabilizar a vítima pelo ato de violência proferido contra a mesma. Há um ano ela decidiu colocar um fim no relacionamento e a partir de então o comportamento violento do ex-namorado tem se acentuado estendendo as ameaças a sua família, em especial a pessoa de seu pai que é uma pessoa idosa e se encontra abalado emocionalmente pelos fatos. Voltou a trabalhar com o pai, mas sente como se não estivesse rendendo, não consegue se concentrar, acha que se trabalhasse para estranhos já teria perdido o emprego. Demonstra fragilidade, se diz amedrontada e incapaz de ter uma vida tranquila visto que pode encontrá-lo em qualquer lugar. Queixa-se de insônia, dores de cabeça e faltas de ar quando reflete sobre a vida dela hoje. Hoje se sente uma pessoa só não tem amigos, teme por seus pais e por sua filha. Se vê como uma pessoa feia, envelhecida, com cara de sofrimento.



9-Flor de Esperança

Esperança é uma jovem de 22 anos, parda, evangélica, não concluiu o ensino médio, abandonou a escola desde o nascimento da filha que atualmente tem quatro anos. Casou-se adolescente, com 13 anos, e viveu com o companheiro por 9 anos, há 1 mês estão separados. Seu ex-companheiro, vive de bico sempre viveram na casa dos pais dele e com ajuda material destes. Lembra-se da mãe como uma pessoa pacata e amedrontada, o pai era alcoolista e sempre chegava em casa colocando a esposa e os filhos para fora de casa. Relata que o ex-companheiro sempre fez uso de bebida alcoólica e teve muito ciúmes dela. Desde que a filha nasceu, por volta dos últimos cinco anos de convivência, sofreu agressões físicas e verbais, sempre sendo acusada de ter outros homens. Acha que é uma pessoa fria ou está “cansada de sofrer” tem a sensação de não sentir nada pelo ex-companheiro, não sabe dizer se tem medo ou não. Ele jurou matar a ela e sua família. Teve uma segunda gravidez em que abortou e atribui às violências sofridas, pois sofria agressões quando estava grávida. Nos últimos meses de relacionamento não estavam tendo relações sexuais, pois está com um cisto no ovário, as situações de ciúmes e violência se agravavam com a recusa em manter relações sexuais. Depois da separação se sente mais tranquila, mas quando olha para o seu corpo se sente feia e acabada. Relata ter vergonha da vizinhança que ouvia as brigas chegando até a falar com ele, que não adiantou as agressões continuaram.



10-Flor de Fortaleza

Tem 32 anos é solteira, parda, evangélica, concluiu o ensino médio e trabalha como auxiliar de enfermagem. Do casamento dos pais lembra de uma relação com muitos conflitos, o pai era ciumento, não queria que sua mãe trabalhasse, brigavam bastante e recorda de xingamentos de ambos, mas diz que o pai nunca bateu em sua mãe. É a filha mais velha de quatro irmãos e sempre foram muito presas pelo pai, que era ciumento com as filhas mulheres e com os filhos era permissivo. Sobre seu relacionamento atual, disse que namorou por pouco tempo engravidou e decidiram ir morar juntos. Ele sempre fora ciumento e logo que foi morar com ele descobriu que era usuário de drogas. Relata que tem a esperança que a situação melhore, mas ele continua consumindo cada vez mais e a agredindo sem motivos. Tem crises de ciúmes, acusando-a de ter outros homens e a chamando de vagabunda. Ressalta que se sente uma pessoa envergonhada, nunca contou para os pais, porque morre de medo de acontecer uma tragédia. Não tem vontade de se cuidar, se sente desleixada, diz que engordou muito, se acha feia e sem atrativos. Uma colega de trabalho lhe chamou atenção que ela não sabe mais sorrir, aí percebeu como está triste. Sofre de insônia e se não estiver ocupada fica só pensando numa forma de se sair dessa relação, mais tem medo que ele cumpra as ameaças que faz, ele sempre diz que se souber que ela a mata e mata o amante, mostrando que irá ter um filho sem mãe e pai presidiário.



Fonte:<http://olhares.uol.com.br/flor-do-guaruja-foto3399779.html>

11-Flor de Guarujá

Tem 29 anos, é casada, parda, católica, possui nível superior incompleto e trabalha como representante comercial. Encontra-se bastante acima do peso e demonstra muita emoção ao relatar o que lhe traz a DEAM. Sobre seus pais, ressalta que sempre morou num ambiente com muito afeto e respeito, seu pai era um homem pacato, sua mãe era mais forte e gostava de brigar, mas não presenciou agressão ou xingamentos entre eles. Teve uma filha de um primeiro relacionamento, hoje adulta. Separou-se do primeiro marido por que ele se envolveu com outra pessoa, sofreu bastante, mas atualmente se respeitam e se falam quando tem que resolver algo sobre a filha. Nessa segunda relação tudo começou bem, mas desde que nasceu o segundo filho ele passou a implicar com sua filha, passou a beber e agredi-la verbalmente sempre a acusando de ser uma mãe ruim, não dar atenção aos filhos. Passou a dizer que ela usava o trabalho para sair de casa e as crianças ficavam “jogadas”. Agride sua filha adolescente, chamando-a de “vagabunda” e que do dinheiro dele não é pra dar nada para ela. Seu companheiro a proíbe que vá a casa de vizinhos ou mesmo de ter amizades. Sente-se triste pelo o que ele faz com sua filha, não tem vontade de se arrumar ou sair de casa. Sente-se feia e queixa-se do sobrepeso, diz que tem muita dor de cabeça, só de pensar nas coisas que ele vai falar. Tem vergonha da vizinhança pelo gritos e xingamentos do marido. Ele costuma dizer a ela que mulher casada amiga de mulher é safada e amiga de homem é puta, e que ela tem que ser amiga dos filhos delas e cuidar deles, ameaçando que se eles não tiverem sucesso na vida vão matá-la, e compara à sua filha do primeiro casamento.



Fonte: <http://www.flickrriver.com/photos/8947107@N05/3125922662/>

12-Flor de Helicônia

Helicônia tem 23 anos, é solteira, possui ensino médio incompleto, é negra, evangélica e trabalha como cabelereira. Do relacionamento dos pais não se lembra de muitas brigas entre eles, nem mesmo com os filhos. Contudo desde que começou seu relacionamento com o atual namorado passou a existir conflitos entre ela e os pais, eles não aceitam o rapaz. Sua relação já dura oito anos e tiveram um filho, hoje com cinco anos. Seus pais, desde que engravidou, lhe fizeram uma proposta de acolhê-la juntamente com seu filho, contanto que ela abandonasse o relacionamento com o namorado, como não aceitou eles tomaram a guarda do filho. A criança atualmente está sob a responsabilidade de seus pais e não tem conhecimento que é filho biológico de seu namorado. Ela relata que os pais não aceitam a relação, pois realmente nunca foi tranquila, desde que iniciou, todas as vezes que o namorado ingere bebida alcoólica apresenta crises de ciúmes e que geram discussões entre o casal. Dessas brigas resultam agressões morais e psicológicas, que toda vizinhança ouve e acabam comentando com seus pais. A princípio ela diz que entendia as manifestações de ciúmes como uma expressão de afeto e demonstração do gostar dele. Depois que ele lhe bateu e deixou seu rosto machucado, passou a olhar pra ele de outra forma. Está profundamente abalada emocionalmente, buscou a DEAM sob a pressão dos pais após a violência física, mas teme, pois o namorado sempre ameaçou de mata-la. Atualmente ele encontra-se preso por motivo de roubo, mas já disse que quando sair eles vão se acertar. Ressalta que se sente uma pessoa “besta” e medrosa, pensava que ciúme era amor e levou um tapa. Queixa-se de parecer uma “velha”, se sente acabada, não tem vontade de se arrumar. Considera-se mais triste por que abriu mão do filho pelo namorado e hoje a criança não a chama de mãe, sente-se fracassada, acha que começou a vida “toda errada”. Diz que deveria ter ouvido mais seus pais, hoje tem vergonha deles e teve que voltar a morar com eles, ouvindo “piadas” o tempo todo.



Fonte: <http://www.acaatinga.org.br/index.php/o-bioma/sobre-o-bioma/flora/flor-da-jitirana-ipomoea-sp/>

13-Flor de Jitirana

Tem 48 anos, é católica, parda, tem ensino fundamental incompleto, casada, 3 filhos que tentam protegê-la das investidas violentas de seu marido. Com a chegada do primeiro filho seu companheiro passou a consumir bebida alcoólica e passou batê-la sob o efeito de álcool. Diz que a renda familiar é comprometida pelos gastos frequentes do marido com bebida e mulheres. Sem o efeito de álcool diz que o marido é um homem pouco participativo na família. Em 33 anos de casada apanhou e ouviu xingamentos, acusações de traição e proibição de sair de casa. Trabalhava como empregada doméstica está sem trabalho há cerca de cinco anos, deixou de trabalhar devido uma hipertensão desenvolvida pelo sofrimento provocado pela violência. Gostava de se arrumar, mas hoje se considera desleixada, perdeu os dentes da frente e não se sente com coragem de buscar tratamento. Sente desgosto pela aparência e procura se isolar. Relata que já desejou não viver mais, porém não tem coragem de cometer suicídio por pensar nos filhos. Lembra que no início foi feliz com o marido, mas desde o nascimento do último filho não mantém relações sexuais com ele, afirmando que seu corpo é só sofrimento e taca. Tem vergonha da vizinhança, porque acha que comentam que apanha todo dia e, ainda, está com o agressor. Tem medo de denunciar e ser morta. A entrevistada tem uma aparência bem mais velha que sua idade. O consumo de álcool pelo companheiro aparece como pretexto, visto que o “temperamento” do marido sempre fora disfarçadamente violento. Possui um rosto marcado por linhas de expressão muito definidas e a ausência dos dentes superiores da frente, evoca desleixo e apatia frente aos cuidados pessoais e a vaidade. Sofre várias formas de violência por parte do marido: verbal, física, psicológica e patrimonial. No contexto conjugal de violência utiliza estratégias de resistência e de sobrevivência, respectivamente, denunciando ou mesmo ao recusar as relações sexuais e quando diz que não gostaria que o marido fosse preso contentando-se apenas com a sua saída de casa, ou mesmo quando ela saí de casa para que o marido não chegue bêbado e possa violentá-la. O medo é um sentimento presente nela e nos filhos. Recebe dos filhos, apoio, proteção física e incentivo para denunciar as agressões.



Fonte: <http://olhares.uol.com.br/flor-da-jurema-preta-foto5118568.html>

14-Flor de Jurema

Jurema tem 32 anos, é negra, católica, possui ensino fundamental incompleto. Trabalha atualmente como domestica, começou a trabalhar ainda criança. Da família de origem recorda-se de poucas brigas entre os pais. Teve uma infância muito difícil por situação de pobreza. Casou-se jovem e no início o relacionamento era bom, embora o marido sempre fosse ciumento. Teve dois abortos, mas conseguiu ter um filho.. Com a chegada do filho as crises de ciúmes foram se tornando mais graves e o marido passou a exigir que ela deixasse o trabalho para cuidar do filho. Responsabilizava-a sobre a futura índole do filho. Chegou a acusá-la de ter envolvimento afetivo com seu patrão e com o pastor da igreja. O marido mudou de religião, largou o trabalho e passou a consumir bebida alcoólica com mais frequência. Começaram então situações de violência física, alegando estar exorcizando o demônio do seu corpo. Arrumava o quarto com um monte de vela e sal, a trancava e batia nela, que por sua vez não podia gritar e pedir socorro porque ele ameaçava matar seu filho, ela e a ela próprio. Isso durou cinco anos até que ela decidiu separar ele passou um ano pedindo pra voltar, alegando mudar, ela aceitou e logo a situação retornou novamente. Atualmente se sente uma pessoa sem vontade de viver, aguenta tudo calada, mesmo ele não batendo mais nela, ele a xinga de “vagabunda”, “puta”, “fuleira” aos gritos no meio da rua. Relata que se sente triste e só volta do emprego para casa porque tem um filho, pois tem vontade de “sumir no mundo”. Tem vergonha da vizinhança e, principalmente, dos patrões que já viram várias vezes manchas roxas em seus braços e orientam a ela para denuncia-lo, mas não o faz por medo que ele acabe matando seu filho. Se achava uma mulher bonita, principalmente de corpo, hoje se sente gorda, feia e envelhecida. Queixa-se de indisposição e dores por todo o corpo, mas relata não ter coragem de ir ao médico tem medo de encontrar “coisa ruim”. Ressalta que tem uma dor de cabeça crônica, que o marido sempre diz que é peso na consciência porque é vagabunda.



Fonte:http://www.cafepoint.com.br/mypoint/agripoint/f_a_flor_e_de_uma_planta_chamada_malicia_essa_planta_fecha_as_folhas_quando_e_tocada_foto_tirada_no_tocantins_3270.aspx

15-Flor de Malícia

Malícia tem 24 anos é solteira, parda católica. Possui ensino médio completo. É dona de casa, mora com a mãe e tem um filho de 06 meses, depende financeiramente de um único irmão, que é mais velho e não mora na mesma casa que elas. Da infância ela se queixa da ausência do pai, conviveu somente com sua mãe e seu irmão. Sua mãe a teve solteira e o seu pai nunca a conheceu, demonstra ter uma relação afetiva muito positiva com a mãe. Assim como sua mãe engravidou de um namorado que não assumiu o filho, ainda grávida passou a se relacionar com outra pessoa, que fora morar com ela na casa de sua mãe. Inicialmente a relação era tranquila até que sua mãe passou a alertá-la sobre o comportamento estranho de seu companheiro em relação a filha do primeiro relacionamento. Ele ficava excitado ao pegar na minha filha, fiquei louca e mandei ele ir embora. Diante da recusa da companheira, o agressor reagiu de forma violenta arrastando-a para o meio da rua pelos cabelos, onde proferiu palavras de baixo calão e lhe bateu. Malícia relata que sempre foi hipertensa, mas depois desse acontecido percebe mudanças em sua saúde, pois teve algumas crises hipertensivas graves que chegaram a sangrar o nariz, têm apresentado dificuldades em se alimentar, sentido fortes náuseas e tem quadros de insônia. Percebe que está se isolando e se sente amedrontada e com dificuldade de ter outro relacionamento afetivo. Em relação a sua autoimagem denomina-se hoje como uma pessoa constrangida e envergonhada e considera que a vizinhança tem olhado para ela de outra forma. Deseja vê-lo punido pela agressão revelando que o irmão não sabe e que ela gostaria mesmo que não soubesse para evitar tragédia. Ressalta sentir nojo e pena do ex-namorado, o considera uma pessoa desequilibrada.



Fonte: <http://www.radioraizesdonordeste.net/2010/05/essa-e-flor-do-mucambe.html>

Flor de Muçambê

Tem 28 anos, é parda, evangélica, possui ensino médio incompleto é dona de casa. Está gestante do primeiro filho e diz estar muito insegura em estar na DEAM, pois nunca foi a uma delegacia na vida, agradece por ter encontrado a pesquisadora para conversar, pois já estava esperando atendimento há algum tempo e estava ficando ansiosa. Disse ter a impressão de me conhecer e a reconheci por ter trabalhado em um ponto comercial que sempre frequentei. Não se recorda de situações de violência conjugal entre os pais e diz ter sido educada em um ambiente familiar saudável, pelo qual nutre sentimentos afetivos positivos por todos. Teve um primeiro companheiro com quem conviveu por 6 anos e chegou a pedir a separação, pois ele a traía, batia e não queria trabalhar, sobrecarregando-a no sustento da casa. Com o atual companheiro que convive há dois anos, na casa de seus pais e vai para a casa do sogro quando o companheiro está cidade. As primeiras agressões iniciaram com 1 ano de convivência com puxões de cabelo e empurrões. Lembra-se que nessa situação seu companheiro chegou a cuspiu no seu rosto. O companheiro é usuário de craque e álcool. Quanto a sua saúde e da criança que esta esperando ressalta ter cólicas e ficar com a barriga endurecida, dormente por causa dos episódios de violência. Quando fala da denúncia que irá prestar, relata ter medo por estar gestante, diz estar ali porque no dia anterior levou um “tapa sem necessidade” e como ele viajou ela criou coragem pra vir a DEAM. Na realidade ressalta se sentir envergonhada de ter que dar queixa, mas tem medo, pois ele a ameaçadizando que se for preso quando sair vai acertar contas com ela. Mas duvida que a queixa, em si, cesse a violência. Considera-se hoje desleixada, não queria o filho, resolveu não tirar por insistência dos pais.



Fonte: <http://zelzen.wordpress.com/2005/11/24/palmas-palmas/>

17-Flor de Palma

Palma tem 35 anos é parda, evangélica, possui ensino fundamental incompleto. É viúva. Da família de origem tem poucas lembranças, é a mais nova de uma família de 7 irmãos, o pai era funcionário público, separou-se de sua mãe quando estava grávida dela a partir de então ele dava pensão alimentícia, mas nunca aparecia para ver os filhos. Recorda-se que na infância tinha mágoa e não gostava do pai, pelo sentimento de abandono. Quanto a mãe recorda-se que sempre fora muito “nervosa”, xingava muito, trata mal os filhos, costuma chamar as filhas de puta, por isso até hoje evita levar a filha na casa da avó. Teve três filhos no primeiro casamento que acabaram sendo criados por sua mãe, pois se casou adolescente, com 16 anos e o marido foi assassinado, 8 anos depois. Relata que o relacionamento era ruim, ele bebia e batia nela. Seu tio materno foi atrás e descobriu que ele era usuário de droga, roubava o dinheiro que dava para ela fazer as compras da família para usar drogas e acusava outras pessoas ou a responsabilizava dizendo que ela havia perdido o dinheiro das compras. Passou a agredi-la fisicamente por causa dos sumiços do dinheiro. Começou a fumar cigarro desde essa época, sempre que ficava nervosa. No segundo relacionamento morou por doze anos com o companheiro do qual tem uma filha de quatro anos. Considera seu segundo companheiro um homem de dupla personalidade, é um bom marido, provê a família com tudo de necessidade, é bom pai, compra comida para a filha, mas recomenda que ela não dê para seus filhos do primeiro casamento, não dá pensão oficial entrega algum dinheiro, “uns trocados” na mão da criança quando vai pegá-la na escola. Se recusa a pagar contas de água ou energia, alegando que a casa é dela, pois foi o bem material que ficou do primeiro casamento. Sente-se envergonhada por que o marido gosta de baixaria, a xinga no meio da rua tentou mata-la, enforcando-a, por isso saiu de casa.



Fonte: <http://flores.culturamix.com/informacoes/foto-roseiras>

18-Flor de Roseira

Roseira tem 32 anos, é negra, evangélica, tem ensino médio incompleto e trabalha como promotora de vendas. Namorou por oito anos com seu marido e foi casada por nove anos, atualmente está separada. O casal teve 2 filhos. Kursou o ensino médio e exerce há quatro anos a função de promotora de vendas, trabalhando de segunda a sábado os dois turnos, recebe em média dois salários mínimos, que sempre foram destinados ao sustento da família, inclusive do companheiro, que por ser alcoolista “só ganhava pra beber”. Sobre sua família de origem, relata que fora criada pelos avós maternos, pois sua mãe trabalhava de doméstica e não convivia com ela. A relação afetiva com os avós foi por ela considerada tranquila, embora o avô fosse alcoolista, segundo ela não interferiu na dinâmica familiar, pois ele chegava em casa embriagado e ia dormir. Quanto ao seu relacionamento diz que nunca fora totalmente tranquilo, desde a chegada do primeiro filho ele passou a ter ciúmes exagerado e sempre que está sob o efeito de álcool comporta-se de forma agressiva. Tornou-se uma constante desmoralizá-la, chamando-a de “vagabunda” e acusando-a de ter outros homens. Considera-se atualmente uma pessoa amedrontada, sente pena dela e dos filhos e suportou a violência por muito tempo por medo de ter que recomeçar. Considera que nessa relação só adoeceu, queixa-se de ter os “nervos abalados”, sente muita tristeza e depressão. Relata que só de lembrar das agressões do marido sente um “entalo na garganta” seguido de falta de ar, tem dificuldade de dormir e fica pensando nela e nos filhos. Não se sente em condições e com coragem de buscar ajuda, morro de vergonha por que o mesmo a difama no meio da rua. Relata ter sido uma pessoa alegre, e diz que faz muito tempo, hoje não gosta de sair de casa e percebe que vem se isolando por não ter vontade de se arrumar. Quanto a sexualidade, ressalta que nem lembra quando essas relações foram boas, visto que habitualmente aconteciam permeadas de violência, pois seu companheiro sempre estava bêbado. Sente-se enojada em ouvir o que ele diz e ter que fazer sexo mesmo assim, relata que costuma tomar banhos com água gelada depois da relação sexual para se sentir mais limpa.



Fonte: <http://opiracuruquensetrilheiros.blogspot.com.br/2010/11/flor-de-salsa.html>

19-Flor de Salsa

Tem 33 anos, é parda, católica, tem ensino médio incompleto. Tem um filho de 16 anos de um primeiro relacionamento. Com o companheiro com quem convive desde 2004, não teve filhos, no entanto, ele tem dois filhos com 15 e 3 anos de dois outros relacionamentos. Os pais separaram-se quando ela ainda era criança, seu pai era alcoolista e sua mãe passou por muita dificuldade material para sustentar os filhos, pois o pai não contribuía para o sustento da família. Sua mãe casou-se novamente com quem teve um bom relacionamento. Do primeiro relacionamento relata que engravidou adolescente e passou a criar seu filho sozinha, pois o namorado também adolescente relatou que não assumiria a criança. Na segunda relação, pontua que de início teve um bom relacionamento com o companheiro, contudo cerca de cinco anos atrás sofreu um acidente de moto com ele e ficou doente por 4 anos, esteve em coma, teve momentos de cegueira, nesse período diz que foi abandonada por ele. Além de abandoná-la o mesmo passou a ter outro relacionamento com quem teve um filho, hoje com 3 anos. Ao fim de quatro anos doente voltaram a conviver, mas o companheiro também continuava seu relacionamento com a outra mulher. Desse triângulo amoroso passaram a existir situações de agressão físicas e morais, onde ele passou a ameaça-la e lhe proferir xingamentos. As ameaças e outras formas de violência aparecem sempre que ela fala em separação, na ameaça ele repete diante de qualquer pessoa, principalmente de seus familiares, que se ela não for dele não será de homem nenhum. Salsa diz se sentir como se não tivesse mais vida, desde que voltou do coma, vive a vida que ele tem determinado para ela, vive a história dele. Ela tem consciência dos problemas de saúde que são sequelas do acidente, contudo, relata sentir-se profundamente infeliz e amedrontada. Por conta do traumatismo craniano no acidente todas as vezes que passa por situação de estresse volta a ter momentos de cegueira, o que lhe faz associar que esses momentos com as ameaças, ainda sofre de insônia e para isso faz uso de medicação controlada.



Fonte: <http://meliponariodosertao.blogspot.com.br/2011/04/prosperidade-volta-reinar.html>

20-Flor de Velame

Tem 34 anos, é evangélica, parda, vendedora, foi casada por duas vezes, teve 2 filhos no primeiro relacionamento e 1 filho no segundo. Possui ensino fundamental incompleto, casou-se com 15 anos, parou de estudar, para viver “a vida que o ele pensou pra mim”. Sobre a família de origem, o pai um lavrador, aberto ao diálogo, gostava de aconselhar e conversar com os filhos; a mãe era uma pessoa mais rígida e adepta a castigos físicos. Do primeiro relacionamento lembra-se que dos sete anos que viveram juntos, quatro foram tranquilos, daí em diante começaram a aparecer situações de ciúmes, brigas e subsequentemente violências físicas, moral e sexual. Depois de anos pedindo a separação, entrou com ação na defensoria pública e saiu de casa passou a sofrer ameaças perseguição do ex-marido, por não aceitar a separação. Sempre trabalhou com vendas e está há 8 meses desempregada do setor formal, vivendo atualmente como autônoma e garantindo o sustento de seus filhos. No segundo relacionamento, namorou por seis meses com o companheiro e decidiu ir morar junto, convivem a doze anos dos quais os últimos quatro tem sido recheados de violência de várias modalidades. Diante das recusas dela em manter relações sexuais surgem o abuso e estupro, forçando-a a ter relações sexuais com ele. Considera-se fracassada por estar no seu segundo relacionamento e “não ter dado certo”. Tem vergonha da família e atribuí que existe algo errado consigo. Quanto a saúde e qualidade de vida, diz que há dois anos foi diagnosticada com depressão, que começou com crises de insônia, por isso faz uso de medicação controlada, ressaltando que é “tarja preta”. Queixa-se de ser uma pessoa triste e associa tal sentimento “a uma vida de sofrimento”. Diz que sua relação com o corpo mudou, sente-se feia, gorda e não tem vontade de se arrumar, relata ter perdido o gosto pela vida. A única lembrança boa que ficara desse relacionamento foram os filhos, visto que deixou de estudar e se anulou para viver com ele. O ciúme aqui aparece como fator precipitante da violência, assim como a discordância em relação a educação e sustento dos filhos de outro relacionamento, hoje adolescentes. Sente-se culpada por estar no segundo relacionamento, ter sofrido violência nos dois e não ter dado certo com ninguém, diz que é como se ela não quisesse ter uma família.

PERFIL SOCIO ECONOMICO

Nº	NOME	IDADE	COR	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	PROFISSÃO/ATIVIDADE	RENDA FAMILIAR	RENDIMENTO
1	JITIRANA	48	Parda	Católica	Casada	3	3	Empregada Doméstica	R\$ 2034,00	R\$ 678,00
2	VELANE	34	Parda	Evangélica	Separada	3	3	Vendedora	R\$678,00	R\$ 678,00
3	ARAÇA	31	Branca	Católica	Separada	4	2	Vendedora	R\$ 4746,00	R\$ 1356,00
4	MALÍCIA	24	Parda	Católica	Solteira	4	1	Donas de casas	Até R\$ 678,00	Não tem
5	SALSA	33	Parda	Católica	Separada	5	1	Donas de casas	Até R\$ 678,00	Não tem
6	ROSEIRA	32	Negra	Evangélica	Separada	5	2	Promotora de vendas	R\$ 1356,00	R\$ 678,00
7	CHANANA	56	Parda	Evangélica	Separada	3	4	Autônoma	R\$ 678,00	R\$ 678,00
8	ESPERANÇA	22	Parda	Evangélica	Separada	5	1	Autônoma	AtéR\$ 678,00	R\$ 678,00
9	ALGODÃO	30	Parda	Católica	Separada	3	0	Diarista	AtéR\$678,00	R\$ 678,00
10	PALMA	35	Parda	Evangélica	Casada	3	4	Donas de casas	AtéR\$ 678,00	Não tem
11	MUÇAMBÊ	28	Parda	Evangélica	Casada	4	0	Donas de casas	AtéR\$ 678,00	R\$ 678,00
12	BOA NOITE	31	Parda	Evangélica	Casada	3	1	Diarista	AtéR\$ 678,00	R\$ 678,00
13	CACTO	53	Negra	Espírita	Separada	7	2	Atendente Consultório	R\$ 2034,00	R\$ 1017,00
14	CALIANDRA	36	Parda	Católica	Separada	8	2	Pedagoga	R\$4746,00	R\$ 2034,00
15	CRISANTEMO	35	Parda	Evangélica	Casada	3	1	Vendedora	R\$ 1356,00	R\$ 678,00
16	HELICÔNIA	23	Negra	Evangélica	Solteira	5	1	Cabelereira	R\$ 2034,00	R\$ 1356,00
17	JUREMA	32	Negra	Católica	Solteira	5	1	Auxiliar de Enfermagem	R\$ 2034,00	R\$ 678,00
18	FORTALEZA	32	Parda	Evangélica	Casada	3	3	Vendedora	R\$2043,00	R\$ 678,00
19	GUARUJÁ	29	Parda	Católica	Casada	7	2	Representante Comercial	R\$ 4746,00	R\$ 1356,00
20	CATINGUEIRA	30	Parda	Católica	Casada	8	0	Professora	R\$4746,00	R\$ 1356,00

LEGENDA:**Escolaridade:**nunca estudou e não sabe ler ou escrever-**1**, alfabetizada-**2**, ensino fundamental incompleto-**3**, ensino fundamental completo-**4**,

ensino médio incompleto-**5**, ensino médio completo-**6**, superior incompleto-**7**,superior completo-**8** pós-graduação incompleto-**9**, pós-graduação completo-**10**

O valor tomado de referência é R\$ 678,00, Salário mínimo vigente em janeiro 2013.

FACULDADE INTEGRALDIFERENCIAL - FACID
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Pesquisador: Mary Alves Mendes

Título da Pesquisa: PARA ALÉM DO SILÊNCIO: A LINGUAGEM DAS MULHERES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI.

Versão: 2CAAE: 09289012.9.0000.5211

Área Temática:

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer: 188.442

Data da Relatoria: 16/01/2013

DADOS DO PARECER

Trata-se de uma pesquisa sobre violência de gênero, mulheres em situação de violência.

Apresentação do Projeto:

Bem descritos.

Objetivo da Pesquisa:

Bem descritos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Possui relevância social e científica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Bem apresentados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Seguiu as recomendações do relator.

Recomendações:

Seguiu as recomendações do relator.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Não

Necessita Apreciação da CONEP:

Considerações Finais a critério do CEP:

TERESINA, 23 de Janeiro de 2013

Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho
(Coordenador)

Assinador por:

E-mail: cep@facid.com.br

Endereço: Rua Veterinário Bugyja Brito, n. 1354

Bairro: Horto Florestal

CEP: 64.052-410

Telefone: (863)216--7907

UF: PI Município: TERESINA

Fax: (863)216--7929